



PONTO &
VÍRGULA

Conselho Editorial

Ana Amélia da Silva
Carla Cristina Garcia
Carmem Junqueira
Dorothea Voegeli Passetti
Edgard de Assis Carvalho
Edison Nunes
Edson Passetti
Eliane Hojaij Gouveia
Guilherme Simões Gomes Júnior
Lucia Helena Vitalli Rangel
Lucia Maria Bógus
Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida
Maria Helena Villas Bôas Concone
Maria Margarida Cavalcanti Limena
Marisa Borin
Mariza Martins Furquim Werneck
Maura Pardini Bicudo Vêras
Mônica de Carvalho
Noêmia Lazzareschi
Rafael de Paula Aguiar Araújo
Rita Alves Oliveira
Rosemary Segurado
Salette Oliveira
Silvana Maria Totorá
Silvia Borelli
Teresinha Bernardo
Vera Lucia Michalany Chaia

Coordenação do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP

Lucia Maria Bógus
Vera Lucia Michalany Chaia

Editor

Rafael de Paula Aguiar Araújo, PUC-SP, Brasil

Cartoon

Toni D'Agostinho

Revisão de texto

Deysi Cioccarì

Arte e Diagramação

Yasmin Mancini

Ponto-e-Vírgula: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

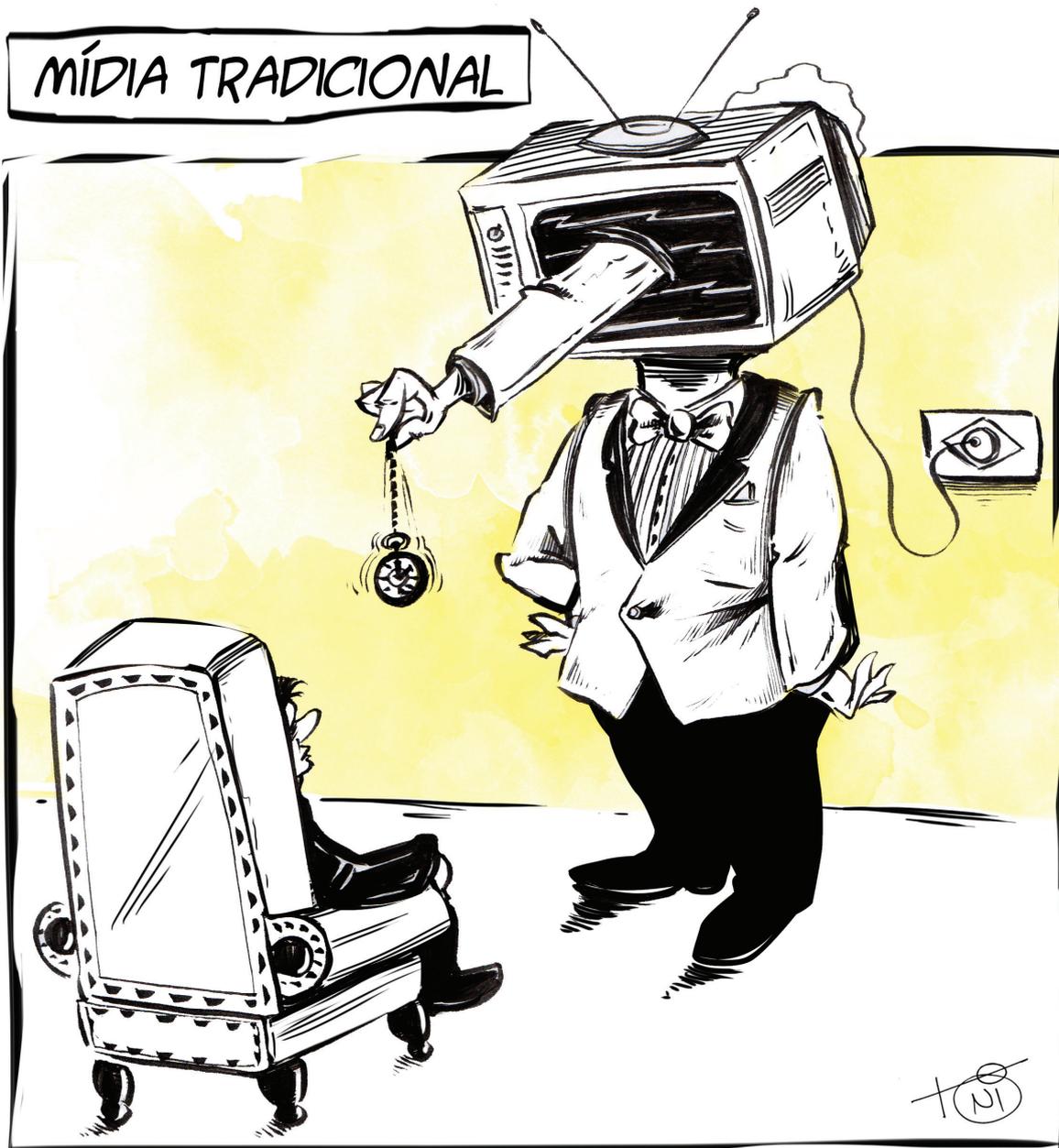


Este trabalho está licenciado sob uma Licença Creative Commons Attribution 3.0 .

No 20 - Segundo semestre de 2016

Cartoon - Toni D'Agostinho	3
Nota dos editores	4-5
Os imigrantes e as ressignificações identitárias: ambivalência da brasilidade Eliane Marchetti Silva Azevedo	6-22
Fronteira: a construção da identidade transcultural dos imigrantes chilenos no Brasil Mariela E. Toro Gonzalez	23-41
Novos imigrantes em Caxias do Sul (RS): identidade e história oral Assis Felipe Menin	42-65
Escola-território, desterritorialização e análises educacionais Leda Maria de Oliveira Rodrigues	66-82
Cordelistas no processo migratório: a expressão da experiência feminina e nordestina Ana Aparecida Alves Pereira Oliveira e Maria Clara Pereira Soares	83-103
Os fatos e as coisas: Émile Durkheim e a controversa noção de fato social Sidnei Ferreira de Vares	104-121
Resenha: Para desvelar a participação estadunidense no golpe civil-militar no Brasil João Paulo Gusmão P. Duarte	122-125
Resenha: Escola de Lutas Rosana Pinheiro-Machado	126-128

..... Toni D'Agostinho



Nota do editor

A revista Ponto-e-Vírgula, em seu número 18, publicou um dossiê sobre imigração. Uma grande quantidade de artigos de ótima qualidade nos foi enviada, mas nem todos puderam ser publicados. Por isso, nesta edição, trazemos alguns dos textos inéditos sobre o tema. Especificamente nesse número destacam-se os textos que de alguma forma discutem a imigração e a questão da identidade.

O artigo “Os imigrantes e as ressignificações identitárias: ambivalência da brasilidade” avalia o caso de imigrantes brasileiros que passaram a viver na Irlanda procurando compreender o processo de ressignificação identitária dos mesmos como um meio de adaptação a uma nova sociedade. O texto “Fronteira: a construção da identidade transcultural dos imigrantes chilenos no Brasil” analisa as redes de sociabilidade dos imigrantes chilenos que vieram para o Brasil na década de 1970. No artigo “Novos imigrantes em Caxias do Sul (RS): identidade e história oral”, imigrantes haitianos e senegaleses têm suas histórias analisadas como meio de acesso a suas experiências e expectativas. O artigo “Cordelistas no processo migratório: a expressão da experiência feminina e nordestina” avalia a migração nordestina para a região sudeste do país. Especificamente, as autoras trabalham com o cordel de autoria feminina e como essa forma de arte é capaz de expressar a cultura do Nordeste.

A questão da imigração permanece sendo uma oportunidade para a reflexão. Os artigos presentes nesse número revelam como ainda há preconceito e xenofobia. E em períodos de crise econômica, a história nos mostra a importância de nos mantermos atentos.

A revista apresenta ainda dois textos que não abordam diretamente o tema da imigração. No artigo “Escola-território, desterritorialização e análises educacionais”, a autora trabalha com os conceitos de espaço e de território como meio de compreensão da desigualdade educacional no Brasil.

O artigo “Os fatos e as coisas: Émile Durkheim e a controversa noção de fato social” assume uma perspectiva metodológica diferente dos demais. Seu propósito é avaliar, através de revisão bibliográfica, o conceito de fato social, fundamental para a sociologia clássica, problematizando as críticas que foram feitas ao conceito e a forma como Durkheim as defendeu, garantido um objeto de análise para a Sociologia.

Por fim, Ponto-e-Vírgula traz duas resenhas. João Paulo Gusmão P. Duarte avalia o livro “A atuação política da agência de informação dos Estados Unidos no Brasil (1953-1964)”, de Fernando Santomauro, publicado pela editora Cultura Acadêmica, e Rosana Pinheiro-Machado analisa a obra “Escola de Lutas”, organizado por Antonia Campos, Jonas Medeiros e Márcio Ribeiro, publicado pela Editora Veneta.

Boa leitura!

Os imigrantes e as ressignificações identitárias: ambivalência da brasilidade

Eliane Marchetti Silva Azevedo ¹

Resumo: Este artigo tem por objetivo conhecer o processo de inserção na sociedade hospedeira de imigrantes brasileiros qualificados que emigraram para a Irlanda, a fim de compreender se houve ressignificação da identidade nacional. Partimos do pressuposto de que os imigrantes transitam por diferentes contextos de poder e, assim sendo, eles procuram, de acordo com Hall (2006,2009), re/construir suas identidades de forma a obter legitimidade nos espaços que ocupam. A pesquisa tem cunho qualitativo e o formato metodológico escolhido é o estudo de caso. Foram entrevistados seis brasileiros residentes na Irlanda. O principal instrumento de coleta de dados foi a entrevista semiestruturada. Nossos estudos apontam para o arrefecimento de identificações com a cultura brasileira e, ao mesmo tempo, para o reforço de laços e lealdades culturais inerentes ao país hospedeiro. Consideramos que a busca por uma identificação com os irlandeses tem por objetivo facilitar a inserção na sociedade irlandesa, mas não significa que os imigrantes brasileiros rejeitam suas identidades nacionais.

Palavras-chave: Imigração; Identidade; Identidade nacional; Brasileiros na Irlanda.

¹ Professora do Departamento de Linguagem e Tecnologia (DELTEC) do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, CEFET-MG. Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). E-mail: elianemarchetti@gmail.com

Abstract: This article aims to know the process of integration in the host country of skilled Brazilians who have emigrated to Ireland. It tries to understand whether they have re-constructed their national identity. We assume that migrants transit through different contexts of power, therefore, they seek to, in according to Hall (2006,2009) re /construct their identities in order to obtain legitimacy in the spaces where they are.. The methodology uses the qualitative approach and it has the case study format. Six Brazilians who live in Ireland were interviewed. The data collection was performed through semi-structured interviews. The results point to a decrease of identification with the Brazilian culture and, at the same time, the strengthening of cultural ties and loyalties inherent to the host country. We believe that the search for an identification with the Irish aims to facilitate their integration into that society, but it does not mean that the Brazilian immigrants reject their national identities.

Keywords: Immigration; Identity; National identity; Brazilian immigrants in Ireland.

Introdução

Viver em um outro país significa uma outra vida, fazer novas representações e dar significados diferentes a coisas que já eram familiares; é renunciar ao estabelecido; atentar para comportamentos comuns e corriqueiros que podem ser considerados inadequados, bizarros ou ofensivos; é procurar enxergar o mundo com olhos do outro para compreender como é ser visto por ele. (FREITAS, 2000, p. 4)

As migrações internacionais têm sido tema de destaque no cenário mundial. A rapidez das transformações das tecnologias da informação e da comunicação aliadas às enormes transformações econômicas, políticas, sociais, culturais e ideológicas têm contribuído para a aceleração do crescimento das migrações desde o final do século passado. Nesse contexto, além das migrações forçadas por desastres naturais e conflitos políticos, verificamos o crescimento da migração familiar e a ampliação do número de deslocamentos individuais em busca de oportunidade econômica e melhor condição de vida.

Apesar de não ser uma nova modalidade de deslocamento, a migração econômica tem se intensificado graças à reestruturação dos sistemas produtivos e financeiros, bem como pelos impactos das novas tecnologias, responsáveis pela crescente interação promovida pelos meios de comunicação. Uma das facetas importantes do processo de globalização é a internacionalização dos mercados de trabalho.

O Brasil se insere nesse novo contexto das migrações internacionais. Além de presenciar a recente entrada de estrangeiros no país desde o final da década de 1980, o país tem sido surpreendido pela emigração de seus nacionais. Nas últimas décadas, muitos brasileiros têm buscado a emigração como um meio de aliar o aprimoramento profissional à continuidade da formação acadêmica. Esse fato surpreende pois a história mais recente da formação da população brasileira remete à imigração em massa de italianos, portugueses, espanhóis e alemães, entre outros, que fazem parte da descendência de grande número de brasileiros.

No entanto, as oportunidades criadas pelo crescimento econômico que antecedeu a atual crise não impediram o crescimento do fluxo de brasileiros que, a partir da virada do século XXI, deixaram o país em busca do exercício do trabalho e de aprimoramento educacional no exterior. Os estudos de Sales (1999), Bógus & Vidal (2005), Bógus (2007),

Torresan (2012) e Margolis (1994) evidenciam que a emigração de brasileiros tem sido fomentada por uma força de trabalho jovem, e que muitos deles possuem a graduação completa. Tem sido crescente o número de brasileiros com qualificação acadêmica que deixam o país e buscam na emigração a possibilidade do exercício do trabalho e/ou continuidade de suas qualificações educacionais com vias ao alcance de melhor qualidade de vida.

A Irlanda tem se configurado como um dos países europeus que nos últimos anos tem recebido, cada vez mais, imigrantes brasileiros, muitos atraídos pelo fato de seus cidadãos falarem a língua inglesa. Além disso, aqueles que migram com a finalidade de estudo podem ingressar no mercado de trabalho formal, desde que a jornada seja de meio período. Outro fator preponderante é o fato de o mercado de trabalho irlandês ser carente de mão de obra qualificada, principalmente no setor das indústrias das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC). Assim sendo, a política imigratória irlandesa faculta aos indivíduos não pertencentes à União Europeia (UE), como é o caso dos brasileiros, autorizações de trabalho para os profissionais qualificados em áreas desprovidas de mão de obra especializada. Esse fato possibilita que alguns imigrantes brasileiros já adentrem ao país contratados por empresas carentes desse tipo de mão de obra. Além disso, os brasileiros descendentes de nacionais oriundos dos Estados-membros da UE, cuja legislação permite a aquisição da nacionalidade por ascendência, ao requerem a cidadania de seus ascendentes tornam-se cidadãos da União Europeia (UE). Esses brasileiros, portadores do *status* de dupla nacionalidade, passam a usufruir o direito de adentrar no mercado de trabalho irlandês sem a necessidade de autorização para o trabalho que lhes faculte a permanência legal no país².

Publicações realizadas pela *Central Statistics Office Ireland* (CSO) registram que desde 2002 a presença de brasileiros no país vem aumentando, sendo que atualmente o Brasil está situado entre o segundo país não pertencente ao Espaço Econômico Europeu (EEE) com o maior número de imigrantes na Irlanda, ou seja, algo em torno de 15 mil, se considerados apenas os documentados.

Retornamos à epígrafe desta introdução, pois Freitas (2000, p. 4) conduz nossos pensamentos para além da simples idealização do sonho migratório. Com o autor

² Este artigo é um recorte da tese de doutorado em Ciências Sociais “A resignificação da identidade e a re/construção de cidadania de brasileiros na República da Irlanda: um estudo de caso de brasileiros qualificados (2000-2014)”, defendida em dezembro de 2015, sob a orientação do Prof. Dr. Luiz Eduardo W. Wanderley. Os direitos adquiridos pelos brasileiros através da posse de cidadania europeia e as leis que regem a política imigratória na Irlanda são amplamente discutidos nos capítulos II e III.

percebemos que os migrantes são levados a reconstruir suas identidades de modo a permitir o afrouxamento de diferenças existentes entre imigrantes e nacionais.

Neste artigo objetivamos conhecer o processo de inserção na sociedade hospedeira de imigrantes brasileiros qualificados que emigraram para a Irlanda, buscando compreender se houve ressignificação da identidade nacional. Partimos do pressuposto de que os imigrantes transitam por diferentes contextos de poder e, assim sendo, eles procuram re/construir suas identidades de forma a obter legitimidade nos espaços que ocupam (HALL, 2006, 2009).

A pesquisa tem cunho qualitativo e o formato metodológico escolhido é o estudo de caso (NUNAN, 1992). Foram entrevistados seis imigrantes brasileiros na Irlanda que preencheram os seguintes critérios: (a) ter emigrado entre 2000 e 2012 e estar residindo na Irlanda à época da pesquisa empírica, ou seja, em 2014; (b) a formação acadêmica contemplar cursos de graduação completo ou pós-graduação; (c) exercer trabalho compatível com a escolaridade e (d) possuir dupla nacionalidade, ou seja, cidadania irlandesa ou da UE. O principal instrumento de coleta de dados foi a entrevista semiestruturada. Os dados coletados têm o formato de narrativa oral e sofreram a técnica de análise de conteúdo (BARDIN, 2011).

No enfrentamento dos questionamentos levantados, nosso marco teórico foi constituído sob o conceito de identidade centrado na ótica de autores contemporâneos cujos estudos e pesquisas abrangem a visão não essencialista do construto. Portanto, os estudos de Hall (2006, 2009, 2011), Woodward (2009) e Silva (2009) balizam este estudo.

O deslocamento das identidades nacionais

O fator imigratório contribui para o realce de alguns aspectos da vivência subjetiva da identidade nacional. O imigrante desfruta a experiência de ser um estrangeiro em outro país, o que evidencia a dimensão contrastiva da identidade nacional. Além disso, partimos da premissa que o imigrante não deve ser visto simplesmente como um indivíduo que se deslocou de um lugar para outro. Os imigrantes brasileiros na Irlanda, informantes dessa pesquisa, devem ser entendidos num processo de recomeço de uma nova história e, assim sendo, suas identidades nacionais são constantemente confrontadas. Dessa forma, consideramos pertinente uma breve revisão teórica sobre o deslocamento das identidades nacionais.

Hall (2006), ancorado em Ernest Gellner, afirma a importância de um sentimento nacional para o sujeito, pois sem ele experimentaríamos um profundo sentido de perda subjetiva. O autor vê a nação como algo que produz sentidos, algo além de uma simples entidade política. As pessoas participam da ideia de nação como ela é representada em sua cultura nacional, ou seja, as identidades nacionais são formadas no interior da representação.

Hall (2006) evidencia que só sabemos o que significa ser ‘brasileiro’ devido ao modo como a ‘brasilidade’ veio a ser representada. A figura do sujeito nacional tem traços particulares que o distinguem das pessoas de outros países. Além disso, a construção de identidade nacional envolve marcos de ‘pertencimento’ a uma mesma nação. Vários aspectos de nossa identidade surgem de nosso pertencimento às culturas étnicas, sociais e nacionais. A lealdade e a identificação que na era pré-moderna eram dadas à tribo, ao povo, à religião foram gradualmente transferidas à cultura nacional. Elementos como idioma e símbolos nacionais contribuem para a formação de uma consciência de pertencimento.

Podemos inferir que a cultura nacional atua como fonte de significados culturais, foco de identificação e um sistema de representação. A cultura nacional é composta por instituições, mas também por símbolos. É um discurso à medida que constrói sentidos que são criados e reproduzidos pelas histórias contadas sobre a nação, pelas memórias e imagens construídas através desse processo. Os sentidos criados influenciam e organizam não apenas nossas ações, mas também as concepções que temos de nós mesmos. Assim sendo, ao produzir sentidos com os quais os indivíduos se identificam, as identidades vão sendo construídas (HALL, 2006).

O autor (op. cit) delinea algumas consequências da globalização para as identidades culturais. Entre elas, destacamos a homogeneização pós-moderna e a decadência das identidades nacionais. Os efeitos globais contribuem para o enfraquecimento de formas nacionais de identidade cultural, fazendo com que identidades nacionais estejam em declínio e que novas identidades híbridas estejam surgindo.

Ao discutir a tensão entre o ‘global’ e o ‘local’ na transformação das identidades, Hall (2006) percebe evidências de um afrouxamento de identificações com a cultura nacional e um reforço de outros laços e lealdade culturais ‘acima’ e ‘abaixo’ do nível do Estado-nação. A identidade nacional se impõe em quesitos que dizem respeito a direitos legais e cidadania. Entretanto, ‘abaixo’ do nível da nação, as identidades regionais e locais têm ganhado força. Já, ‘acima’ do nível da nação, as identificações globais começam a se deslocar e até mesmo a apagar as identidades nacionais.

Mathews (2002) considera que a identidade, tal como oferecida pelo mercado, é um dos fatores que geram o afrouxamento da identidade nacional no mundo de hoje. O autor se reporta ao supermercado material e ao supermercado cultural. O primeiro conduz a um fluxo de produtos do mundo inteiro para os mais diversos cantos do planeta, o último conduz a um fluxo de informações e identidades potenciais, também, para cada canto do mundo. Como consequência, é produzida um tipo de identidade que conduz o pertencimento ao mercado, tanto às suas formas materiais quanto culturais. Na identidade baseada no mercado, o lar de um indivíduo é o mundo. O autor entende que a construção de identidade das pessoas ligadas pelos meios de comunicação de massa pode ser influenciada tanto pelos supermercados culturais quanto pelo Estado. Essa ambivalência, de certa forma, corrói a identidade nacional. Com Hall (2006, p.87), reforçamos essa linha de condução teórica:

a globalização tem, sim, o efeito de contestar e deslocar as identidades centradas e “fechadas” de uma cultura nacional. Ela tem um efeito pluralizador sobre as identidades, produzindo uma variedade de possibilidades e novas posições de identificação, e tornando as identidades mais posicionais, mais políticas, mais plurais e diversas; menos fixas, unificadas ou trans-históricas.

Para Hall (2006, p. 87), “as identidades estão sujeitas ao plano da história, da política, da representação e da diferença, assim, é improvável que elas sejam ‘puras’: e essas conseqüentemente gravitam ao redor daquilo que Robins (seguindo Homi Bhabha) chama de “Tradução”. Nessa linha de reflexão, o autor pondera que a Tradição, caracterizada pela estabilidade, é desafiada pela Tradução Cultural. Para o autor, as pessoas que pertencem a culturas híbridas mantêm vínculos com a cultura do país de origem, e, ao mesmo tempo, elas são constrangidas a negociar com a nova cultura sem perder completamente as suas identidades. Essas pessoas estão traduzidas. As culturas híbridas constituem um dos diversos tipos de identidade distintivamente novos produzidos na era da modernidade tardia.

Nessa perspectiva, coadunamos com o autor que a identidade não tem a ver com o “retorno às raízes”, mas com uma negociação com novas “rotas”. De acordo com Bezerra (2007, p. 97), “os processos de identificação e os vínculos de pertencimento se constituem tanto pelas (‘raízes’, heranças, passado, memória etc.) como pelas traduções (estratégias para o futuro, ‘rotas’, ‘rumos’, projetos etc.)”. Os indivíduos traduzidos têm de aprender a habitar pelo menos duas identidades, falar duas linguagens culturais e,

consequentemente, traduzir e negociar entre elas. Diferentes identidades culturais de diferentes culturas são absorvidas pelo imigrante e tornam-se parte de suas identidades sociais.

A revisão teórica realizada nos leva a inferir que a identidade dos imigrantes é construída de forma relacional e contrastiva, com processos de identificação construídos ‘na e pela diferença, e não fora dela’. Entendemos, portanto, que a re/construção da identidade como forma de reconhecimento social é estratégica e posicional. Dessa forma, ao realizar processos de construção identitária em busca de construção de cidadania e de melhor qualidade de vida em um país estrangeiro, o imigrante é levado a negociar com as culturas em que vive, sem perder sua identidade.

Reforçamos essa linha de pensamento com Souza-Santos (2001, p.107) ao afirmar que “as subjetividades³ se combinam diferentemente sob múltiplas circunstâncias pessoais e coletivas”. Nesse sentido, a pluralidade de modos de ser do indivíduo é devida à combinação e ou à integração de diferentes subjetividades. No caso do imigrante sua identidade é construída para que possa pertencer não a uma, mas a várias casas.

O perfil dos entrevistados

Para traçar o perfil dos entrevistados apresentamos o Quadro 1 que sistematiza parte dos dados coletados referentes à identificação dos informantes.

Quadro 1

Informantes	Idade	Formação educacional	Trabalho na Irlanda	Tempo de residência	Dupla nacionalidade
Celina	48	Turismo	Empresária (Turismo)	14 anos	Cidadania italiana
Ivan	37	Ciência da Computação	Consultor	10 anos	Cidadania italiana
Jane	29	Ciência da Computação	Analista de sistemas	2 ½ anos	Cidadania italiana
Lucas	36	Engenharia Mecânica	Consultor de projetos	8 anos	Cidadania italiana
Priscila	34	Medicina	Empresária	4 anos	Cidadania italiana
Vera	34	Jornalismo Mestrado	Relações públicas	8 anos	Cidadania italiana

Fonte: Dados coletados e organizados pela autora (2014)

³ Segundo Souza-Santos, identidade seria o nome pós-moderno para subjetividade.

É possível observar que todos os informantes já estão de posse da cidadania italiana, exercem profissão compatível com o nível de escolaridade e que em sua maioria já se encontram na Irlanda há mais de oito anos. Pelas entrevistas realizadas, podemos afirmar que todos os informantes manifestam desejo de permanecer na Irlanda, uma das razões que os motivaram a buscar pela ampliação de direitos que lhes são concedidos a partir do momento em que se tornam cidadãos europeus⁴.

Brasilidade

Um dos mecanismos de identificação do sujeito é o sentimento de nacionalidade, de pertencimento à nação. A identidade nacional é aqui entendida como construção simbólica coletiva que reflete a herança histórica e cultural de um povo. Isso significa dizer que a língua, as práticas culturais e os dilemas sociais agem como fonte da identidade nacional. Nesse sentido, quando os informantes se identificam como brasileiros, significa que compartilham um caráter nacional.

A identidade nacional é aflorada na experiência migratória. Margolis (2013, p. 230- 231) afirma com propriedade:

A identidade brasileira significa, então, coisas muito diferentes dentro e fora do Brasil. O ponto de referência do indivíduo no Brasil não costuma ser a nacionalidade, mas a cidade ou estado de residência ou a classe social. Embora a identidade nacional em casa seja ponto pacífico e raras vezes notada, no exterior os brasileiros são classificados como estrangeiros de uma terra distante e, para alguns, exótica.

Ao confrontar com essa realidade, tão bem evidenciada pela autora, os emigrantes brasileiros vivenciam uma forte ambivalência, uma vez que processam as suas experiências através de um quadro duplo de referências: lá e aqui, antes e depois da emigração. Eles percebem que os elementos que particularizam a identidade brasileira no exterior são concebidos através de singularidades que muitas vezes não traduzem os seus modos de ser.

A condição de imigrante salienta aspectos da identidade nacional. A sociedade receptora associa o imigrante às características que rotulam a identidade coletiva de indivíduos pertencentes à determinada nacionalidade. Os imigrantes tendem a ser vistos

⁴ Ver a tese de doutorado desta autora.

pelos nacionais de forma tipificada, sem a consideração de suas individualidades. Assim sendo, a identidade nacional fora das fronteiras do Estado-nação, de forma geral, está associada a características de gênero, raça e cultura.

Os informantes de pesquisa percebem que a ‘brasilidade’ é realçada após a chegada à Irlanda. Com aporte nas pesquisas de Margolis (2013), afirmamos que as identidades são situacionais. Ser brasileiro na Irlanda é muito diferente de ser brasileiro no Brasil. Além das fronteiras do Estado-nação, ser brasileiro significa deixar de fazer parte da maioria para pertencer a um grupo minoritário, cuja imagem no exterior está associada a carnaval, samba, futebol, sexualidade, entre outras. Essa foi uma das grandes dificuldades encontradas por Ivan. Ele nos conta:

Uma das primeiras coisas que eu percebi que ia ter dificuldades e que eu passei por muito conflito é o fato de a Irlanda não reconhecer a diversidade de minha cultura brasileira. As pessoas sabem muito pouco sobre o Brasil, acham que o Brasil é futebol e carnaval, é turismo. Eles não têm ideia sobre a diversidade que existe no Brasil. Eu percebi também que as pessoas não tinham muito interesse no Brasil. Eu sempre tive muito orgulho do meu país e eu tinha dificuldade de falar sobre o meu país sem passar uma imagem de uma pessoa chata, que fica querendo falar sobre a sua cultura. (Entrevista à autora)

Bignami (2005) afirma que, em se tratando de atratividade turística, o Brasil se qualifica pelas seguintes categorias: (a) Brasil paraíso – ideia relacionada ao Éden, às belezas naturais; (b) lugar do sexo frágil – a ideia da beleza, da sensualidade, da libertinagem, do sexo fácil e barato; (c) Brasil do brasileiro – refere-se às características do povo brasileiro, do seu modo de ser: ‘jeitinho brasileiro’, hospitalidade, malandragem, alegria, simpatia; (d) país do carnaval – a imagem do país é associada a futebol, música, festa, samba, libertinagem, frenesi; (e) lugar do exótico e do místico – imagem associada às manifestações religiosas, à cultura negra e indígena, rituais místico. Esses estereótipos estão arraigados nas representações do país no exterior.

Todos os informantes, de uma forma geral, mencionaram o fato de se sentirem incomodados com a maioria dos estereótipos do brasileiro no exterior. Eles são constrangidos a lidar com imagens estereotipadas consideradas não condizentes com as suas características pessoais. A reconstrução de identidade desses informantes tem de ser ressignificada em função da autoimagem e da imagem que a comunidade local tem da identidade brasileira.

Uma das soluções encontradas pelos informantes é evitar comparecer em locais nos quais brasileiros com as características mencionadas possam estar presentes. Celina afirma: “Não me agrada o estereótipo que a brasileira tem no exterior. Eu evito frequentar festas de brasileiros. A gente vê umas meninas lá que deixam a gente com vergonha de ser brasileira. A vulgaridade, essa imagem que algumas passam e que acaba formando o estereótipo da brasileira”.

Margolis (2013, p. 231), em seus estudos voltados para a identidade brasileira nos Estados Unidos, pontua que “a identidade é construída, em parte, na perspectiva, do ‘não somos como eles’”. O estereótipo do brasileiro no exterior, ou seja, a maneira como os informantes percebem que podem ser tipificados pelos irlandeses, é muito diferente daquela que eles têm de si mesmos. Eles não querem ser confundidos com esse “outro”. A situação de contraste é evidente. Ela é fundamental para a afirmação da identidade.

Ao se depararem com as imagens feitas pelo outro, os informantes são levados a repensarem as percepções sobre si mesmos. Surge uma relação ambígua com a identidade brasileira elaborada no exterior. Vera é outra informante que também recusa identificar-se com o estereótipo dado aos brasileiros. Ela relata:

Eu procuro selecionar os brasileiros com os quais convivo, porque, infelizmente, a maioria dos que vêm para cá só replicam a imagem errada de que o Brasil é só samba, futebol. Eu detesto isto. Eu não frequento festa brasileira. Eu tenho amigos brasileiros. Mas eu sempre procurei selecionar muito. (Entrevista à autora)

Os estudos de vários autores apontam que a dimensão de gênero da identidade brasileira contribui pela forma estereotipada com as quais as mulheres brasileiras costumam ser vistas no exterior. Rezende (2009), entre outros, afirma que a sensualidade acentuada da mulher brasileira é um traço forte da representação do gênero feminino. Essa imagem foi rechaçada pelas informantes. Elas reivindicam assumir uma identidade diferente daquela classificação que lhes é atribuída (BAUMAN, 2011).

Celina já emigrou com o *status* de cidadã europeia e não tinha namorado à época da entrevista. Ela já estava separada de seu companheiro no Brasil, quando decidiu emigrar com o filho. Ela nos conta:

Se eu vou num bar, se eu vou conhecer alguém e eu digo que sou brasileira, parece que o olho brilha. Eles mudam o jeito de conversar, já começam a olhar para as tuas pernas. Aí começam a dizer que as brasileiras estão sempre

bem. Muda. Eles já mudam. Se te consideravam de uma maneira, já te olham diferente. (...) Como sou gaúcha, eu me identifico muito com a cultura do sul do Brasil, do Uruguai e da Argentina. A dança, a música, é tudo igual. Como eu falo espanhol, eu passei a falar que sou uruguaia. (Entrevista à autora)

Celina deixa claro que se sente incomodada em ser marcada por um estereótipo que não condiz com seu modo de ser. Para que não seja vista pela suposta sensualidade, ela prefere se nomear como uruguaia. Como imigrante, ela confronta com uma representação da identidade brasileira que não é a que possui. Ela recusa ser reconhecida por características vistas como negativas pelo padrão social local. A solução encontrada pela informante é a de omitir a sua identidade brasileira.

Lucas vivencia o mesmo dilema em relação à filha adolescente. Ela tem a dupla nacionalidade, ou seja, ela tem também o *status* de cidadã italiana. Segundo o informante, quando a filha lhe perguntou que nacionalidade deveria adotar, ele respondeu: “Olha é uma questão de conveniência, isso depende do momento que tu estás, do ambiente que tu estás, do grupo que tu estás. Às vezes é conveniente dizer que tu és brasileira ou não, às vezes é conveniente dizer que tu és italiana”.

Os brasileiros não querem se identificar com as representações sobre as quais imperam uma conotação negativa sobre a identidade brasileira no exterior. Os informantes sentem-se incomodados em serem identificados com uma identidade que não condiz com seus modos de agir e pensar. Mas a relação com a identidade brasileira no exterior é ambígua. Ela também tem conotação positiva. Celina e Jane relatam em suas entrevistas que a fama de trabalhador que os brasileiros conquistaram na Irlanda foi fator fundamental para que elas conseguissem emprego. O relato de Vera confirma o exposto acima: “o fato de eu ser brasileira pesou em minha primeira entrevista de emprego na Irlanda. Os brasileiros têm a fama de serem trabalhadores. Isso gera uma imagem positiva e é claro que ajuda”. Além disso a informante expõe outras características da identidade nacional, como o orgulho de ser brasileira. Esse sentimento é expresso ao identificar valores inerentes à força de vontade, ao caráter que seus patrícios possuem, valores esses que não estão intrínsecos no coletivo imaginário que os irlandeses possuem da identidade nacional dos brasileiros. Sua narrativa corrobora subjetividades recorrentes nas falas dos informantes.

Eu tenho muito orgulho de me mostrar brasileira nas coisas que não são convencionais. Por exemplo, eu morro de orgulho quando eu sei que tem gente estudando aqui, que faz serviço de limpeza, mas está fazendo o mestrado.

Eu morro de orgulho de encontrar o professor que é brasileiro. Agora, essa coisa de eu sou brasileira por causa da Copa. Sabe, eu não tenho. Para você ter ideia, eu trouxe camiseta para todo mundo que eu conheço. Pois é, e eu não tenho uma para mim. E daí eu fico pensando assim: ‘isso é o ‘x’ da questão’. Como que eu me sinto brasileira? E quando que eu tenho orgulho? Eu tenho orgulho quando eu fui fazer o meu mestrado aqui na Irlanda, fiz a pesquisa de campo, no Médio Mearim, que é a divisa da floresta amazônica no Maranhão, antes de começar a floresta amazônica. Quando eu vejo o trabalho daquele pessoal, o trabalho de associação de raiz, aquele monte de mulheres que vive de agricultura, sendo recompensadas, a vida melhorando para elas lá, aí eu sinto orgulho de ser brasileira. Quando eu vejo este tipo de coisa assim. Mas não nas coisas convencionais. Eu tive orgulho de mostrar a minha pesquisa de mestrado aqui. (Entrevista à autora)

A identidade tem relação intrínseca com o pertencimento, seja ele, geográfico, de classe social, de gênero etc. Temos com Bauman (2011) que, tanto o pertencimento quanto a identidade são negociáveis e revogáveis. O fato de ser imigrante realça aspectos da vivência subjetiva da identidade. A cultura nacional atua como uma fonte de significados culturais, foco de identificação e um sistema de representação.

Observamos também através de vários relatos que os informantes tendem a reproduzir os valores de sua identidade nacional. Vera conta que faz churrascos na sacada de seu apartamento, prática não usual na Irlanda. É a tentativa de reproduzir no espaço privado valores identitários nacionais. A identidade nacional é situacional: ser brasileiro em casa. Essa é uma forma encontrada de preservar a ‘brasilidade’.

Eu tenho um ‘*balcony*’ em casa, uma sacada. Não quero nem saber se pode fazer churrasco. Saí, fui lá e comprei uma churrasqueira. Meu marido dá risada, ele fala: a gente vai ser expulso desse apartamento, por causa dessa fumaceira aí. (Entrevista à autora)

Conforme já mencionamos, o processo de reconstrução de identidade dos imigrantes é ambíguo. As entrevistas indicam a existência de um afrouxamento de identificações com a cultura nacional e, ao mesmo tempo um reforço de laços e lealdades culturais relativos ao país hospedeiro (HALL, 2006, 2009). Isso significa que os informantes estão em busca de uma identificação com os irlandeses. A identificação se dá pela dificuldade do sujeito sustentar suas diferenças. A identidade nacional brasileira constata a fragilidade dos informantes no sistema de trocas sociais no qual se encontram inseridos. Isso não significa que eles abriram mão de suas identidades nacionais, mas que suas identidades

estão em reconstrução. A identificação se relaciona com pertencimento ao grupo com o qual se relacionam. Eles relatam:

Aqui não se usa ter empregada em casa. Como eu trabalho em casa, eu sou o *'househusband'*. Eu que faço comida, eu que limpo. E eu acho isso ótimo, fantástico. Lá no Brasil esta necessidade assim de ter *'escravos'* de certa forma, são tão mal pagos que são quase escravos. É uma coisa cultural, não é de agora, é histórico. (Lucas, entrevista à autora)

Eu me sinto brasileira, mas eu acho que a gente perde um pouco da identidade. Não me sinto tão orgulhosa de ser brasileira como já senti. Não sei se é a consciência que vem com a idade ou se é pelo fato que eu não estou mais no Brasil. Mas hoje eu tenho uma crítica muito maior ao Brasil e uma esperança muito menor do que eu tive antes. (Priscila, entrevista à autora)

Foi possível observar que em várias situações ser reconhecido como brasileiro gera incômodo, pois os informantes se viam fixos em uma identidade nacional que para eles se encontrava em processo de reconstrução. Torna-se evidente que os discursos dos informantes são ambíguos e denunciam uma fragmentação identitária (HALL, 2006, 2009, 2011; WOODWARD, 2009, SILVA, 2009).

O processo de reconstrução da identidade nacional vivenciado pelos informantes favorece a adequação aos padrões locais e a inclusão à sociedade em que se encontram, e, portanto, auxilia na ampliação de suas cidadanias. No entanto, entendemos que o sentimento de *'brasilidade'* que carregam consigo é forte o suficiente para que permaneça.

Considerações finais: a ampliação do conceito de identidade do imigrante - uma pessoa traduzida

Como vimos, um dos mecanismos de identificação do sujeito é o sentimento de nacionalidade, de saber-se pertencente a uma nação. O sentimento de lealdade a uma nação, o partilhamento de uma mesma cultura pelos nacionais de um Estado-nação fornecem ao indivíduo a significação para a construção de uma identidade cultural e o pertencimento a uma nação.

Com aporte em Hall (2006), percebemos que a identidade cultural pode ser compreendida a partir de dois posicionamentos. Um deles refere-se à vivência histórica partilhada entre os membros de uma nação materializada em símbolos, códigos e referências que dão sentido ao pertencimento a uma nação. Já o outro se refere à experiência individual,

que pode transformar e adaptar uma cultura ao acrescentar valores e referências pessoais, sobretudo a partir da aceleração da globalização. O desenvolvimento da tecnologia da informação ampliou a interconexão entre países e indivíduos e, por consequência, trouxe o afrouxamento de identificações com a cultura nacional e o reforço de outros laços e lealdades culturais “acima” e “abaixo” do nível da nação.

As migrações internacionais têm contribuído para que as identificações com outras culturas estejam se sobrepondo, se deslocando. Temos com Hall (2006) que as “identidades modernas estão sendo ‘descentradas’, isto é, deslocadas, fragmentadas” à medida em que a vida social se torna cada vez mais mediada pelo mercado global, pelos sistemas de comunicação globalmente interligados, pelas viagens internacionais e pelas migrações. Esse novo estilo de vida social gera uma sobreposição de lealdades e identificações que conectam os indivíduos a diversos grupos sociais articulados dentro e fora do Estado-nação. A ideia do sujeito nacional cede espaço para as identidades descentradas e híbridas, permitindo novas articulações e superações de diferenças culturais. Esse deslocamento desarticula identidades estáveis do passado, mas possibilita a criação de novas identidades.

Em consonância com o pensamento dos autores pós-estruturalistas da identidade cultural que balizam nossos estudos, torna-se possível afirmar que as identificações pelas quais perpassam os imigrantes brasileiros na Irlanda acontecem em prol do afrouxamento das diferenças existentes entre imigrantes e irlandeses. Os informantes são confrontados com uma representação da identidade brasileira que é muito diferente daquela que possuem de si mesmos e, em sua maioria, não condizentes com seus modos pessoais de ser e agir. Eles se sentem fragilizados ao serem tipificados por características vistas como negativas pela sociedade irlandesa. Foi possível verificar que, em várias situações, ser reconhecido como brasileiro gera incômodo, pois os informantes se veem fixos em uma identidade nacional que para eles se encontrava em processo de reconstrução.

Nossos estudos apontam para o arrefecimento de identificações com a cultura brasileira e, ao mesmo tempo, para o reforço de laços e lealdades culturais inerentes ao país hospedeiro. No entanto, tornou-se evidente que hábitos e costumes advindos da cultura brasileira são mantidos na intimidade do lar. Consideramos possível inferir que a busca por uma identificação com os irlandeses tem por objetivo facilitar a inserção na sociedade irlandesa, mas não significa que eles abrem mão de suas identidades nacionais. Significa apenas a fragilidade da identidade nacional dos informantes no sistema de trocas sociais no qual estão inseridos.

Verificamos que os informantes de pesquisa carregam consigo traços das culturas, das tradições, das vivências no Brasil, mas são levados a negociar com a nova cultura em que vivem, sem serem assimilados por elas, sem perderem suas identidades. As ressignificações identitárias que ocorrem durante todo o processo migratório são preponderantes para que possam ir se adaptando e integrando à sociedade receptora, bem como para a ampliação de suas cidadanias na Irlanda.

Referências bibliográficas

AZEVEDO, Eliane Marchetti Silva (2015). A ressignificação da identidade e a re/construção de cidadania de brasileiros na República da Irlanda: um estudo de caso de brasileiros qualificados (2000-2014). Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP.

BARDIN, L. (2009). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, LDA.

BEZERRA, A.C.A. [et al.] (2007). Territórios, identidades e lutas sociais na amazônia. In: ARAÚJO, F.G.B., HAESBAERT, R. (Org.). *Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos*. Rio de Janeiro: Access Editora.

BÓGUS, L.M.M. (2007). Esperança no além-mar: Portugal no arquipélago imigratório brasileiro. In: MALHEIROS, J.M. (org.). *A imigração brasileira em Portugal*. Lisboa: alto comissariado para a imigração e diálogo intercultural (ACIDI).

BÓGUS, L. M. M.; VIDAL, S. M. S. (2005). Imigrantes brasileiros em Portugal e no Canadá: vivências temporais na migração internacional contemporânea. In: BERNARDO, T; RESENDE, P. E. A. (Org.). *Ciências sociais na atualidade*, 1ª ed., São Paulo: Ed. Paulus..

FREITAS, M. E. (2000). Vida de executivo expatriado: a festa vestida de riso e de choro. In: *Encontro Anual da ANPAD*, 24, 2000. Florianópolis: ANPAD.

HALL, S. (2006). *A identidade na pós-modernidade*. SILVA, T. T. (trad.). 11. ed. Rio de Janeiro: DP & A.

_____. (2009). Quem precisa de identidade? In: *Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais*. SILVA, T. T. (org.) HALL, S.; WOODWARD, K. 9ª. ed. Petropolis: Vozes.

_____. (2011). *Da diáspora: Identidades e mediações culturais*. Tradução: Adelaine La Guardia Rezende. 1ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG,

MARGOLIS, M. L. (1994). *Little Brazil: an ethnography of Brazilian immigrants in New York City*. Princeton: Princeton University Press.

_____. (2013). *Goodbye, Brazil: emigrantes brasileiros no mundo*. Tradutora: Aurora

M. S. Neiva. São Paulo: Contexto.

MATHEWS, G. (2002). *Cultura global e identidade individual: A procura de um lar no supermercado cultural*. Tradução: Mário Mascherpe. Bauru, SP: EDUSC.

REZENDE, C. B. (2009). *Retratos do estrangeiro: identidade nacional, subjetividade e emoção*. Rio de Janeiro, ed. FGV.

SALES, T. (1999). *Brasileiros Longe de Casa*. São Paulo: Cortez Editora.

SILVA, T. T. (2009). A Produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T. T. (ed.). *Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais*. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes.

SOUZA-SANTOS, B. (2001). *Pela Mão de Alice: O Social e o Político na Pós-Modernidade*. 8. ed. São Paulo, SP: Cortez.

TORRESAN, A.M.S. (2012). A middle class besieged Brazilians' motives to migrate. *Journal of Latin American and Caribbean Anthropology*, v. 17, n.1.

WOODWARD, K. (2009). Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. (ed.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes.

Fronteira: a construção da identidade transcultural dos imigrantes chilenos no Brasil

Mariela E. Toro Gonzalez¹

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar o processo de socialização dos imigrantes chilenos que chegaram ao Brasil na década de 1970 chamando a atenção para as peculiaridades dessa imigração no país, através da análise das redes sociais, das práticas de cooperação e solidariedade, do círculo de amigos, dos vínculos com a terra natal. Também analisamos as implicações que envolvem o retorno à terra natal. Além disso, chama a atenção para o fato desta imigração se caracterizar como uma imigração econômica, desmistificando o imaginário de que o imigrante chileno é um exilado político.

Palavras-chave: Migrações internacionais, Imigração chilena; Identidade; Redes de Sociabilidade.

Abstract: This paper aims to analyze the process of socialization of Chileans immigrants who arrived in Brazil in the 1970's, drawing attention to the peculiarities of this immigration in the country, through the analysis of social networks, cooperation and solidarity practices, the circle of friends, the ties with the homeland and the issues about the return. Furthermore, draws the attention to the fact that this immigration is characterized as an economic immigration, demystifying the imagination that puts the Chilean immigrant as a political exiled.

Keywords: International Migration, Chilean Immigration; Identity; Sociability networks.

¹ Formada em Ciências Sociais pela PUC-SP e mestranda do Programa de Ciências Sociais da PUC-SP. E-mail: mariela.toro@gmail.com.

Introdução

O Brasil sempre se caracterizou como polo receptor de imigrantes vindo de países latino-americanos, mas é na década de 1970 que essa mobilidade de pessoas vindas dos países vizinhos se torna mais expressiva, caracterizando-se, pela primeira vez, como grandes fluxos migratórios. Essas migrações se deram a partir das políticas de estímulo ao desenvolvimento científico e tecnológico e pela ocorrência de regimes ditatoriais.

O Chile, até a década de 1970, não se caracterizava por ser um país de grandes fluxos emigratórios. Ao mesmo tempo, o Brasil, que já era conhecido por ser um país receptor de imigrantes, principalmente de outros continentes, não havia recebido tantos chilenos até a década de 1970. Portanto, pode-se afirmar que este é o primeiro contingente migratório vindo do Chile para o Brasil.

Poucos são os estudos realizados sobre a imigração chilena no Brasil. Grande parte deles tratam da questão do exílio político, mas quase não existem trabalhos que chamem a atenção para os imigrantes econômicos. O caráter da imigração chilena para o Brasil, como poucos sabem, foi econômico. Logo após o golpe militar de 1973, o Chile - que já vinha sofrendo uma crise econômica em função de diversos boicotes sofridos pelo governo de Salvador Allende - vê agravar seu quadro econômico. Os salários foram reduzidos e os índices de desemprego cresceram assustadoramente. Foi nesse contexto que muitos chilenos decidiram sair do país em busca de melhores condições de vida. O Brasil vivia os anos do milagre econômico, além de estar em vigor, nessa mesma época, uma política de “importação” de profissionais especializados em áreas técnicas. Esses fatores foram decisivos para que o imigrante chileno escolhesse o Brasil como possível lugar de estabelecimento. Somando-se a isso, a proximidade que o país tem com o Chile também pesou na hora da decisão, já que estes imigrantes não desejavam se afastar do país de origem e também da família que lá ficou.

Assim, este artigo tem como questão central analisar a incidência do processo migratório na construção de uma nova forma de representar o mundo e organizar-se socialmente deste primeiro contingente de imigrantes chilenos, que chegaram no Brasil na década de 1970, através das redes de sociabilidade, chamando a atenção para as peculiaridades dessa imigração no Brasil: as redes sociais, as práticas de cooperação e solidariedade, o círculo de amigos, os vínculos com a terra natal e a questão do retorno.

Este artigo tem como base a pesquisa de iniciação científica “São Paulo: estrangeiros na metrópole”, que a autora realizou durante os de anos de 2001-2003 e no trabalho de conclusão de curso realizado em 2004.

Imigrações na América Latina

A América Latina caracterizou-se como área de imigração intercontinental até meados do século XX pela chegada de grande volume de imigrantes dos países europeus – e também asiáticos, no caso do Brasil – que tiveram um papel determinante no desenvolvimento de seus países.

No entanto, as migrações limítrofes adquiriram importância somente nos anos de 1950, por consequência do emergente processo de industrialização em alguns países latino-americanos, especialmente Brasil, Argentina e Venezuela. Nos anos de 1960, os movimentos migratórios intrarregionais ganharam maior impulso assumindo diferentes características: migrações temporárias, fronteiriças, permanentes para áreas agrícolas e para a cidade. É comum, nesta época, também, uma nação se constituir ao mesmo tempo como receptora e “expulsora” de mão de obra imigrante.

Entre os países do Cone Sul, a Argentina se constituía como maior polo de atração de imigrantes limítrofes, tanto pelo volume de pessoas quanto pela variedade das nacionalidades de origem. O país oferecia maiores possibilidades de trabalho e melhores salários do que outros países da América do Sul possibilitando condições estruturais, econômicas, políticas e demográficas para atrair os imigrantes. As causas do aumento das migrações fronteiriças encontram-se nas diferenças estruturais entre os países da região, nas diferentes taxas de crescimento econômico e demográfico e nos traços culturais e socioeconômicos em comum (BONASSI, 2000). Trata-se, em sua maioria, de migrações forçadas, provocadas pela pobreza e também por conflitos e guerras internas, perseguições ideológicas e política dos regimes militares.

Mas é na década de 1970 que estas migrações limítrofes para o Brasil começaram a ter um significado expressivo. Estas migrações se deram a partir das políticas de estímulo ao desenvolvimento científico e tecnológico e pela ocorrência de regimes ditatoriais. De fato, nessa época, assumiram o poder, em diversos países, governos ditatoriais altamente repressivos: Bolívia (1972), Uruguai e Chile (1973) e Argentina (1976). Foi a partir da tomada do poder pelo governo militar que ocorre, pela primeira vez na região, um êxodo maciço de exilados políticos, marcados pela clandestinidade.

O Brasil vivia, naqueles anos, uma relativa prosperidade. Por isso, muitos desses imigrantes se dirigiram para “o país do progresso, do futuro, do milagre econômico”. Além disso, o regime militar brasileiro era considerado “menos repressivo” do que nos países como a Argentina e o Chile.

É importante chamar a atenção para a questão das políticas migratórias, já que se revelam muitas vezes decisivas no que diz respeito à amplitude, à duração e à direção dos fluxos migratórios. De fato, as grandes etapas da história das migrações são marcadas pelos desdobramentos das regulamentações estatais.

Apesar das políticas restritivas, os fluxos migratórios na região do Cone Sul mantiveram-se e intensificaram-se, aumentando, nesse período, a presença de imigrantes ilegais. Com o objetivo de limitar a entrada de estrangeiros, apelou-se para o conceito de securitização. No Brasil, em 1969, promulgou-se o Estatuto do Estrangeiro, a fim de restringir a entrada de intelectuais, “subversivos e invasores”, favorecendo, em contrapartida, a vinda de técnicos a serviço do capital estrangeiro. Esse Decreto-Lei continha uma lista de profissões de alta especialização, em relação as quais os estrangeiros deveriam se enquadrar para poder permanecer de forma regular no país (SANTOS, 1991).

A imigração chilena dos anos 70

A emigração chilena foi vista em todo o mundo fundamentalmente como um exílio político, posto que o país vivia sob uma ditadura militar muito repressiva. Logicamente que a premissa do exílio não carece de sentido, pois de fato houveram milhares de pessoas que saíram do país como exilados políticos. Mas o que pouco se sabe é que a grande maioria dos chilenos que deixaram o país rumo ao Brasil o fizeram por motivos econômicos.

O Brasil recebeu os primeiros chilenos nos anos 50, atraídos pelo desenvolvimento do Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek. Posteriormente, no início da década de 1970, emigraram alguns indivíduos de direita que se sentiam ameaçados pelo governo da *Unidad Popular*, presidido por Salvador Allende. Entretanto, foram iniciativas esparsas que não chegam a caracterizar um fluxo migratório. Após o golpe, inaugura-se um período marcado pela repressão política e, em seguida, uma fase de recessão econômica, que produziu a perda dos padrões sociais das camadas médias e populares, levando milhares de chilenos a emigrar.

O Brasil recebeu os “exilados econômicos”² e os “aventureiros”. A motivação central apontada pelos imigrantes chilenos entrevistados para este estudo é o fator econômico, o que confirma a premissa de que essa imigração tem um caráter mais econômico do que político. É claro que o caos social e político, que vigorava no Chile

² É assim que, segundo a escritora Isabel Allende em seu livro *Mi País inventado*, os chilenos que saíram do país nessa época por motivações econômicas, gostam de ser chamados.

nessa época, também contribuiu para a decisão de emigrar. Portanto, são pessoas expulsas do país pelo conjunto de medidas políticas, econômicas, culturais e sociais implantadas durante o regime militar.

O regime vigente exercia um rígido controle nas diversas esferas da sociedade, fazendo-se presente na obtenção de um emprego, no acesso à universidade, na escola dos filhos, nas ruas e estradas, entre inúmeras outras instâncias. Embora a grande maioria da população que emigrou para o Brasil não tenha sido diretamente ameaçada (não foi presa, torturada, fichada etc.) são pessoas, que além de estarem subempregadas ou desempregadas, sentiam-se humilhadas neste Estado repressor.

A imigração chilena para o Brasil tem dois momentos; o primeiro ocorre ainda nos anos 70; o segundo virá após a crise de 1982 no Chile. Os perfis destes imigrantes, bem como suas inserções são diversas.

Nos anos de 1970, o Brasil necessitava mão de obra qualificada, uma vez que o país ainda não produzia esse perfil de profissional em número suficiente para trabalhar em sua indústria que crescia vertiginosamente nessa época. Assim, o país incentivou a vinda de imigrantes qualificados através de políticas de imigração. No Chile, o consulado brasileiro afixava uma tabela com as profissões que teriam preferência na obtenção de visto de residente permanente. A procura era grande, porque coincidia com uma intensa propaganda do “milagre brasileiro” veiculado pelos meios de comunicação chilenos. A imigração chilena para o Brasil, nessa época, se caracterizava por ser composta de indivíduos com uma formação especializada, principalmente engenheiros e outras áreas técnicas.

O parque industrial do ABC paulista absorveu grande contingente de trabalhadores chilenos. As montadoras de automóveis e autopeças estavam entre os primeiros empregos obtidos, bem como os setores do complexo metal-mecânico, indústria têxtil, construção civil e infraestrutura. Os chilenos, portanto, passaram a se concentrar, principalmente, nas regiões de Santo André, São Caetano e São Bernardo, permanecendo ali até os dias de hoje.

Os anos de 1980 trouxeram uma segunda onda migratória para o Brasil, marcadamente após o ano de 1982, quando ocorre a mais grave crise econômica do período militar. Nesta fase, a população emigrante é mais heterogênea. Os chilenos que vieram nesta época portavam apenas o visto de turista, pois o Brasil havia fechado as portas para a imigração chilena no final dos anos 70. Muitos que vieram nesta época permaneceram aqui de forma irregular.

Nos anos de 1970, ainda não estavam formadas as redes sociais. Eram raros os imigrantes que contavam com familiares ou amigos no Brasil. A maioria apenas trazia o nome do hotel ou aproveitava as indicações ouvidas durante a viagem de avião ou ônibus. Muitos, quando chegavam a São Paulo, se dirigiam às pensões econômicas no centro da cidade. Entre os chilenos ficaram famosas as pensões da Rua Itapeva e da Rua Frei Caneca. Estas pensões, além de serem um abrigo para descansar durante a noite, foram um espaço de intercâmbio das mais variadas informações. Como muitos nessa época vieram em situação praticamente regular, essa troca de informação era principalmente sobre formas e locais de procura de emprego ou onde comer barato e como pedir a comida, já que o idioma era estranho a eles.

O número de chilenos que desembarcou no Brasil apresentava algumas dificuldades uma vez que a Polícia Federal desconhecia o número de chilenos que entraram no país com visto de turista e aqui permanecerem de forma irregular. Porém, ao analisar os dados do censo do IBGE, é possível afirmar que foram nas décadas de 1970 e 1980 que estes imigrantes desembarcaram em maior número no país, números que se refletem no censo de 1980 e 1991, respectivamente. Em 1970, segundo o censo, haviam 1.900 chilenos no Brasil. Este número saltou para 17.830 no censo de 1980 e 20.437, em 1991. Já o censo de 2000 mostra que haviam 17.131 chilenos no país. Segundo dados da Polícia Federal, atualmente há 25.561 imigrantes chilenos no Brasil.

Paralelamente à questão da quantificação desses imigrantes, há outras questões quando o objetivo é falar de comunidades migrantes e que os números não mostram. São questões que dizem respeito à pessoa por trás do migrante.

Em terras brasileiras: as primeiras impressões

Os estudos acerca de comunidades (i)migrantes apontam que os primeiros momentos de uma migração são marcados por uma relação de estranhamento, pois existe um distanciamento com o lugar de destino por não se compartilhar costumes, valores, referências, códigos e, no caso de uma migração internacional, o idioma. Segundo Georg Simmel (1983), o (i)migrante ao se inserir na sociedade que o acolhe dela faz parte como um de seus membros, mas permanece na posição de estrangeiro, independente do tempo decorrido, uma vez que ele não pertence a esta sociedade desde sempre, possui uma origem diferente, portador de outros traços culturais. Nesse sentido, esse estranhamento está ligado à própria identidade cultural dos (i)migrantes.

Nos trabalhos acerca da problemática da identidade notamos que existem diferentes posturas teóricas, bem como definições e estudos diversos. Mas existe um consenso em torno desta discussão: a identidade se constrói a partir do “outro”, ou melhor, de um “eu” tendo o “outro” como contraste. Segundo Roberto Oliveira (1976), a identidade surge por oposição ao “outro”, no contato interétnico, que é chamado por ele de “identidade contrastiva”. Seria como um “jogo de espelhos”, no entender de Silvia Caiuby (1993), onde o “outro” se transforma em espelho, a partir do qual aquele que olha enxerga a si próprio. Nesse sentido, a ideia de identidade presumiria a ideia de alteridade e vice-versa, pois a própria reflexão sobre alteridade precede e permite toda reflexão identitária, já que o sujeito constitui sua identidade no confronto com o “outro”.

Com as mudanças sociais da época moderna, o olhar do pesquisador social se volta para o que Denise Jodelet (1998) chama de *alteridade de dentro*, ou seja, aquela produzida dentro de uma mesma sociedade. É importante destacarmos que a alteridade, aqui, não é tratada no sentido de exclusão, como geralmente é entendida, mas sim como uma relação entre o “eu” e o “outro”. Na alteridade estão imbricados os universos simbólicos e o imaginário, que interdependem e alimentam-se com o que se convencionou chamar de representações. Estas seriam como um corpus organizado de conhecimento e uma das atividades psíquicas graças às quais os homens tornam inteligível a realidade física e social. Dessa forma, é nas relações sociais – e no cotidiano - que conhecimentos socialmente estruturados e culturalmente aceitos irão combinar as elaborações individuais e estas, vice-versa, contribuirão socialmente, constituindo um movimento duplo e recíproco.

Boaventura de Souza Santos (1993) expõe três dimensões nas quais se assenta uma construção identitária: diferenciação, autorreferência e reconhecimento. O processo de diferenciação é o processo de separação entre “eu” e o “outro”, entre “nós” e o “resto”. A autorreferência é a busca da especificidade do “nós”, do “grupo”. Neste se buscará o que é comum e diferente do resto, e é neste processo também que adquirem importância os mitos de origem, os rituais e símbolos e a história compartilhada. E, para se constituir plenamente, uma identidade necessita do reconhecimento do “outro” com o qual se está em relação.

Em sua tese “Estrangeiros liberados no Brasil e brasileiros em Lagos”, Manuela Carneiro da Cunha (1985) aponta que no processo de identificação étnica assiste-se a uma dupla e indissociável gênese: a formação de uma cultura, que a autora denominou de “cultura da diáspora”; e a constituição simultânea da comunidade que se pauta por ela, à qual essa cultura serve de peso e de medida. A “cultura da diáspora” é uma seleção

elaborada de traços culturais tidos por autênticos e tradicionais. Mas, a escolha desses traços culturais, que irão garantir a distinção do grupo/comunidade enquanto tal vão depender da presença de outros grupos e da sociedade de estabelecimento. Tais elementos da “diáspora” devem ser sucintos, pois se busca levar, segundo a autora, aquilo que é mais operativo para servir de contraste.

O imigrante chileno configurou sua identidade cultural nacional chilena no processo de socialização acontecido no Chile. No processo migratório, sua identidade foi interagindo com uma nova realidade – no caso o Brasil – e, conseqüentemente, sua identidade cultural nacional foi se modificando. A autorreferência por oposição ao “outro”, a busca pelos “mesmos” e dentre aqueles que compartilham a mesma experiência - a da (i)migração – e, principalmente, aqueles que vieram do mesmo lugar de origem, vão marcar este primeiro momento da (i)migração. Neste sentido, as redes de sociabilidade jogam um papel importante neste processo de identificação/diferenciação com o outro.

Nos anos de 1970 ainda não estavam formadas as redes de sociabilidade dos imigrantes chilenos no Brasil. Muitos se dirigiam às pensões no centro de São Paulo onde passavam os primeiros tempos. As pensões desempenhavam múltiplas funções: eram um espaço de intercâmbio das mais variadas informações, desde o procedimento para a obtenção da documentação até locais e formas de procurar emprego, além, é claro, de tornarem-se um abrigo para descansar à noite³. Estes imigrantes que chegaram ao Brasil nos anos 70 relatam que os primeiros contatos e vínculos se constituíram entre os próprios chilenos. Partilhavam uma igualdade: a de possuírem as mesmas raízes, e a de compartilharem a experiência de ser um imigrante no Brasil.

Ao tratar da temática das redes de sociabilidade em sua tese de livre docência, Maura Vêras (2003) nos aponta as características dessas teias de relações tecidas pelos grupos de (i)migrantes como sendo importantes pelo seu papel fundamental de integração dos novos elementos na nova realidade, seja no sentido de fornecer os primeiros subsídios ao recém-chegado, seja por constituírem uma comunidade de apoio que pode orientá-los nos hábitos do lugar, na localização no novo espaço, na obtenção de um emprego.

Antes de entrarmos nas questões da importância dessas teias de relações tecidas pelos chilenos no Brasil, gostaríamos de apontar outra importante característica dessas redes e que também foi observada no discurso dos entrevistados. Todos os depoentes chamaram a atenção para o fato de que decidiram emigrar para o Brasil porque haviam

³ Ibidem.

recebido informações de amigos chilenos que já se encontravam no país e que lhes disseram que a situação da economia brasileira era muito boa e que as perspectivas de se conseguir um emprego também.

Assim, essas redes, além de facilitar a inserção em um novo contexto, são também imprescindíveis para a manutenção dos fluxos (i)migratórios, uma vez que se transformam em um elemento propagador da ilusão migratória, ou seja, de uma visão idílica do país de destino (SILVA, 1997), e, mais ainda, funcionam como uma estratégia que indica maneiras de ver o país de origem e de se relacionar com o país de adoção.

Muitos dos chilenos entrevistados destacaram que essa ajuda entre seus “patrícios” foi muito importante para o processo de adaptação. O maior desafio para estes imigrantes foi o idioma. Apesar da proximidade que há entre o espanhol e o português, no dia a dia muitas vezes o idioma se apresentou como uma barreira na comunicação com residentes para comprar comida, ir ao médico, ou ainda, para conseguir colocar os filhos em alguma escola. Muitos imigrantes não lembram o momento exato em que começaram a entender o português, mas nos apontam que, apesar de estarem há anos no Brasil e de entenderem e falarem o a língua, o idioma usado em casa continua a ser o espanhol.

Mas não é só a língua que estes imigrantes conservam em casa. Em muitas residências é possível observar elementos de referência ao Chile: bandeiras do país; quadros do porto de Valparaíso, moais da Ilha de Páscoa, pôsteres ou livros de Pablo Neruda; discos de artistas chilenos como *Los Jaivas*, *Violeta e Isabel Parra*; cds de *Illapu* ou *Inti Illimani*. Na cozinha observamos *tostadores*, *piedras* para fazer *Chancho en Piedra*⁵, potes com *dulce de membrillo* ou *mermeladas*⁶ *de damasco* ou *de mora* caseira feitas na última visita ao país natal ou trazidas por algum parente.

Estes elementos inseridos do cotidiano fazem parte de uma tentativa de recriar a terra natal na diáspora. São significativos não tanto pelo valor de uso, mas pelo valor simbólico que carregam, representando uma filiação a uma nação que, após o deslocamento geográfico, os imigrantes chilenos compartilham apenas simbolicamente. Paralelamente a essa união simbólica com o país de origem, passam a marcar uma diferença com relação ao país de estabelecimento.

Esse “compartilhar” de tradições, hábitos e elementos simbólicos pelos imigrantes

⁴ Estátuas da Ilha de Páscoa.

⁵ Salsa muito popular no Chile feita com tomate e alho moídas em uma pedra côncava.

⁶ Geléias.

de uma mesma nacionalidade, a partir de uma identidade cultural nacional comum é o que será chamado por Vêras (2003) de “comunidade de iguais”. Segundo a autora, essa “comunidade de iguais” é também reforçada pelo elo das tradições do local e contribuem para a especificidade do grupo, que segundo Maura Vêras também implica em um aprofundamento da relação de alteridade com a sociedade receptora.

Contudo, esses traços culturais serão modificados no novo contexto, ganhando uma nova dimensão: a de ser uma afirmação sobre uma identidade étnica (CUNHA, 1985). É por isso que acreditamos que os (i)migrantes utilizam elementos e símbolos ditos tradicionais ou nacionais para construir sua identidade na relação com o “outro” e, mais do que isso, para marcar essa diferenciação em relação à sociedade que o adotou, afirmando-se assim como “outro” perante a sociedade de estabelecimento. Mas estes elementos só farão sentido se compartilhado pelo grupo de “iguais”.

Observamos no decorrer da pesquisa “Estrangeiros na Metrópole: a produção da alteridade, cultura e territórios em São Paulo” que, no processo de inserção na sociedade brasileira, muitos grupos de (i)migrantes formavam associações com interesses que ultrapassam a pura solidariedade. Visavam também manter sua cultura original no Brasil e representá-la perante a sociedade brasileira. Um exemplo ilustrativo disso são os inúmeros grupos folclóricos formados pelos mais variados grupos de (i)migrantes. É importante destacar que muitas vezes esses (i)migrantes nunca haviam participado de qualquer grupo de dança e, às vezes, mal conheciam bailes tradicionais de seu país ou lugar de origem. Isso nos faz acreditar que de fato há uma necessidade do (i)migrante de assumir-se como o “estranho” e de ser reconhecido pela sociedade de estabelecimento como tal.

Em sua tese “Nas terras do deus-dará”, Dulca Baptista (1998) aponta que essa organização funciona como um “nicho identificatório” para a população que envolve. A ideia de “nicho identificatório” é vital para concluir a questão da subjetividade e da rede como lugar de resistência e de alteridade com a sociedade de estabelecimento.

Entre duas pátrias: a construção de uma identidade transcultural

Após vinte e cinco anos vivendo no Brasil, estes imigrantes mantiveram seus laços de amizade com seus conterrâneos. Mesmo já tendo passado pelo período de adaptação, de já estarem, de certa forma, inseridos no país de estabelecimento, de terem criado seus filhos e em alguns casos, os netos, no Brasil, procuram se relacionar e ter vínculos de

amizade apenas com outros chilenos. O principal motivo apontado é o poder compartilhar as coisas em comum – tanto pelo fato de serem conterrâneos, mas também por serem todos imigrantes.

Esse círculo de amigos, como vimos, foi se constituindo no trabalho, nas pensões e também através de outros chilenos. Muitos, de fato, retornaram ao Chile nos anos 80 e 90, mas aqueles que ficaram e formaram seus vínculos de amizade continuam preservando esses laços até o dia de hoje. Uma das principais funções dos grupos de amigos é substituir as relações familiares que permaneceram no Chile. Observam-se práticas de ajuda mútua no cuidado dos filhos, cooperação e solidariedade existentes até hoje. Após trinta anos de sua imigração, os imigrantes chilenos já passaram por essa primeira fase de adaptação e o estranhamento inicial já foi superado. Mas será que essa percepção e distinção entre o “nós” e os “outros” também? Segundo Cortes, o estrangeiro, após certo tempo, começa a viver uma segunda fase de estranhamento: aquela para com o país de origem.

Muitos trabalhos sobre grupos de (i)migrantes apontam que o processo de adaptação na sociedade de estabelecimento e de origem vai desencadear uma transformação na identidade cultural nacional do estrangeiro. Em outras palavras, a medida que o (i) migrante vai se integrando à nova cultura do país de estabelecimento, sua identidade cultural vai se modificando. Velhos traços vão se transformando, novos traços vão sendo assimilados, e é desta transformação que surge uma nova identidade cultural, que não é mais a sua identidade “original” – do país de origem – mas também não é a identidade do país de destino – no caso, a identidade brasileira.

A identidade desse estrangeiro, pela “força” da transformação, é uma identidade transcultural (TODOROV, 1999) que o coloca em conflito permanente com suas raízes. Tzvetan Todorov (1999), na introdução de seu livro “O homem desenraizado” – uma introdução autobiográfica – fala que o estrangeiro após anos vivendo em meio à outra cultura, passa a carregar em sua bagagem uma identidade que é “dupla”, ou seja, com elementos do lugar de origem e também do lugar de destino. É nesse sentido que o autor denomina essa “dupla” identidade de identidade transcultural. Uma vez constituída essa identidade, o (i)migrante passa a sentir estrangeiro na sociedade de estabelecimento e também na sua própria terra natal.

Ousaremos em dizer que a língua é o fator mais nítido deste processo de transculturação. O que o imigrante chileno fala já não é o espanhol puro. Ele incorporou no seu vocabulário palavras da língua portuguesa, formando um terceiro idioma que é comumente chamado de *portunhol*. Os próprios imigrantes apontaram para o fato de que

já não conseguem falar o espanhol puro, sem acrescentar algumas palavras do português, mesmo quando estão no Chile. Além disso, apontam que o chileno que emigrou fala um castelhano mais lento que do chileno que permaneceu no país.

Apesar desses imigrantes conservarem seus costumes, hábitos e cultura, com o passar dos anos foram incorporando aspectos da cultura brasileira no seu cotidiano. O fato de terem emigrado e terem vivido uma realidade diferente em um novo contexto fez com que a visão e a percepção que tinham do seu país de origem mudasse. O “olhar” que se tem agora em relação ao Chile é um olhar “de fora”, um olhar estrangeiro. Este olhar “de fora” consegue captar as contradições, os conflitos e até a própria cultura do país que, antes da imigração, não era percebida porque não existia uma outra referências que permitisse uma comparação. A (i)migração amplia o acervo de referências culturais do imigrante adquirindo novas formas de identificação (DOMINGUEZ, 2004).

Quando perguntamos aos nossos entrevistados como eles se veem hoje, a resposta foi unânime: todos se sentem “duplos” estrangeiros; tanto na terra natal quanto na terra adotada. Há ainda quem diga que se sente mais “estranho” no Chile do que no Brasil. É como se estes indivíduos habitassem a “fronteira”, ou seja, estivessem sempre divididos por se encontrarem permanentemente em dois lugares ao mesmo tempo, como se estivessem em lugar nenhum – nem no Chile nem no Brasil – ou no dizer de Marc Augé (1994), em um não-lugar.

O retorno

Os últimos anos da década de 1980 foram marcados por uma grande transformação política no Chile: a ditadura chegara ao fim. O Brasil, nesse período, estava passando por um ciclo de crises econômicas. Esses fatores colocaram muitos chilenos no dilema do retorno ao país de origem.

A democracia encabeçada por Patricio Aylwin (1990-1993) implementou políticas que promoveram o retorno dos chilenos que viviam no exterior e os altos índices de crescimento econômico da época criaram muitas expectativas. Muitos chilenos, nesse período, encerraram o ciclo da imigração e voltaram para sua terra. Os que ficaram perceberam que também haviam encerrado um ciclo e que, além de sofrerem uma transformação em sua identidade, haviam também constituído um “lar” no Brasil, onde já haviam se estabilizado economicamente e profissionalmente.

Atualmente, os imigrantes que vieram nos anos de 1970, já entraram em outra fase: já criaram seus filhos, estão aposentados ou em vias de e, com isso, cogitaram a

possibilidade de voltar ao Chile. O que percebemos no discurso desses imigrantes é que a vontade de retornar à suas raízes sempre existiu. Na verdade, eles declararam que no próprio projeto migratório já estava implícita a ideia do retorno, já que a maioria emigrou para o Brasil com a finalidade de juntar dinheiro e voltar. Mas muitas coisas foram acontecendo e estes imigrantes foram adiando cada vez mais retorno a sua terra.

A questão do retorno parece um fator indiscutível quando se trata de (i)migrações. Segundo Laura Esteves (2000), todos os indivíduos que estão longe de tudo aquilo que se constitui nos elementos responsáveis pela sua formação cultural e social, onde estão enraizadas suas origens, alimentam o desejo de um dia poder retornar para sua terra natal, berço de sua existência. A ideia de emigração, portanto, traz subjacente à ela a ideia de um retorno. O emigrante não é apenas aquele que parte para outro país, é aquele que de alguma forma se mantém ligado ao país de origem (MONTEIRO, 1994), e de alguma forma, o retorno está ligado a este fator.

Realmente, emigrar não implica em um esquecimento ou desligamento total do local de origem. Alguns imigrantes chilenos ressaltaram que o contato com a família que ficou lá ainda permanece e, de certa forma, existe uma relação entre a vontade de retornar e a existência de familiares próximos no Chile. Aqueles que já não têm um forte vínculo com algum familiar –seja mãe, irmão, primos, tios, sobrinhos – quando indagados sobre a possibilidade de um retorno, respondem não saberem se o fariam. Somado a isto, uma vez constituída a família no local de destino, o retorno definitivo se torna ainda mais difícil, pois deixar os filhos e netos no Brasil seria doloroso. Porém, outros entrevistados afirmam que voltariam ao Chile porque acham importante voltar às suas raízes. Aos lugares sagrados.

Em suma, o retorno ou não às suas raízes e ao seu lugar de infância é uma questão que se coloca em algum momento da vida de cada imigrante, mas fazê-lo de fato é uma decisão pessoal frente à conjuntura que ele se coloca.

O que não se pode negar é que a (i)migração, como ressalta Martins (1988), apesar de todos os percalços que o imigrante enfrenta, pode significar um ganho para aquele que dela experimenta. Do ponto de vista econômico, a migração abre possibilidades de melhorar o nível de vida, comparando-se com o vivido anteriormente e do ponto de vista social e cultural, tal processo pode abrir um amplo leque de contatos com múltiplos universos culturais, os quais podem ser enriquecedores tanto para o (i)migrante quanto para a sociedade que o recebe (MARTINS, 1988).

Considerações Finais

A problemática central deste artigo esteve direcionada a pesquisar o processo de construção identitária dos imigrantes chilenos que chegaram ao Brasil nos anos de 1970. O contexto histórico em que se deu esse primeiro contingente de imigrantes foram os anos da repressão militar de Augusto Pinochet, que se instalou no Chile em setembro de 1973. Somado a isso, uma forte crise econômica veio assolar o país. Juntamente com a crise econômica, o Chile vivia um caos social e político imposto pelo regime ditatorial. A partir daí milhares de pessoas decidem abandonar o país em busca de melhores condições de vida. Muitos imigrantes chilenos relataram que a principal razão da emigração foi a situação econômica do Chile; a falta de emprego, os baixos salários e a falta de perspectivas profissionais. Além disso, a desordem social e política também pesou na hora da decisão. Nesse sentido, é possível afirmar que a imigração chilena se caracteriza por ser uma imigração econômica e não um exílio político.

A escolha pelo Brasil não foi mero acaso. Nesta época, o país vivia os anos do “milagre econômico” e experimentava um crescimento econômico alicerçado em um desenvolvimento industrial sem igual na América Latina (CORTES, 2000). Somado a isso, vigorava no Brasil uma política migratória de “importação” de profissionais qualificados. Cabe lembrar que essa política se restringia apenas a profissionais técnicos que seriam destinados ao setor industrial que, na época, se encontrava em crescimento.

Os imigrantes chilenos que vieram para o Brasil nos anos de 1970 eram, em sua maioria, engenheiros e técnicos qualificados. Muitos desses indivíduos optaram por emigrar para terras brasileiras por indicação de amigos ou ex-colegas de trabalho no Chile, que já se encontravam aqui. Outra razão que os fez optar pelo Brasil foi a proximidade que o país tem com a terra natal, já que estes imigrantes não desejavam se afastar em demasia do país de origem, nem tampouco da família, possibilitando, também, visitá-los quando desejassem.

No Brasil, estes imigrantes encontraram-se em uma situação contrastiva com um “outro” que eles não conheciam. Na realidade, eles próprios perceberam-se como “outro” em uma terra estrangeira. A partir daí, começaram a pautar sua identidade cultural nacional, ou seja, a partir do contraste com o “outro” – no caso os brasileiros – o imigrante chileno começou a voltar os olhos para sua própria identidade. Nesta conjuntura contrastiva estes indivíduos foram em busca dos seus “iguais” – que seriam aqueles que compartilham da mesma experiência migratória e, dentre estes, aqueles provenientes do mesmo lugar de origem, no caso, o Chile.

As redes de sociabilidade foram muito importantes para acalantar e inserir os imigrantes recém-chegados no novo contexto. Estas redes sociais, pelo que se viu, não representam somente o “apoio necessário” entre os que dividem um passado cultural comum em uma terra estrangeira. Elas também são responsáveis por uma nova forma de organização para enfrentar os problemas e obstáculos que se apresentam no país de estabelecimento. Essa organização é baseada na reciprocidade e na cooperação entre os (i)migrantes, possibilitando, também, a reconstrução da identidade e da cultura de origem na nova realidade.

No Brasil, os chilenos vão procurar suas “raízes” para pautar sua diferenciação perante os brasileiros. Num processo de identificação/diferenciação, eles constroem, juntamente a seus iguais, uma identidade na diáspora. Estes imigrantes vão procurar elementos e símbolos “tradicionais” de seu país de origem para construir sua identidade na relação com o “outro”, ao mesmo tempo em que se afirmam como “outro” perante a sociedade de estabelecimento. Porém, esta cultura da diáspora só faz sentido porque seus elementos são compartilhados pelo “grupo de iguais”. Essa rede de sociabilidade, portanto, também funciona como um “nicho identificatório” (BATISTA, 1998) para o grupo de migrantes. Assim, essa bagagem comum e a ideia de pertencer à mesma comunidade original permitem o desenvolvimento de práticas de ajuda mútua e solidariedade no interior do grupo.

Na pesquisa notamos que a procura pelos “iguais” não se restringe apenas à primeira fase da imigração. Com o passar dos anos, os vínculos de amizade que se formaram entre os imigrantes chilenos durante esse primeiro período se mantiveram e se intensificaram. Segundo pesquisa de Cortes, os imigrantes chilenos de São Paulo têm formado associações e outros grupos organizados, principalmente na última década. Os imigrantes entrevistados relataram que seu círculo de amigos é formado apenas por chilenos e assim o preferem porque com outros chilenos há mais coisas em comum. A relação dos entrevistados com brasileiros se restringe apenas ao ambiente de trabalho.

O imigrante chileno, com o passar dos anos, foi-se integrando à nova sociedade. Sua identidade cultural foi sofrendo modificações e, conseqüentemente, velhos traços foram se transformando e novos foram sendo incorporados. Dessa transformação surgiu uma identidade transcultural (TODOROV, 1999) ou seja, uma identidade que é, ao mesmo tempo, brasileira e chilena.

Constituída essa nova identidade, o imigrante chileno passa a sentir-se estrangeiro tanto na sociedade adotada quanto na sociedade de origem. Na fala dos imigrantes, todos

alegam não saberem a qual lugar pertencem, já que se sentem o “outro” em ambos países. Assim sendo, esses imigrantes encontram-se “na fronteira” permanentemente, ou seja, “com um pé lá e outro cá” e, por se encontrarem em dois lugares ao mesmo tempo, estão em um “não-lugar” (ÁUGE, 1994).

Com o fim do regime militar de Pinochet nos anos 90 e com as sucessivas crises que o Brasil vivia nessa mesma época, os imigrantes chilenos foram levados a avaliar a experiência migratória diante dessa conjuntura. Segundo Tito Monardez (1994), o governo de Patricio Aylwin (1990-1993), que sucedeu a ditadura pinochetista, implementou políticas que promoveram o retorno dos chilenos que viviam no exterior. Muitos, de fato, retornaram ao Chile, mas os que ficaram no Brasil, perceberam que já haviam se adaptado ao país e também constituído em “lar”.

Atualmente, esses imigrantes da primeira geração já estão aposentados ou estão em processo de; já criaram seus filhos e, muitos, inclusive, já têm netos. Diante de sua atual situação, o imigrante chileno encontra-se, novamente diante da possibilidade do retorno. Na verdade, esse desejo sempre existiu e, segundo Sayad⁷, ele vem colado ao próprio projeto (i)migratório. É uma vontade natural de todo (i)migrante.

Entre os imigrantes chilenos existe uma nostalgia da terra natal e uma vontade de retornar a ela. Mas, ao mesmo tempo, estes imigrantes não querem deixar para trás ou abandonar de vez o país que os acolheu e que lhes possibilitou novos caminhos e uma outra percepção de si mesmo. Este sentimento é parte constitutiva da própria identidade transcultural desses estrangeiros já que, hoje, eles sentem que pertencem a ambos os lugares, querendo, assim, conservar, onde quer que esteja, o melhor dos dois mundos. A identidade transcultural do (i)migrante acaba tornando-o um cidadão do mundo, ou seja, um sujeito sem apego à pátria, ao país, às nacionalidades. É a identidade do ser humano sem fronteiras.

A experiência (i)migratória se apresenta como uma realidade complexa e facetada. Implica diversas questões sócio-econômicas, políticas, culturais e até mesmo religiosas que envolvem indivíduos e sociedades⁸. Mas para aquele que migra, as riquezas e contradições de tal experiência talvez nunca possam ser traduzidas ou expressas em categorias, pois o vivido é dinâmico e implica sentimentos e sonhos difíceis de serem quantificados, verbalizados ou, até mesmo, escritos.

⁷ SAYAD, A, op.cit, pág 59.

⁸ SILVA, Sidney Antônio da, Costurando Sonhos, trajetória de um grupo de imigrantes bolivianos em São Paulo, São Paulo, Paulinas, 1997.

Referências Bibliográficas

- ALLENDE, Isabel *Mi país inventado*, Sudamericana, Buenos Aires, 2000.
- AUGÉ, Marc *Não-lugares: introdução a uma antropologia da super modernidade*., Papirus, Campinas, 1994.
- BAPTISTA, Dulce *Nas terras do Deus-dará: nordestinos e suas redes sociais em São Paulo*, Tese de Doutorado, PUC-SP, São Paulo, 1998.
- BERGER E LUCKMANN *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*; Ed. Vozes, Petrópolis, 2000.
- BEVILACQUA, Maria Edith Guerreiro *Estrangeiros- peregrinos da América: os latino-americanos do Cone Sul (argentinos, chilenos e uruguaios 1970-1990)*, Dissertação de Mestrado, Unicamp, Campinas, 1992.
- BILAC, Dória E. *Famílias de trabalhadores, estratégias de sobrevivência: a organização da vida familiar em uma cidade paulista*, Símbolo, São Paulo, 1978.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*, Ed. Companhia das Letras, São Paulo, 1994.
- BONASSI, Marguerita. *Canta, América sem fronteiras: imigrantes latino-americanos no Brasil*, Ed. Loyola, São Paulo, 2000.
- BRITO, F; Os Povos em movimento: as migrações internacionais no desenvolvimento do capitalismo, in Patarra. N. *Emigração e Imigração internacionais no Brasil Contemporâneo*; Volume 1, Campinas, setembro, 1995.
- CAIUBY , Silvia *Jogo de espelhos: imagens da representação de si através dos outros*. Edusp, São Paulo, 1993.
- CORTES, Verônica P. Aravena *Chilenos em São Paulo: a trajetória de uma imigração*. Tese de doutoramento, FFLCH, 2000.
- CUNHA, Manuela da. *Estrangeiros liberados no Brasil e brasileiros em Lagos*. Brasiliense, São Paulo, 1985.
- D'ADESKY, Jacques; Imigração interna e controle de estrangeiros – o discurso nacional e a prática da exclusão social; Seminário Internacional – *As minorias e o Direito*; Série Cadernos, V.24, Rio de Janeiro, s/d.
- DOMINGUEZ, Luis Esteban *Imigração Argentina em São Paulo 1970-1983: ressignificando identidades*. Dissertação de mestrado; PUC-SP, 2004.
- ESTEVES, Laura Leitão *Entre duas pátrias, o mito do retorno: memória e imaginário de mulheres portuguesas em São Paulo*; Dissertação de mestrado em Ciências Sociais; PUC-SP, 2000.
- GARRETÓN, Manuel A. Evolução política do regime militar chileno e problemas da transição para a democracia; in O' Donnell, Guillermo, *Transição do regime autoritário*.

Ed. Vértice, s/d, pág.73-81.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. DP&A, Rio de Janeiro, 2004.

HOJMAN, Eugenio 1973-1989 Memorial de la Dictadura: cronologia de 16 años de pesadilla; Editorial Emisión, Santiago- Chile, s/d.

IANNI, Octavio. *A era do Globalismo; Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, 1997.

JODELET, Denise “A alteridade como produto e processo psicossocial” in: ARRUDA, A. (org.), Representando a alteridade, Vozes, Petrópolis, 1998.

MARTINS, José de Souza. *Migrações temporárias: problema para quem?* in Travessia, São Paulo, CEM, ano 1, n°1, maio/agosto, 1988.

MENEZES, Lená Medeiros. *Movimentos e políticas em perspectiva histórica: um balanço do século XX*. In: CNPD, Migrações internacionais: contribuições para a política. CNPD, Brasília, 2001.

MONARDEZ, Tito Artur *Identidade étnica e aculturação do emigrante chileno residente na Grande São Paulo, que emigrou após o Golpe de Militar de 1973*, Dissertação de Mestrado, PUC-SP, São Paulo, 1994._

MONTEIRO, Paulo Filipe; *Emigração: o eterno mito do retorno*; Celta editora, Oeiras, 1994.

MONARDEZ, Tito Arturo Valencia *Identidade étnica e aculturação do emigrante chileno residente na Grande São Paulo, que emigrou após o Golpe de Militar de 1973*, Dissertação de Mestrado, PUC-SP, São Paulo, 1994._

OLIVEIRA, Roberto C. *Identidade, etnia e estrutura social*; Pioneira, São Paulo, 1976.

PELLEGRINO, Adela . As migrações no Cone Sul, com ênfase no caso do Uruguai, in Patarra, N. Lopes (coord.), *Emigracao e imigração internacionais no Brasil contemporâneo*,_v.1, Fnuap, Campinas, junho 1996, p.78-88.

PERALVA, Angelina *França: imigrantes, estrangeiros, estranhos*; In: Revista Lua Nova, s/d, s/ed, n°33, 1994.

PEREIRA, João Baptista Borges. in *Costurando Sonhos: trajetória de um grupo de imigrantes em São Paulo*; da Silva, Sidney Antonio; Paulinas, São Paulo, 1997.

SADER, Emir. *Chile (1818-1990): da independência à redemocratização*._Brasiliense, São Paulo, 1991.

_____. *Democracia e ditadura no Chile*. Brasiliense, São Paulo, 1984.

SANCHEZ, Domingo. Migraciones internacionales desde los países del Cono Sur e América Latina hacia el Brasil, in *Migraciones internacionales em América Latina*, Cepam, Caracas, v.1, 1980, pp.155-172.

SANTOS Junior, Belisário dos. *Alterações na situação jurídica do estrangeiro no Brasil*.

Lei 6.815/80 *in* Travessia, n.11. Centro Pastoral dos Migrantes N. Sra. Da Paz, São Paulo, 1991.

SAYAD, Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. Edusp, São Paulo, 1998.

_____. *A noção do retorno na perspectiva de uma antropologia total do ato de migrar in Travessia: Revista do Migrante*, nº especial, janeiro, 2000.

SCHWARCZ, L. M. e QUEIROZ, R. (org.) *Raça e diversidade*. Estação Ciência/CNPq/Edusp, São Paulo, 1996.

SIMMEL, G. O estrangeiro (pág 182-188). G., *Georg Simmel: Sociologia*, Coleção Grandes Cientistas Sociais. Ática, São Paulo, 1983.

SINGER, Paul. *Economia Política da Urbanização*; Ed. Contexto, São Paulo, 1998.

SILVA, Sidney Antônio da. *Costurando Sonhos, trajetória de um grupo de imigrantes bolivianos em São Paulo*. São Paulo, Paulinas, 1997.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Modernidade, identidade e a cultura de fronteira*. Tempo Social, São Paulo, 1993.

TODOROV, Tzvetan. *O homem desenraizado*. Record, Rio de Janeiro, 1999.

VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. *DiverCidade: territórios estrangeiros como topografia da alteridade em São Paulo*; Educ, São Paulo, 2003.

_____. *Territorialidade e cidadania em tempos globais: imigrantes em São Paulo*. XXI ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. Caxambu, 1998.

Novos imigrantes em Caxias do Sul (RS): identidade e história oral¹

Assis Felipe Menin²

Resumo: Este artigo trabalha a história oral entre imigrantes haitianos e senegaleses na cidade gaúcha de Caxias do Sul (RS). Esses imigrantes relatam experiências, desilusões, afetos e esperanças em relação à cidade. O passado provoca um choque nesse *continuum* entre os diferentes momentos do tempo, ou ainda, no conceito de “entre - lugar” com o qual se procura involuntariamente esquecer o antigo, o passado *lá*, para reelaborar uma nova identidade no presente, o *aqui*, com vistas ao futuro, nem sempre encontrado. O artigo ainda busca entender imaginários *com* e *sobre* os novos imigrantes do século XXI. A investigação analisa como esses imigrantes constroem suas vidas na cidade articulando suas experiências ao procurar conquistar visibilidade e o direito de fazer da região um local de esperanças e espaço para uma vida melhor. No trabalho ficou claro o desrespeito, a xenofobia e o preconceito que persistem na sociedade brasileira.

Palavras-chave: História oral; Imigrantes; Imaginários; Preconceito; Saudade.

¹ Este artigo é parte da dissertação do autor intitulada: “Entre ‘velhos’ e novos imigrantes: Memórias e Representações em Caxias do Sul no Tempo Presente (2005 - 2016)”, sob orientação da profa. Dra. Gláucia de Oliveira Assis. Os nomes dos imigrantes haitianos e senegaleses são fictícios; a finalidade é preservá-los a identidade. As entrevistas foram realizadas entre outubro de 2015 e março de 2016.

² Mestre em História do Tempo Presente pela Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC.
Email: a.f.menin@gmail.com

Abstract: This article tries to work with oral history among Haitian immigrants and Senegalese in the city of Caxias do Sul, in the state of Rio Grande do Sul. The immigrants relate the experiences, disillusionments, affections, longings and hopes that have brought them to Brazil and feel in the city of Caxias. The past, by its nature, causes a shock in this *continuum* between the different moments of time, or even the concept of “*between-places*”, with which it seeks involuntarily forget the old, the past there, to redesign a new identity in the present, in here, overlooking the future; however, not always found. The article also attempts to understand imaginaries with and about new immigrants of the XXI century. Investigates how immigrants build their lives in the city, articulating their migratory experiences when looking for conquering visibility, and the right to make the city and region, a place of hope and space for a better life. Highlights the disrespect, xenophobia and prejudice persisting in Brazilian society.

Keywords: Oral History; Immigrants; Imaginaries; Preconception; Missing.

Introdução

As imigrações, sejam elas históricas ou contemporâneas, com cada imigrado carregam memórias do que ele/ela deixou para trás: pessoas, lugares, sabores, ou seja, sua terra natal. Mas também traz imaginários sobre o país, neste caso, o Brasil.

Dentre essas memórias e imaginários, ao trabalhar com a fonte oral, o historiador se depara com várias possibilidades que esta metodologia oferece: as lembranças, as canções, a comida, os cheiros, os locais e os ambientes que a memória seletiva produz de nostálgico no imigrante, como o tempo perdido ou a saudade, a memória de uma história que ficou marcada em sua história e que faz parte de sua identidade.

Este discurso constrói identidades que são colocadas, de modo ambíguo, entre o passado e o presente. A identidade e os imaginários que a imigração produziu, não durante o processo migratório em si, mas depois, são tentativas de voltar ao passado, de recuar defensivamente para o “tempo perdido”. Este discurso se baseia, em grande parte, em ideais e imaginários, no sentido de Benedict Anderson (2008).

A definição de identidade aqui utilizada constrói-se a partir dos estudos de Hall, ou, melhor dizendo, das definições de Stuart Hall sobre os imigrantes em dois de seus principais livros - *Da diáspora* e *A identidade Cultural*-, respectivamente de 2003 e 2006. As identidades no mundo contemporâneo, globalizado, vão sendo construídas social e historicamente. Assim, parafraseando o autor, as identidades ou identificações na contemporaneidade são atravessadas por várias questões, que não as estabilizam, não as fixam. São construídas a partir de interpelações que nos rodeiam, como forma de nos manter no mundo ou, até mesmo, de ser aceitos. Por isso, as identidades estão em andamento e poderíamos chamá-las, no dizer de Hall (2006), de identificações. Ao pensar a diáspora haitiana e senegalesa na contemporaneidade, as identidades são recriadas em movimentos; com isso, antigas identificações deixam de ser significativas ou então se tornam mais significativas quando em contato com esse *outro* e com as diferenças.

No caso dos dois grupos aqui estudados, os senegaleses e os haitianos, sua vinda causou pânico, muito em função da mídia. As migrações em Caxias do Sul não são um caso recente. Segundo Herédia (2015), a cidade atrai e atrai um número significativo de migrantes durante vários momentos de sua história: primeiro, a grande imigração italiana; depois, com seu desenvolvimento industrial, principalmente a partir das décadas de 60, ao provocar o êxodo rural da região colonial italiana e, mais tarde, do próprio estado e dos demais estados do país (BAENINGER, 2012; UEBEL, 2015; HERÉDIA e TEDESCO, 2015; TEDESCO e MELLO, 2015).

A imigração de haitianos inicia-se em volume mais expressivo a partir de 2011, logo após o terremoto no Haiti, embora este desastre natural não possa ser indicado como fator decisivo na imigração desse povo, já que sua mobilidade diaspórica vem desde a sua independência. Segundo Handerson (2015), é um segmento desse povo, transnacional, social e historicamente, que transforma a migração em fenômeno cotidiano (PIMENTEL & COTINGUIBA, 2015). Para eles, a palavra ‘diáspora’³ faz parte de sua história e das redes dos e/imigrantes. A língua oficial é o francês; porém, o povo haitiano fala o *creole*. A principal porta de entrada para eles é a fronteira amazônica, via estados do Amazonas e Acre (MAGALHÃES, 2015; SILVA, 2015). Silva (2015) aponta outras formas de entrada no país. No início de 2011, a principal foi justamente pela fronteira amazônica.

Uebel (2015) e Tedesco (2015) mostram que, da região colonial italiana do Rio Grande do Sul (RCI) que mais recebeu migrantes haitianos, as duas cidades, Caxias do Sul e Bento Gonçalves, perfazem, juntas, 50% do total. O atrativo maior destas cidades são a indústria automotiva, a têxtil e a moveleira, ou a construção civil.

Já os imigrantes senegaleses intensificaram seu fluxo a partir de 2011, embora a mídia tenha dado um destaque maior de 2013 em diante; esses também, perfazendo a rota dos haitianos pela região amazônica. Além deste roteiro, têm recorrido à alternativa oferecida pela Europa, mais especificamente da Espanha para o Equador e, daí para o Brasil. Conforme aponta Uebel (2015), embora haja voos diretos da Espanha para o Brasil, os imigrantes não o fazem por muitos deles não terem visto, o que faria com que fossem deportados.

A escolha destes dois grupos - haitianos e senegaleses - se deve à sua maior quantidade na cidade. Em outubro de 2015, a Secretária de Saúde da Prefeitura de Caxias do Sul registrava, em seu cadastro, 1.709 imigrantes nacionais do Senegal e 1.655 nacionais do Haiti.

O imaginário de quem chega e de quem já está *ali*

Ao pesquisar estes imigrantes, interessa saber que ideia do Brasil os haitianos e senegaleses têm, ou o que imaginavam de Caxias do Sul. Interessa igualmente saber quais são os imaginários dos autóctones sobre os *outsiders*, ou que ideia se fazem do vasto

³ Sobre o uso político do termo diáspora entre o povo haitiano, ver: HANDERSON, Joseph. Diáspora. As dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname e na Guiana francesa. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Social do Museu Nacional, UFRJ. Rio de Janeiro, 2015.

continente africano, mais especificamente do país de origem dos senegaleses. A história oral por eles contada é capaz de responder, ao menos em parte, a esses questionamentos sobre Caxias do Sul e sobre o próprio Brasil.

No livro *O Espetáculo das Raças*, Lilia Moritz Schwarcz (1993) apresenta a ideia que se tinha do Brasil lá fora no final do século XIX e início do século XX. Era, segundo informa, a de um país de intensa miscigenação racial, ou de uma sociedade de raças cruzadas. Muitas destas ideias partiam de intelectuais brasileiros ou estrangeiros que visitavam o país, como é o caso do antropólogo Silvio Romero, que assim o define: “Formamos um país mestiço... somos mestiços se não no sangue ao menos na alma” (ROMERO, 1888/1949 in SCWARCZ, 1993, p. 11).

Hoje, porém, como é visto o Brasil lá fora? Buscaremos aqui apresentar, através da história oral, narrativas que povoam os imaginários dos imigrantes, que falam de suas decepções, incertezas e ressentimentos por exclusão e decepção com o Brasil e os brasileiros, a partir de fofocas e intrigas criadas entre *estabelecidos* e *outsiders* (ELIAS & SCOTSON, 2000).

A partir do imaginário e da história oral entre eles, a ideia que prevalece a respeito do Brasil ainda hoje, século XXI, é a relatada no livro de Schwarcz (1993), que fala em país mestiço, alegre, que recebe bem o estrangeiro, o das novelas da *Rede Globo* de Televisão, das copas do mundo de futebol e do carnaval, ou simplesmente do ‘ouvi dizer’. Para pensar o imaginário que se constrói entre *estabelecidos* e *outsiders*, citamos Baczko, que o define como “o lugar de expressão das expectativas e aspirações populares latentes, mas também como o lugar de lutas e conflitos entre o povo dominado e as forças que o oprimem” (1985, p. 303).

O clichê - samba, carnaval e futebol - sobre o Brasil ainda está muito presente nas narrativas dos imigrantes quando pensam no Brasil, como pode ser percebido nos relatos abaixo:

Antes de vir aqui [Caxias do Sul], eu imaginava: Não, Brasil tem carnaval, samba e jogo! (Ally, 22 anos, imigrante senegalês, Entrevista ao autor).

Na verdade, assim como nós somos fanáticos por futebol, foi um impacto, as pessoas já têm uma ideia de Brasil, pensamos no Pelé, e outros futebolistas, e nós tínhamos essa ideia de Brasil, a partir de Ronaldo, conhecer o Brasil a partir destas pessoas e o carinho do povo brasileiro que começou lá no Haiti [com os militares] a gente tinha uma ideia. Mas conhecer mesmo é quando a gente está chegando, o que é o Brasil, como vai ser tudo e nós achávamos

que tudo era muito bom, não iríamos encontrar problemas, tudo ia ser muito legal como diz a palavra [Imigrante Evangélico da Assembleia de Deus], mas quando está aqui, na teoria tudo é diferente, porém quando está na prática é outra coisa também (Joel, 34 anos, imigrante haitiano, Entrevista ao autor).

Como eu disse, antes de vir aqui a polícia falou no aeroporto: Não, Brasil tem só tem carnaval e jogo! (Amadou, 27 anos, imigrante senegalês, Entrevista ao autor).

Esse encanto imaginado é logo quebrado com as dificuldades que o imigrante enfrenta na chegada ao Brasil. No encontro, esse ‘outro’, tão imaginado, transforma-se em (re)sentimentos de desilusão; paisagens, costumes e encantos pelo Brasil são fraturados no contato com os imaginários dos *estabelecidos* sobre os novos imigrantes. Assim como na fictícia Winston Parva, de Norbert Elias e John Scotson (2000), as calúnias e fofocas dos locais sobre os novos imigrantes os estigmatizam, considerando-se superiores, justificando seus preconceitos:

Quando a gente chegou aqui, ouvíamos que a gente comia carne de cachorro! (Amadou, 27 anos, imigrante senegalês, Entrevista ao autor).

Um dia teve um amigo aqui que foi em uma empresa e disse que sabe mexer com a máquina que estava lá, e o dono disse: “Mas na África nem tem luz, como que tu sabes mexer nessa máquina?” (Amadou, 27 anos, imigrante senegalês, Entrevista ao autor).

Que ideia de África se fazem os imaginários dos *estabelecidos*? É interessante pensar que, ao lado do imaginário de um Brasil mestiço e que acolhe bem seus imigrantes, o imaginário sobre o continente africano é de um continente pobre, miserável, no qual as pessoas não têm onde dormir, o que comer e nem água para beber. A narrativa do imigrante expõe a visão do recém-chegado:

A visão que as pessoas têm da África é que a África tem guerra, fome e pobreza. Até estes dias estava vendo um filme dos EUA, e mostra aeroporto e tudo dos EUA e a mulher dele acompanha ele para pegar um voo e tal e quando ele está na África só vai ver ele no meio do mato, com carro andando na África. Eu disse: Ao menos tem onde descer o avião, né! As pessoas me perguntam se a África tem coca-cola e geladeira. Eu disse: “Não, lá tem suco; a gente pega e deixa no vento o vai esfriar ele” [Risos]. (Amadou, 27 anos, imigrante senegalês, Entrevista ao autor).

A carga negativa sobre os novos imigrantes e sobre o continente africano é carregada de estereótipos que confundem imigrantes haitianos com africanos. Assim, parafraseando Canclini (2002), temos não apenas cidadãos imaginados pela grande mídia, mas imaginados pelos próprios cidadãos. Esses imaginários acabam representando e estigmatizando⁴ os novos imigrantes nas trocas de informações, muitas vezes definindo seu lugar na sociedade, assim como as expectativas a respeito deles.

Esses relatos explicam o pânico que se instalou na cidade de Caxias do Sul; o medo de doenças, como o ebola em 2014, alardeado em grande medida pela mídia, que nada explicou, nem que países afetava, considerando senegaleses, ganeses e haitianos como um ‘problema’. Tudo isso com foco e atenção no objetivo capital, os estereótipos, confirmando-os e tornando-os ainda mais negativos sobre os imigrantes, levando o público a aceitá-los como se tratasse de “fatos reais”:

Assis, que os ganeses chegaram, em torno de 400, eles diziam que tinham doenças que vinham com esses imigrantes, doenças que estavam erradicadas aqui no Brasil e eles trariam de novo. Aí foi quando aquela doença surgiu, como é o nome mesmo? Ebola, ebola! Meu Deus, aí nós fomos todos para um seminário e neste seminário estavam presentes cerca de 400 ganeses. Um deles começou a ficar com febre e gripe. Chamamos a Secretaria de Saúde para ir lá atender eles; nossa, parecia que estavam chegando em uma guerra nuclear, máscaras, luvas enormes, proteção dos pés à cabeça, terrível. (Denise Pêsoa (PT), Comissão dos Direitos Humanos da Prefeitura de Caxias do Sul, Entrevista ao autor).

Segundo Bhabha (1998, 277), “a ação interativa do rumor, sua circulação e contágio, liga-o ao pânico”. Assim, rumores e fofocas agem em momentos de crise social como, por exemplo, a crise econômica e política no Brasil de 2014, aliada ao elevado índice de desemprego, ao preconceito e ao racismo. A mídia, em alguns casos nada informativa, faz dos imigrantes vítimas fáceis do delírio social.

Importa observar que, durante os relatos, os imigrantes faziam questão de falar sobre o que os autóctones espalhavam (espalham) sobre eles (boatos, fofocas). É por isso que se requer que a história oral dos imigrantes recentes em Caxias do Sul seja ouvida, pois se sentiram exilados do mundo e da própria cidade. Daí a necessidade de se falar sobre o assunto. Durante o trabalho de campo, essas narrativas sempre vinham à

⁴ Utilizo aqui o conceito de estigma de Goffman (1988), que leva o indivíduo estigmatizado ao descrédito, à descrença, ao preconceito e à visão negativa dos imigrantes, ampliado pela representação negativa da imprensa.

tona entre os imigrantes senegaleses, inconformados com os boatos negativos sobre eles, interessados em passar uma impressão mais favorável. Não só eles, mas também entre os imigrantes haitianos há relatos de decepção com a opinião a seu respeito que aqui encontraram:

A decepção foi por causa de nossa cor; existe o preconceito, a xenofobia e o racismo. Ele é muito forte, nós sabemos, somos negros e não podemos virar brancos, como dizer assim: “Ah, agora somos brancos”! Somos assim, é nossa cor e temos que aceitar que somos negros e estamos aqui para crescer, estamos aqui para trabalhar. O meu objetivo é trabalhar e me dar bem mesmo e ficar fazendo toda a vida e se tiver a oportunidade de trazer a família para cá, então é melhor. O objetivo é esse, viver, trabalhar e viver bem. Estou em uma luta muito grande deste objetivo que todos nós temos, né?! (Joel, 34 anos, imigrante haitiano, Entrevista ao autor).

Porque nós víamos as novelas brasileiras no Senegal e falávamos: “Não, lá é tranquilo, não tem muitos racistas, lá tem preto e tal”. Então, é pior quando a gente sofre por algumas pessoas racistas (Amadou, 27 anos, imigrante senegalês, Entrevista ao autor).

De certa forma, *decepção* é a palavra que define o sentimento destes imigrantes. Poder-se-ia, porém, citar também o termo *ressentimento*, que é a emoção não correspondida, ou mesmo um sonho frustrado em suas expectativas. Enquanto a decepção é algo momentâneo, o ressentimento é algo persistente (KONSTAN, 2004).

Assim, o projeto migratório é, em certo sentido, decepcionante pelo fato de não alcançar as expectativas esperadas e, pior, sofrer injúrias raciais e não conseguir trabalho; conseqüentemente, não conseguir trazer a família e ainda imaginar o Brasil através das novelas. O ressentimento se mistura com a impotência das imaginações e esperanças do passado.

Nem sempre, porém, essa decepção/ressentimento está explícita nas falas dos imigrantes. Muitas vezes, o silêncio, ou melhor, o não dito durante os relatos em que imigrantes informaram não passar por nenhum problema, pode ser interpretado, parafraseando Pollack (1989), como um momento impróprio para tal declaração. Essa negação da violência também pode ser entendida como uma maneira de não reviver ou não reacender o ressentimento tão presente entre os imigrantes.

Para Pollack (1989, p. 4), “nesse caso, o silêncio tem razões bastante complexas”. O imigrante ‘esquece’ muitas coisas; outros ficam recalcados. Esses problemas podem gerar filtros, com os quais o imigrante evita expor recordações desse tipo.

Uma coisa que ele não esconde é a saudade. A saudade pode estar presente ou ausente: quando presente, pode ser sentida pela falta de algo que não pode ser experienciado e vivido. No dicionário, a palavra pode ter significados variados, como: pesar, mágoa ao ser privado de algo, lembrança, *falta de*, *perda de*, melancolia, tristeza. Os termos são um tanto simplistas e não dão conta do que *saudade* ou *falta de* possa significar para um imigrante.

Embora os estudos sobre este sentimento não tenham constituído, em geral, interesse como objeto de estudo entre os historiadores, nos últimos anos, devido, em parte, à ascensão da história transnacional, a saudade começa a despontar como tema de estudo. Entre os colegas antropólogos e sociólogos, o termo é utilizado há mais tempo. Na era da globalização e da tecnologia, o elo do imigrante recente com sua família pode ser conseguido através dos vários aplicativos:

Sinto falta de algumas comidas que aqui não tem e a gente não consegue encontrar, como especiarias e temperos. Mas também amizade com as pessoas, relacionamento com a família, embora eu mantenha contato com eles pela internet e pelo *Facebook* (Scheikh, 28 anos, imigrante senegalês, Entrevista ao autor).

Assim, a saudade provoca sensações, no imigrante, como saudade da mãe e da comida de *lá*, impossível de ver ou desfrutar pela distância amarga do espaço geográfico. Ao mesmo tempo, o sentimento de falta pode ser reduzido por aplicativos como o *Facebook*. Isso ajuda a família que permaneceu *lá* a saber como está o imigrante *aqui*. Estes aplicativos, e outros similares, fornecem outro dado da história transnacional que se escreve entre as migrações contemporâneas.

Estes contatos ajudam a manter os laços com a família. De fato, este não é um tipo de migração que rompe os laços, diferente das migrações do século XIX. A inovação fica evidente no contato de um imigrante senegalês, Sow, de 29 anos, com sua filha. Embora separado, mantém contato com ela através do *Facebook*. Assim, continua acompanhando o crescimento da menina através das fotos que lá são postadas. Tais aplicativos representam uma alternativa de contato com a família, de estar ‘presente’. Segundo Sow, há lugares no Senegal em que a conexão com a internet não tem sinal; o aplicativo que funciona é o *Viber*, que lhe permite entrar em contato com a família todos os dias.

Segundo Assis (1995), essas alternativas ajudam o imigrante a se sentir em ‘cena’, ou seja, a não ser esquecido, mesmo entre os imigrantes que já estão há mais tempo no Brasil, caso do senegalês Amadou, há seis anos no Brasil, o qual, antes disso tinha emigrado para a Argentina. O contato com a família é algo constante:

Sinto, nossa [risos], eu acredito que a comida de casa é a melhor coisa, a gente viveu até os 18, 19 anos lá. É uma saudade; a gente sente mais falta, vontade de comer, sabe. Então, o pessoal vai para o Senegal e posta as fotos de comidas de lá no *Facebook*, nossa! Não vejo a hora de chegar lá e comer, sinto muita falta. [Risos]. Domingo que vem a gente tem um encontro da associação e no próximo que vem temos o encontro de religião, e a prefeitura e a Câmara de Vereadores conseguiram uma casa para nós. Alugamos para fazer encontros e orações e nesses domingos sempre fazemos a nossa comida (Amadou, 27 anos, imigrante senegalês, Entrevista ao autor).

Além da comida ligar o imigrante à sua terra natal, além de o identificar com tempos e lugares, estabelece uma relação muito próxima entre comida e família:

Algumas comidas típicas nossas não conseguimos encontrar aqui, como as especiarias e os temperos. Mas também [falta] amizade com as pessoas, relacionamento com a família, embora eu mantenha contato com eles pela internet, Facebook (Scheikh, 28 anos, imigrante senegalês, Entrevista ao autor).

A Associação Senegalesa de Caxias do Sul procura promover encontros durante um domingo por mês. Nesse dia, eles fazem a *sua* comida, apesar das dificuldades de encontrar especiarias e temperos próprios de *lá*. Esse dia é para lembrar o passado e reviver memórias e costumes do Senegal, formando uma ponte entre novas relações *aqui* e *lá*.

Assim, a comida é algo que identifica o imigrante com sua família, mesmo distante; dá-lhe um sentido de lar. Embora a comida entre os haitianos não seja tão diferente da brasileira, as práticas de consumo precisam ser reinventadas e negociadas (BRIGHTWELL, 2015) mantendo ao máximo sua identidade no dia a dia. Mesmo que o imigrante não se alimente em casa, na intimidade do lar ele procura fazer a sua comida:

A comida não é muito diferente. Eu compro no mercado e faço minha comida que eu comia lá no Haiti. Se eu estou na rua, eu como em qualquer restaurante e me sinto bem, não tem problema (Joel, 34 anos, imigrante haitiano, Entrevista ao autor).

Aqui, a noção de Brightwell (2015), de “sentir-se em casa” mesmo estando “longe de casa” faz sentido pois representa o espaço em que o imigrante convive com seus sentimentos de pertença à família e de afetividade: a comida logo recria esse espaço, independente de onde esteja. No caso dos senegaleses em Caxias do Sul, os encontros para orações, os cantos religiosos e a comida os fazem lembrar-se de sua terra natal; permite-lhes driblar a saudade.

Além da comida, há outras saudades em seu cotidiano; e é no compartilhamento de experiências e na sua vivência que ele perceberá essa diferença:

De várias coisas, várias coisas, de repente das pessoas de lá, da falta da organização de lá, da educação das pessoas. (Simon, 45 anos, imigrante haitiano, Entrevista ao autor).

Segundo Costa (2014), é preciso que o historiador que trabalha com história oral decifre o *não dito*. Quando Simon diz sentir falta das pessoas de *lá* e da educação das pessoas de *lá*, é preciso entender por isso a frieza do caxiense e, certamente, o preconceito sofrido. Diferente dos outros imigrantes entrevistados, Simon era breve em suas respostas. Na história oral, cada resposta é ímpar e singular. Sane sente falta da esposa e dos filhos e da alegria de seu povo:

Eu sinto falta do Senegal, amigos, família; aqui o estrangeiro tem muita dificuldade. As pessoas não gostam de você, são racistas. Algumas pessoas são boas e algumas pessoas, ruins (Sane, 35 anos, imigrante senegalês, Entrevista ao autor).

Para o imigrante Piter, haitiano de 36 anos, professor de Letras no Haiti, o retorno é expectativa que está no seu horizonte. A desilusão, sem emprego em sua área e, conseqüentemente, sem retorno financeiro, faz aumentar a saudade e as chances de regresso:

Sinto muita falta dos meus parentes. Construir minha vida aqui é algo difícil de imaginar. (Piter, imigrante haitiano, Entrevista ao autor).

Por conta do preconceito encontrado e pela falta de apoio do poder público, o passado se volta para o presente, e faz o imigrante pensar, além da família e amigos, em sua terra natal:

De lá eu sinto falta das festas e da liberdade. Você vai onde você quiser. Lá não tem perigo como aqui; lá não é como aqui que você caminha tarde da noite e está perigoso. Aqui se você for a uma festa, ou a um baile, você fica pensando que qualquer um pode estar com uma arma. E se eu discutir com um fulano e ele estiver com uma arma? Lá no Senegal isso não tem; é muito difícil você ver alguém armado, é muito difícil. Aqui não temos muita liberdade; lá somos unidos. Tínhamos conhecidos [para sair às festas]; não tem muito roubo; não tem muito assalto e se assaltarem, todo mundo apoia; todo mundo ajuda e aqui não. Cada um fica na sua e a gente vê que é muito diferente de lá (Amadou, 27 anos, imigrante senegalês, Entrevista ao autor).

Entre as várias saudades, está a liberdade que o imigrante não tem no novo país. Entre os senegaleses, a questão da união e da ajuda ao próximo é bastante citada nas entrevistas. Isso fica evidente a partir do islamismo, e do significado religioso que para eles têm a união e a ajuda. Essa lembrança entre o ‘novo’ e o ‘velho’ traduz, entre eles, a tradição da palavra, do oral, daquilo que foi dito por seus ancestrais; lembra suas histórias, a família, a infância, o saber ouvir e escutar os mais velhos, as lendas africanas ou, ainda, no dizer de Bâ (2010, p. 168), “a ligação entre o homem e a palavra”. Ainda segundo a mesma fonte, um jovem está sempre aprendendo com alguém com mais idade, pois é nele que está a ciência da vida. Assim, todo ‘velho’ na África é um conhecedor. Bâ (2010) observa que a islamização de alguns povos da África não afetou a tradição oral; muito pelo contrário, as tradições africanas foram incorporadas ao islã:

Uma vez uma pessoa aqui no Brasil me disse: Aqui no Brasil todo mundo tem 18 anos. Então todo mundo é assim, tipo não tem de *Ah eu sou mais velho, então não sei o que...*[...] Na verdade, não é só a questão da religião, mas a cultura, né, quem é mais velho você sempre tem muito respeito. Então tem que ter muito respeito com as pessoas mais velhas, é como se fosse um irmão seu mais velho, um respeito maior (Scheikh, 28 anos, imigrante senegalês, Entrevista ao autor).

No relato desse imigrante, percebe-se a perda de um mundo e de um universo cultural ao qual reconhece pertencer, enquanto que estar *aqui* apenas provoca a nostalgia de um lugar distante. Assim, fica claro que o (i)migrante carrega consigo as experiências e desconfortos do deslocamento (BOSCHILIA, 2012), que é viver entre dois mundos distintos.

O sentimento é de falta (saudade) de lugares concretos de uma vida anterior à da imigração. O *lá* está sempre muito presente na vida do imigrante.

Se a distância da saudade de *lá* se opera pelo espaço físico, uma foto de uma comida de lá, através da internet e de suas redes sociais, no caso, o *Facebook*, pode tornar essa nostalgia ou essa saudade ainda maior. A internet, neste sentido, fornece aos imigrantes a possibilidade de um salto de volta para o passado, devolvendo-o ao mundo mágico da família, entre eles muito valorizada.

A comida e a nostalgia do alimento transformam-se em afetividade, em união do grupo. A comida une; assim, o imigrante, quando revive o sabor de *lá*, da sua terra, experimenta o doce sabor do retorno. Por isso, a comida é afetiva, é familiar, é horizonte de expectativa de retorno.

Trabalho, preconceito, saudades e identificações

Segundo Sayad (1998), o imigrante vira alvo de disputas políticas pelo lado mais conservador da sociedade, que vê nele um ‘invasor’. Essa visão é comum nas sociedades em geral. Estudos como os de Bhabha (1998), Elias & Scotson (2000) e Hall (2003) apresentam essa visão excludente do ‘outro’. Segundo Bauman (1995), o preconceito e o racismo se escondem por trás da defesa nacional, quando essa visão excludente não é transformada em estigma: pobres, miseráveis, desqualificados e analfabetos.

Assim, os empregos que a eles são oferecidos, além de não serem preenchidos pelos locais, representam trabalhos mal remunerados, com alto índice de desgaste físico e psicológico, como na construção civil, em frigoríficos e trabalhos que exigem alto esforço físico e mental. Muitos dos senegaleses não estavam acostumados a esse tipo de trabalho, pois em seu país eram vendedores ambulantes.

Elias e Scotson (2000) observam, em *estabelecidos e outsiders*, que o trabalho mais degradante sempre fica para o *outsider*. Durante as entrevistas, vários imigrantes relataram que foram colocados em horários de fábrica que ninguém queria, ou então em setores dos mais difíceis (de noite, em aviários), em trabalhos mais árduos (carregando cimento na construção civil), além do abuso dos empregadores de não lhes pagar férias e direitos trabalhistas. Abaixo, um imigrante relata o que viveu:

Aconteceram muitos casos, mas as pessoas não falam, pois não vão pedir demissão. A pessoa vai apresentar uma documentação que ela quer sair, mas na verdade é um problema de comunicação, que os empresários já sabem. Então, quando o papel é apresentado, a pessoa somente assina. Vários empresários

fazem isso. Chamaram os imigrantes dizendo que faltava serviço, que não tinha saída, que estava fraco e pediam para pessoa assinar, e o imigrante assinou o papel e os imigrantes achavam que estava faltando serviço e assinavam a folha [...] A vida dos imigrantes está nas mãos dos empresários, uma vez que o governo não...uma vez que já lista as duas coisa que é para conseguir o emprego; que é a carteira de trabalho e o CPF para poder andar em qualquer lugar; depois disso, então, eles entregam a vida dos imigrantes na mão dos empresários. Eles [os empresários] é que tomam a decisão e que tomam conta. Essa é uma situação bem grave que os imigrantes, principalmente os haitianos, porque vários já morreram também nos trabalhos (Joel, 34 anos, imigrante haitiano, Entrevista ao autor).

Antes de emitir o CPF, o imigrante acaba trabalhando na informalidade, exposto a todo tipo de violência e violação de seus direitos. Segundo Tedesco e Herédia (2015), a questão dos abusos referentes aos trabalhos dos imigrantes em Caxias do Sul é que muitas vezes eles não têm a quem recorrer, embora, como já afirmado, a imigração crie espaços e disputas políticas, tanto da direita, que nega a imigração, quanto da esquerda, que busca recursos:

A gente aqui na Comissão de Direitos Humanos seguidamente recebe denúncias. Então nós fizemos estas cartilhas pela Comissão, onde tem um advogado que é super parceiro, que atende eles e ele fez a parte do direito trabalhista e a gente fez para auxiliá-los nessa questão do trabalho. Porque toda hora a gente recebe denúncia de que um foi demitido sem férias, sem contrato, se acidentou e aí têm aquelas coisas que são bem fáceis de ver, aos olhos, e aquelas que são subjetivas, como, por exemplo, tem um serviço ruim, mais pesado, na chuva. Nós, da Comissão, ouvimos casos em que não querem sentar ao lado da pessoa, coisas horríveis. (Denise Pêsoa - PT - Comissão dos Direitos Humanos da Prefeitura de Caxias do Sul, Entrevista ao autor).

Há uma questão da exploração dessa mão de obra, que no início foi recebida com muita euforia. Na época em que a indústria estava bem, haviam postos de trabalho em aberto, principalmente naqueles locais onde há uma exigência maior, até do ponto de vista físico mesmo, mais insalubres, e eram postos que não eram preenchidos de modo algum. E aí, quando chega essa mão de obra imigrante, ela é celebrada; era uma festa assim, as pessoas iam buscar. Algumas empresas foram buscar lá no Acre os haitianos. Trouxeram para cá, deram alojamento, deram alguns benefícios que não davam aos brasileiros, mas porque havia uma demanda, uma necessidade. E agora está bem complicado. Por causa da crise há toda uma cobrança do nacional ao dizer: “Ah, como é que tem trabalho para eles e não tem para nós?”! “Estão roubando nosso

emprego!” Mas você vê ao mesmo tempo que não estão roubando; aquele trabalho que eles estão fazendo nem mesmo em época de crise o brasileiro quer fazer: coletar lixo, trabalhar em frigorífico de madrugada (Ir. Maria do Carmo Gonçalves. Coordenadora do Centro de Atendimento ao Migrante de Caxias do Sul, o CAM, Entrevista ao autor).

O imigrante recente em Caxias do Sul tem, muitas vezes, mais estudo que o próprio autóctone. Em entrevistas, conversamos com imigrantes que eram estudantes de sociologia e filosofia, além de um administrador de empresas, formado em Administração e Marketing, falando três línguas, do Senegal, e um professor de Letras do Haiti. Em *A Miséria do Mundo*, Bourdieu (1997) adverte o pesquisador a não ignorar as causas da migração e a não ignorar os indivíduos e o que faziam em seu país de origem, pois esses dados não podem ser omitidos. Se forem, revelarão uma espécie de etnocentrismo de parte do pesquisador, colocando os imigrantes apenas como ‘estrangeiros’. Sheikh, imigrante senegalês que está no Brasil há quatro anos, tinha uma condição de vida razoável no Senegal. Ele chegou ao Brasil à procura de trabalho, mas não somente isso:

É, por trabalho, para conhecer, ficar um pouquinho longe da minha cidade, conhecer outros países. Mas não foi somente por trabalho, porque se fosse eu poderia ficar lá trabalhando com meu pai. Tem alguns que vêm a trabalho; outros, para estudo; outros, para somente visitar. Cada um é cada um; eu vim para trabalhar, mas não é somente isto. Vim para conhecer. (Scheikh, 28 anos, imigrante senegalês, Entrevista ao autor).

Minha vida lá? Não, minha vida lá era muito mais fácil que aqui. Eu trabalhava em uma loja que vende alimentação com meu pai. Depois mudei, abri meu próprio negócio e daí começou a crescer, crescer, crescer. Posteriormente alguns problemas surgiram e quando um negócio de grande porte começa a baixar ‘se vai’. E daí começou a baixar e o custo lá dos meus funcionários aumentaram. Daí eu não consegui dar conta e estava gastando muito dinheiro por mês com meus funcionários e pagar as coisas. Foi então que falei para meu irmão: agora que eu sei o que tem tudo aqui, eu vou viajar, eu vou me afastar um pouquinho, senão vou gastar todo meu dinheiro aí. Sinto falta, carro na garagem e só fazendo festas [...]. (Sow, 29 anos, imigrante senegalês, Entrevista ao autor).

Tanto Sheikh quanto Sow possuíam uma vida estável no Senegal e ambos decidiram migrar por vontade de conhecer outro país. É claro que o que determina o sucesso da migração é o trabalho; nestes dois casos, a migração não se deve à falta de

trabalho, mas ao propósito de saber como eram ‘as coisas’ no Brasil. Já para outros, a imigração é um meio de sair do desemprego, ou questão de sobrevivência da família. Dia é um imigrante do Senegal que estava trabalhando em Angola antes de vir para o Brasil; casado e pai de duas filhas, no Brasil há pelo menos um ano, e em Caxias do Sul há três meses:

Eu sou comerciante. Lá eu fazia isso; minha profissão é no comércio. Mas não na Mauritânia; eu vendia na Angola. Para mim não foi difícil a questão da língua, não foi um problema, mas a questão do trabalho, sim. Minha família depende de mim, e sem trabalho nunca sua vida vai ser fácil; você pode conseguir tudo, mas se não tem trabalho nada vai bem; a vida vai ser ruim. Deixei a esposa e duas filhas pequenas lá. Como vou conseguir mandar dinheiro para lá se não tem trabalho? Aqui está muito difícil. Estou lutando para ter um trabalho e as pessoas sempre a dizer que agora no início de 2016 nós vamos conseguir um trabalho. Por enquanto, estou disposto a ficar aqui e conseguir um trabalho. Se eu conseguir um bom trabalho, eu vou trazer a minha família. Se eu não conseguir, eu não posso ficar assim sem trabalho. Se eu completar um ano sem trabalho, eu tenho que voltar ou passar para o outro lado [outro país] (Dia, 35 anos, imigrante senegalês, Entrevista ao autor).

Dia emprestou dinheiro para poder migrar. Considera vergonha retornar ou não conseguir trazer a família. Não conseguir trabalho e enviar dinheiro é um dos fracassos do projeto migratório. O desespero e a desonra de voltar ao próprio país sem ter tido sucesso, o medo do julgamento daqueles que ficaram e nutriam expectativas quanto à aventura provocam o temor, razão pela qual acabam persistindo e tentando. No caso de Dia, parafraseando Assis (1995), retornar é mais difícil que partir. O Brasil, como país de crescimento, acabou sendo uma decepção para alguns imigrantes:

Então o Brasil abriu as portas para nós, para ver se melhora nossa vida, para ver se nossa vida futura é uma vida garantida; então ofereceram isso? Mas dizemos assim: não estavam preparados para nos receber (Joel, 34 anos, imigrante haitiano, Entrevista ao autor).

Joel tinha uma expectativa em relação ao País. Como soube que aqui havia oportunidades, decidiu também partir. Como ele mesmo disse: “Só eu ficar?” O Brasil seria então um lugar de futuro, do aqui para frente. Ocorre que a respeito desse lugar somente se contam as vantagens, mas não as desvantagens. Segundo Goettert (2008),

o lugar do migrante é sempre idealizado para aquele que permaneceu, ou, no dizer de Bhabha (1998), é um local ‘além’, que implica uma distância geográfica, mas também uma expectativa de futuro e de progresso. Isto explica a decepção com o que se encontra, com a descoberta de que o que foi encontrado é muito diferente do que havia sido anunciado, e certamente não fazia parte do imaginário do imigrante. No dizer de Baczkó (1985), o que faz o homem mudar são seus ideais e imaginários.

Joel é um imigrante haitiano que, antes de migrar para o Brasil, trabalhava na República Dominicana. Antes de vir para cá, em 2013, já havia passado por outros países, o que evidencia a migração diaspórica de seu povo. A decepção, além do racismo que ele acreditava não existir no Brasil, está na falta de reconhecimento dos direitos do imigrante.

É no presente que se rememora o passado. É de um olhar do presente que se pensa o passado. Para Joel, quando ele e seus amigos chegaram, em 2013, em Caxias do Sul, a cidade não estava preparada para recebê-los:

Na verdade, algumas pessoas compraram passagem lá no Haiti. Já vêm com o visto e aí não tem dificuldade para fazer a documentação, mas quando a pessoa passa ‘indireto’ e passa primeiro pela República Dominicana, passando pelo Equador, e depois do Equador para cá, todo esse trajeto ele é pela via terrestre. Aí dificulta porque, quando chega, entra novamente o procedimento de documentação lá no Acre e aí começa o processo da documentação, carteira de trabalho e o CPF, e aí facilita para conseguir o emprego, mas a dificuldade que a gente enfrenta, a grande maioria chega sem falar a língua. Então dificulta as coisas, e a condição de viver também. Para moradia encontra problema, mesmo. Por exemplo, eu tenho colegas que moram em uma situação precária. Então, no começo tudo é difícil; por exemplo, chegando em uma casa que não é adequada para morar, mas tem que morar. A questão da saúde e da educação estava mal distribuída, digamos assim, chegando no hospital a pessoa não falava direito; então, já começa a dificultar o atendimento e esses são fatores que os imigrantes sofrem e sofrem na chegada, porque precisam de pessoas que falem [o idioma] para pode ajudar para entender os doutores, mas a maioria que estava aqui na época não sabia falar, fomos os primeiros. No meu caso, eu entendo o idioma, mas têm muitos que não entendem o português; então, seria bom que tivesse curso em vários lugares para que as pessoas pudessem entender e aprender a língua (Joel, 34 anos, imigrante haitiano, Entrevista ao autor).

Taylor (1994) diz que a identidade do ‘outro’ precisa ser reconhecida, bem como seus direitos a uma identidade diferente. Se pararmos para pensar na imigração italiana,

com todos os seus percalços, ao menos esses imigrantes tinham onde ficar. Conseguiram terras ou então as pagavam com o trabalho posterior. Eram detentores de direitos. No caso das migrações contemporâneas, além de não haver lugar para ficar, muitos têm dormido nas rodoviárias e nas ruas; quando conseguiam alojamento, era precário para viver.

Ainda pensando com Taylor (1994), esse reconhecimento não precisa ser igual, e não deveria (nem deve), pois é no reconhecimento da diferença que reside a individualidade do grupo. Caso contrário, apenas se reforçaria a imagem da diferença, negativa ou inferior, em relação à dos outros.

A condição de migrante é a de alguém que sempre está em mobilidade, ou então com disposição a mudar, se e quando necessário. O migrante, por isso, pode deixar o local por necessidade, quase sempre por melhores condições de trabalho. Essa característica – a da transitoriedade, a disposição em mudar - tem como consequência a criação de redes de contatos sobre trabalho e sobre as condições de outros migrantes em outros locais. Neste sentido, a vida deles é condicionada a um futuro incerto, ao que Koselleck (2006) denomina espaço de ‘experiência’ e ‘expectativa’: de experiência, pois o imigrante não sabe se vai conseguir o objetivo inicial; de expectativa, que é a de encontrar algo melhor em outro lugar. Confirmam-no as entrevistas a seguir:

Na verdade, no Brasil, nos sentimos muito bem, não posso dizer para você que vou ficar aqui em Caxias, pois hoje falo uma coisa e amanhã falo outra. Tudo depende das coisas aqui, porque podem vir a falar para nós amanhã: “Vamos morar lá em São Paulo!”, “Vamos morar lá em Porto Alegre!”. A gente tem que pagar juro e as pessoas que trabalham comigo ficam desesperadas com o tipo de pagamento; queremos melhorar mesmo em um momento de crise. (Simon, 45 anos, imigrante haitiano, Entrevista ao autor).

A vida e o futuro do imigrante também estão nas mãos dos empresários, tanto na medida da exploração da mão de obra, quanto no descaso com seus direitos, pois muitos, em razão de não conhecerem a língua portuguesa, são prejudicados. O fato de alguém ser imigrante muitas vezes o caracteriza como o que aceita qualquer condição ou, como aponta Sayad (1998), o situa em uma posição de provisoriedade, sempre em busca do melhor, com disposição a partir se assim precisar. Joel, imigrante haitiano, tinha o objetivo de trazer a esposa e os filhos para o Brasil. Segundo Handerson (2015), o imigrante haitiano se encontra em condição de diáspora; por isso, ele somente faz sucesso quando consegue os bens materiais ou simbólicos que a imigração pode proporcionar:

A ideia é juntar dinheiro, pouco a pouco, durante dois anos, um ano, e trazer a família. Comemos menos para poder alcançar essa meta; gastamos menos para poder trazer. E a maioria trabalha seis meses e às vezes os empresários mandam embora e acabam com o sonho. Aqui em Caxias é muito forte isso. Não, na verdade entrou pouco dinheiro depois que eu cheguei ao Brasil, e para mandar para lá fica difícil, entendeu? A intenção era mandar dinheiro, mas muitas vezes se consegue um mês e depois não se consegue mais; tem que pagar água, tem que pagar aluguel e as pessoas que conseguiram, na verdade, são poucas.

Eu onde estou morando, estou pagando quinhentos reais e pouco e ainda essa crise! Eu fico me perguntado se é bom ficar pagando sempre, e às vezes não consigo até para pagar o aluguel. É difícil pagar aluguel, comer e tudo; às vezes, o cara tem que... (pausa) No começo sempre é difícil, mesmo quem tem tempo; mas o salário não está suficiente para pagar todas essas despesas e mandar dinheiro. Só vou sobreviver enquanto dá. Mas tem gente pior do que eu: tem pessoas que pagam 400 reais; e se a pessoa não está trabalhando? Como vai ficar essa situação? Fica pior, né? (Joel, 34 anos, imigrante haitiano, Entrevista ao autor).

O futuro do imigrante é sempre de um horizonte de expectativas. No caso dos imigrantes haitianos e senegaleses, oriundos de uma diáspora histórica, o trabalho é algo que impulsiona para outros espaços, pois a sua ‘sobrevivência’ depende do trabalho e do salário, bem como da realização do sonho que o impulsionou antes de partir:

Voltar! Voltar vai ser difícil agora, mas já fui duas vezes visitar minha família. Mas eu acostumei com o Brasil. Está crescendo. Às vezes eu fico pensando o que eu vou investir lá. Com certeza mesmo, a gente está não pensando em voltar; vai ter alguma coisa lá. Talvez faça um comércio ou alguma coisa assim, para deixar reservado. Porque nós sabemos que não somos daqui e qualquer coisa pode acontecer. Nós temos saúde, por isso que ficamos; e se ficarmos doente, queremos ficar perto de nossa família. Sempre estamos pensando: “deixa alguma coisa reservado lá”. No momento, estamos com saúde e com força e estamos lutando para crescer. Mas a gente pensa: se ficar doente, volta para a família. E depois a gente vai para a África e sente falta daqui; parece não somos mais de lá, somos daqui (Amadou, 27 anos, imigrante Senegalês, Entrevista ao autor).

O retorno à terra natal nem sempre atende ao que o migrante espera. Ele já não se sente mais pertencente àquele lugar. Conforme Homi Bhabha, estabelece-se um ‘entre-lugar’, ou seja, “não pertencço mais a esta comunidade ou não me identifico mais com

ela”. Esse imigrante, porém, mesmo que não seja reconhecido na sociedade em que vive, cria laços sociais e de identificação com o país onde está; assim, ele não é de um lugar nem de outro.

Caxias do Sul é uma cidade na qual predominam narrativas sobre identidade italiana; entretanto, há outra identidade, a negociada, que é a do imigrante que chega do Rio Grande do Sul: a do gaúcho. O dialeto constitui uma das características de sua identidade. Durante a pesquisa de campo percebemos que tanto haitianos quanto senegaleses, ao se expressarem, utilizavam termos ou dialetos de ‘gaúcho’. Em cada frase, em que as interjeições evocavam um sentimento de emoção ou concordância, saía um sonoro “bah”. Na cultura da diáspora, o imigrante é aquele que consegue se adaptar aos códigos da nova sociedade, mesmo que esse imigrante, no dizer de Maciel (2004), não seja jamais um ‘autêntico gaúcho’, mas o que reproduz determinados usos e maneiras de falar próprios do ‘viver o gaúcho’. Neste sentido, tomar chimarrão é uma maneira de pertencer àquele grupo ou criar novas identidades de pertencimento (HALL, 2003). Sow, imigrante senegalês, o faz à sua maneira:

Sim, comecei a falar [risos] o “bah” do gaúcho, comecei a tomar chimarrão também. Tem uma vizinha minha que faz sempre. Quando ela faz, ela grita: “Sow, vem tomar chimarrão!”. Bah, “Tá louco”, esse negócio tem um gosto muito ruim (Sow, 29 anos, imigrante senegalês, Entrevista ao autor).

Sow, senegalês, e Joel, haitiano, não gostaram, a princípio, do chimarrão, mas tomam a bebida para se ‘integrar’ ao grupo e criar laços sociais com os ‘estabelecidos’. Estão constantemente negociando suas identidades numa tentativa de se fazerem aceitar, de serem reconhecidos. De acordo com o pensamento de Hall (2003, 2006), a identidade do imigrante é construída a partir de situações de dominação e de jogos de poder cotidianamente vivenciados e experimentados, como tomar chimarrão. Por exemplo, no trecho abaixo, Joel fala sobre essa preocupação:

No começo não, mas depois acostumei. Tomava um pouco hoje, outro depois e, provando, fui gostando. Nós acabamos entrando na cultura gaúcha. É uma coisa que é muito importante, não queremos ser diferentes das pessoas. Queremos que eles sintam que nós somos iguais, mesmo que nós sabemos que existe como preconceito. Queremos participar, queremos falar, não podemos ficar presos àquela ideia apenas do racismo e de não vencer, mas muitos têm medo porque não sabem falar e que têm esse problema e passando informação: se estamos aqui, temos que estar integrados junto à comunidade, e não pensem

que eles são melhores do que nós. Não queremos ficar com essa ideia e com essa mentalidade, que eles são melhores do que nós. Somos um povo e temos diferentes culturas, somos seres humanos e temos direitos iguais como todos (Joel, 34 anos, imigrante haitiano, Entrevista ao autor).

Joel distingue *diferença* de *aceitação* ao afirmar: primeiro ‘não queremos ser diferentes’; e ao concluir: ‘Temos diferenças culturais [...] e temos direitos iguais’. É interessante perguntar, com Taylor (1994) e Boaventura dos Santos (1997), sobre as diferenças e o ‘outro’: como ser iguais se a igualdade descaracteriza os imigrantes? Como faz a imprensa ao colocar todos no mesmo ‘saco’? Como ser diferente quando a diferença inferioriza? Joel conseguiu colocar este dilema no trecho acima transcrito. Na esteira de Bhabha (1998), o ‘entre-lugar’ em que o imigrante se situa e faz com que ele se adapte às mais diferentes situações para fazer ‘parte’ da nova sociedade, até mesmo “querendo” ‘ser como eles’, explica o silenciamento do imigrante na sociedade racista, fazendo com que o ‘estranho se torne familiar’ (BHABHA, 1998, 233).

Uma reflexão final

As narrativas dos imigrantes recentes mostram que a visão do Brasil como país acolhedor, que recebe de braços abertos o imigrante, é parte de uma representação que nem sempre corresponde às vivências dos imigrantes, os quais, embora acolhidos por entidades pastorais e grupos de apoio a migrantes, não sentem o mesmo que a população em geral. Todos os entrevistados relataram haver sentido na pele preconceitos e discriminações nunca antes sentidos. Os imaginários ou projetos migratórios dos imigrantes do século XIX e os dos imigrantes do século XXI são os mesmos. Quem migra, migra para mudar, para ter outra vida, pela expectativa das possibilidades que seu país não lhe deu. Este trabalho tentou mostrar que os sonhos continuam os mesmos. Mostrou, igualmente, ser difícil desconstruir os preconceitos.

Referências Bibliográficas

ANDERSON, Benedict (2008). *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras.

ASSIS, Gláucia de Oliveira (1995). *Estar aqui... estar lá... uma cartografia da vida entre dois lugares*. 1995. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFSC, Florianópolis, SC.

BÂ, Amadou Hampatê (2010). *A tradição viva*. in. História geral da África. Editor Joseph Ki-Zerbo – Brasília, Unesco, v. 1, p. 167-212.

BACZKO, Bronislaw (1985). *A imaginação social*. In: Leach, Edmund et Alii. *Anthropos-Homem*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda.

BAENINGER, Rosana (Org.) (2012). *Imigração boliviana no Brasil*. Campinas, NEPO/UNICAMP/UNFPA.

BAUMAN, Zygmunt (1995). *A vida fragmentada: ensaios sobre a moral pós-moderna*. Lisboa: Relógio D'Água Editores.

BHABHA, Homi K (1998). *O local da cultura*. Belo Horizonte, Ed.UFMG.

BOSCHILIA, Roseli T (2012). Memória e subjetividade em relatos de imigrantes portugueses”. In: LAVERDI, R. et. al. (Org.). *História oral, desigualdades e diferenças*. Recife/Florianópolis: Ed. Universitária da UFPE/ Ed. da UFSC.

BOURDIEU, Pierre (1997). *A miséria do mundo*. Petrópolis/RJ: Vozes.

BRIGHTEWELL, das G. Maria (2015). *Sentir-se em casa longe de casa: a comida no cotidiano de migrantes brasileiros em Londres*. TESSITURAS: Revista de Antropologia e Arqueologia, Pelotas-RS. v. 3, n. 2, p. 60.

CANCLINI, Néstor García (2002). *Cidades e cidadãos imaginados pelos meios de comunicação*. Opinião Pública, v. 8, n. 1, p. 40-53.

CONTIGUIBA, Geraldo Castro, PIMENTEL, Marília Lima (2015). *Deslocamento populacional contemporâneo, língua e história: uma contribuição para os estudos sobre a imigração haitiana para o Brasil*. In. *Imigração e Imigrantes: Uma coletânea interdisciplinar*. Salvador, Editora Pontocom.

COSTA, Cléria Botelho da (2014). *A escuta do outro: os dilemas da interpretação*. Revista de História Oral. Rio de Janeiro: v.17, n.2. p. 47 – 67.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John (2000). *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar.

GOETTERT, Jones. D (2008). *O espaço e o vento: olhares da migração gaúcha para Mato Grosso de quem partiu e de quem ficou*. Dourados, MS: Editora da UFGD.

GOFFMAN, Erving (1988). *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*.

São Paulo: Editora LCT, 4ª Ed.

HALL, Stuart et al (2003). *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Brasília/DF Unesco UFMG; Brasília.

_____ (2006). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A.

HANDERSON, Joseph. *Diáspora* (2015). Sentidos sociais e mobilidades haitianas. Revista Horizontes Antropológicos. Porto Alegre, v. 43, n. 21, jan-jun.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merloti (2015). *O lugar do imigrante nos espaços de trabalho em Caxias do Sul: O caso dos senegaleses*. In: Migrações Internacionais.

HERÉDIA Vania (Org). Caxias do Sul: Belas-Letras.

KONSTAN, David (2004). Ressentimento – História de uma emoção. In. BRESCIANI, Stela & NAXARA, Márcia (orgs.). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Editora da Unicamp.

KOSELLECK, Reinhart (2006). *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto.

MACIEL, Maria Eunice (2004). Memória, tradição e tradicionalismo no Rio Grande do Sul. In. BRESCIANI, S.; NAXARA, M. *Memória e (res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Unicamp, p. 239-267.

MAGALHÃES, Luís Felipe Aires (2014). *O Haiti é aqui: primeiros apontamentos sobre os imigrantes haitianos em Balneário Camboriú – SC*. Revista PerCursos. Florianópolis, v. 15, n.28, p. 223 – 256. jan./jun.

POLLAK, Michael (1989). *Memória, esquecimento, silêncio*. Revista Estudos Históricos, v. 2, n. 3, p. 3-15.

SANTOS, Boaventura de Souza (1997). *Uma concepção multicultural de direitos humanos*. São Paulo. Revista: Lua nova, v. 39, p. 105-124.

SAYAD, Abdelmalek (1998). *A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade*. São Paulo: Edusp.

SCHWARCZ, Lilia Moritz (1993). *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870 – 1930*. São Paulo: Companhia das Letras.

SILVA, Sidney Antônio da (2015). *A Amazônia nas rotas das migrações: o caso dos haitianos e os desafios às políticas públicas*. Revista Territórios e Fronteira, Cuiabá, v. 8, n. 2, jul-dez.

TAYLOR, Charles (1994). *La política Delreconocimiento*. Ch. Taylor, El multiculturalismo y la “política delreconocimiento”. México: Fondo de Cultura Económica.

TEDESCO, João Carlos, HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti (2015) *O lugar do imigrante nos espaços de trabalho em Caxias do Sul: O caso dos senegaleses*. In: Migrações internacionais. HERÉDIA, Vania (Org.). Caxias do Sul-RS: Belas-Letras.

_____. MELLO, Pedro Alcides Trindade (2015). *Senegaleses no Centro-Norte do Rio Grande do Sul: Imigração Laboral e Dinâmica Social*. Porto Alegre: Letra e Vida.

UEBEL, Roberto Rodolfo (2015). *Análise do perfil socioespacial das migrações internacionais para o Rio Grande do Sul neste início do século XXI: Redes, Atores e Cenários da imigração haitiana e senegalesa*. Dissertação de Mestrado em Geografia. UFRGS.

Escola-território, desterritorialização e análises educacionais

Leda Maria de Oliveira Rodrigues ¹

Resumo: O objetivo deste artigo é questionar a possibilidade de análises educacionais, se estas partirem da falsa ideia de desterritorialização e não multiterritorialidade, conforme proposta de Haesbert (2004). Pretendemos analisar as consequências da ideia de desterritorialização e seus desdobramentos nas análises dos problemas educacionais brasileiros. Partimos da relação escola e território e da definição de espaço e território conforme Lefebvre, Bourdieu e Haesbaert. Procuramos problematizar a definição de território, as diferenças sociais de territórios ocupados por vários grupos, inclusive imigrantes, e suas dimensões para o entendimento da nossa educação. As desigualdades sociais e educacionais no Brasil podem relacionar-se com as características e conformações de um território. Sendo assim, a análise de pertencimento da escola, de seus agentes e de seu entorno a um território podem nos dar as dimensões de heterogeneidade dos territórios. A falsa ideia de desterritorialização, conforme analisa Haesbaert, pode contribuir com a mistificação da existência de espaços e territórios homogêneos. Importa-nos compreender especificamente esses dois conceitos: de espaço e território e seus desdobramentos, tais como a existência de espaços e territórios virtuais. Sobre estes espaços, analisaremos as consequências de se assumir a ideia de que todos os grupos sociais, indistintamente, têm acesso a eles. Estaríamos deixando de lado as relações de classe e a ideia de pertença a um determinado espaço social e território específico, assim como contribuiríamos para o esvaziamento da análise educacional nas dimensões econômicas, políticas e sociais. Nos tempos atuais, a ideia de desterritorialização deve ser equacionada, pois pode nos levar a uma falsa homogeneização espacial e social, o que seria ideológico.

Palavras-chave: Escola; Território; Imigrantes; Desterritorialização; Análises educacionais.

¹ Professora da PUC/SP. Departamento de Fundamentos da Educação – Programa de Estudos Pós-graduados em Educação, História, Política, Sociedade. Líder do grupo de Pesquisa: Movimentos migratórios e educação, cadastrado no CNPq. E-mail: lmorodrigues@pucsp.br.

Abstract: This article aims to question the possibility, especially for Brazilian education. We take our point of departure in the relationship between school and territory and in the definition of space and territory according to Lefebvre, Bourdieu, Haesbaert and others. We intend to problematize the important definition of territory, the social differences of territories occupied by various groups, including immigrants, and their dimensions for the understanding of the Brazilian education. The social and educational inequalities in Brazil can be related to the characteristics and conformations of a territory. Thus, the analysis of how the school, its agents and its surroundings are connected to a territory can give us the dimensions of heterogeneity of the territories. On the contrary, the false idea of deterritorialization, as Haesbaert analyses, can contribute to the illusion of the existence of spaces and homogeneous territories. We are interested in understanding the concepts of space and territory and its consequences, such as the existence of virtual spaces and territories. As for these spaces, we analyze the consequences of educational analysis, if these are based on the false idea of deterritorialization and not multi-territoriality as proposed by Haesbaert (2004). Our problem is to analyze the consequences of the idea of deterritorialization and its outcome in the analyses of educational problemsequences of assuming that all social groups, without distinction, have access to them. When this occurs, class relations and the idea of belonging to a particular social space and specific territory is put aside, and also contributes to weaken the educational analysis in the economic, political and social dimensions. Currently, the idea of deterritorialization should be pondered as it can lead us to a false spatial and social homogenization, which would be ideological.

Key Words: school; territory; immigrants; deterritorialization; educational analyses

Introdução

O objetivo deste artigo é desenvolver algumas ideias sobre a relação que propomos entre escola e território, que vem sendo examinada recentemente em nossos estudos. O conceito de território pode ser mais um dos fatores a explicar a desigualdade educacional brasileira, pois esta sociedade ainda mantém diferenças profundas entre suas classes sociais.

Nas análises educacionais o território passa a ser um dos fatores importantes a ser considerado, já que as escolas se situam em espaços onde as desigualdades sociais são profundas. Diferentemente do que se pode pensar, no Brasil, os territórios localizados em periferias das grandes cidades, embora majoritariamente habitados por classes populares, não são homogêneos como se pode imaginar de imediato. A condição econômica aproxima a população de determinados territórios, mas não é a única característica do grupo - devemos levar em conta que – mesmo sendo um grupo de classes populares, este não tem as mesmas condições sociais e culturais, em função das diferentes origens sociais e trajetórias de vida.

Podemos dizer que a população de territórios afastados do centro comercial e financeiro de uma cidade como São Paulo, onde se localizam nossos estudos, é heterogênea. Identificamos esses territórios pelos diferentes grupos que os ocupam e não somente pelas condições econômicas. Chamamos de diferentes grupos porque num mesmo espaço podem estar migrantes nacionais, imigrantes e paulistanos, além de grupos que fazem parte de movimentos migratórios temporários, como é o caso dos ciganos, dos trabalhadores rurais dentro outros.

Para além dessas características, mesmo com um simples olhar empírico, podemos considerar esses territórios como precários, pois não apresentam as condições mínimas de organização urbana, e nada no tocante aos serviços públicos em geral e bens culturais que pudessem acrescentar algum diferencial de conhecimento e de capital cultural para estes grupos. Mesmo assim, esta precariedade varia com relação à localização dos territórios, os mais distantes dos centros das metrópoles (mais precários) e os mais próximos (menos precários), já que os primeiros contam com maior infraestrutura e podem acessar com maior facilidade os bens culturais da cidade.

Partimos inicialmente da definição de espaço colocada por Lefebvre (2000), quando expõe suas ideias sobre a dominação e apropriação capitalista do espaço. Segundo ele quando se trata de dividir o espaço nesta sociedade fica claro que:

O dominado e o apropriado podem andar juntos. (...) A oposição “dominado–apropriado” não se limita ao discurso; essa não é uma simples oposição de significado. Ela dá origem a uma contradição, a um movimento conflituoso, que se implanta até a vitória avassaladora de um desses termos: a dominação, até a redução extrema do outro termo: a apropriação. Sem que este último possa desaparecer. Ao contrário: a prática e a teoria proclamam sua importância, e reclamam sua restituição (2000, p. 193)².

Desta forma, é muito importante a restituição do termo apropriação, mas principalmente do seu significado, quando se fala da classe mais desprovida de condições econômicas e, portanto, alijada da possibilidade de adquirir território para sua sobrevivência, ficando distante da condição de possuir um espaço e ter o domínio sobre o mesmo. Essa população, ao menos no Brasil, não tem outra solução a não ser a de posseção de espaços a partir de ocupações.

Como explica Haesbaert (2004), Lefebvre não emprega o termo território, e sim espaço. Mas pode-se compreender pela sua análise que o espaço por ele considerado é o espaço construído. Além disso, Lefebvre (2000) deixa entender em seu texto que território é fruto de um trabalho feito ao longo de um processo de apropriação de forma a transformar o espaço em território, pela dominação, própria da sociedade moderna capitalista.

Lefebvre (2000) esclarece a diferença entre dominação (propriedade que implica em poder) e apropriação (posseção), este último mais coerente com a ideia de uso, de posse e pelo vivido por um grupo num espaço específico. Segundo o autor:

A oposição entre valor de troca e valor de uso, inicialmente simples contraste ou contrariedade se torna dialética em seguida. (...) O uso reaparece em conflito agudo com a troca no espaço, pois ele implica “apropriação” e não “propriedade”. (...) Quanto mais um espaço torna-se funcional, mais ele é dominado por “aqueles” que o manipularam tornando-o de funcionalidade única, menos ele se presta à apropriação. Por quê? Porque se coloca fora do tempo vivido, aquele dos usuários, tempos diversos e complexos”. (...) (2000, p. 411-412)³

Do ponto de vista conceitual, os territórios dos quais tratamos não se enquadram na concepção de dominação, no sentido de poder. Seria mais adequada a concepção de

² Tradução livre do autor.

³ Tradução livre do autor.

apropriação, ou seja, de posse obtida pela invasão, ou melhor dizendo, pela ocupação do território por um ou mais grupos da sociedade. Trata-se de uma possessão que não lhes dá o direito de "propriedade" (HAESBAERT, 2004). Nenhuma dessas situações (apropriação; ocupação) é considerada pelo poder público, embora sejam conhecidas as formas de constituição desses territórios como espaços ocupados por uma população desprovida das condições econômicas e, portanto, sem a condição de tornar este território (LEFEBVRE, 2000) objeto de poder, de dominação ou propriedade, no sentido de torná-lo um valor de uso, venda e capitalização. Também não é reconhecida como legítima a ocupação do espaço desocupado ou improdutivo, de forma que estarão sempre ameaçados pelo poder público que garante o direito de reintegração de posse ao proprietário (burguês), a qualquer momento.

Considerando esses territórios constituídos pelo uso e pelo vivido e da importância deles enquanto população que abrigam, pois esta é de alta densidade e pertencente às classes populares, é que nos interessa a análise da escolarização da sua população infantil. No território está presente a instituição escola e esta se adapta às condições do próprio território, e por isso nos é interessante analisar como ocorre essa relação.

Escola - Território

Considerando como o principal problema da sociedade brasileira as desigualdades sociais podemos afirmar que territórios configurados por grupos diferenciados como os de nacionais, imigrantes e migrantes têm dentro deles próprios um conjunto de desigualdades sociais e diversidades culturais que os unem, inserindo-os enquanto grupo no território. Ao mesmo tempo, as diversidades culturais os separam, pois nacionais paulistanos e migrantes encontram-se em terreno conhecido, minimamente, enquanto que os imigrantes e migrantes estão distantes dos seus espaços de origem. (ELIAS, 2000)

Assim, podemos concluir que, um território ocupado por um grupo social desprivilegiado e tão desigual enquanto características étnicas e culturais, não pode ser homogêneo. Por outro lado, no caso dos territórios por nós estudados, não podem ser considerados simplesmente o território do Centro, da Zona Oeste, da Zona Sul ou o da Zona Leste da Cidade de São Paulo. Os territórios estudados revelam a diversidade entre eles, pois são de regiões distintas, com complexidades e dificuldades diferentes e ao mesmo tempo sofrem com as consequências das desigualdades econômicas que os afeta em graus e proporções específicas.

Na Zona Oeste, Região do Butantã, estudamos um território que abriga majoritariamente imigrantes bolivianos e nordestinos; na Zona Leste iniciamos o estudo sobre um território que abriga imigrantes bolivianos, e uma imigração muito recente e ainda pequena de sírios e outros, e na Zona sul, percebemos um território que abriga uma classe popular mista de migrantes nordestinos e paulistanos pobres.⁴

Sabemos pelos dados do censo demográfico do IBGE 2010 que a população de imigrantes no Brasil cresceu. Em 2000 o total de imigrantes era de 143.644 e, em 2010 essa população alcançou o número de 268.201 imigrantes, ou seja, um aumento de 86,7%. Os principais destinos desses imigrantes quando chegaram ao Brasil foram os estados de São Paulo (81.682 pessoas), Paraná (39.120 pessoas) e Minas Gerais (27.727 pessoas). Juntos, os três estados receberam mais da metade dos imigrantes dos últimos dez anos, ou seja, 148.529; seguidos por Rio de Janeiro e Goiás. O estado que recebeu menos imigrantes entre 2000 e 2010 foi o Estado de Sergipe (409 pessoas). (IBGE, 2010).

Podemos ter uma ideia do volume de imigrantes recentes no Brasil pelo número de crianças imigrantes matriculadas nas escolas do Estado de São Paulo, municipais e estaduais, e no município da cidade de São Paulo. O número de crianças estrangeiras matriculadas nas escolas públicas, somente no estado de São Paulo é expressivo: 13.624. Sabemos também que entre todas as cidades do estado de São Paulo, a cidade de São Paulo recebe mais da metade desse total (13.624), 52,86% de crianças, ou seja, 7.202 delas⁵. Entre todas as etnias matriculadas, somente nas escolas públicas municipais da cidade de São Paulo, a boliviana é a mais representativa, num total de 2.615 crianças⁶.

Logo, os territórios dos quais tratamos podem ser ocupados por diferentes grupos que deixaram seus territórios de origem, sejam eles imigrantes da América do Sul, do Oriente Médio, ou migrantes do Nordeste ou outras regiões do Brasil. Para alguns, estes sujeitos poderiam ser considerados desterritorializados e, portanto, não teriam um vínculo profundo com esse novo território, podendo viver espaços diferentes, dentro deste mesmo território, extrapolando os espaços fronteiriços chegando ao virtual, por exemplo. Neste sentido, pode-se dizer que esses sujeitos formariam um grupo homogêneo, todos seriam

⁴ A Zona sul da cidade de São Paulo tem hoje 299833 habitantes e é um dos territórios mais pobres e populosos da cidade de São Paulo segundo dados do Observatório Cidade Rede São Paulo, acessado em 26 abril 2015. Fonte IBGE/2011.

⁵ Dados retirados do IBGE Censo 2010 e organizados por Rodrigues e outros. Ver artigo nos anais ABEP (2014).

⁶ Dados foram retirados do IBGE Censo 2010 e organizados por Rodrigues e outros. Ver artigo Cadernos CERU -USP (2014).

capazes e teriam condições de extrapolar o espaço real, zona territorial delimitada. Entretanto, esse processo de desterritorialização não nos parece o mais adequado para entendermos a realidade desses territórios.

Sabe-se, pelas pesquisas realizadas por Sayad (2010), que os migrantes quando deixam seus territórios de origem deixam também sua identidade e vão viver em territórios com os quais não se identificam em nada, principalmente em termos culturais. Mesmo assim, sabemos que estes sujeitos são determinados pela sua origem e não perdem a sua territorialidade, a relação de vida que têm com seu território natal - dimensão política, econômica e cultural. Isto então acontece com os imigrantes e migrantes que ocupam espaços territoriais da cidade de São Paulo. Todos passam pela desterritorialização (emigrante *lá* e imigrante *aqui*) no sentido de não mais se relacionarem com sua cultura e vida no território natal, mas essa ligação com as origens não termina. Mesmo em outras terras, o imigrante continua buscando sua identidade, e para isso vai trabalhar com a contradição permanente, “não estou *lá* e não estou *aqui*”. O migrante carrega consigo uma “geografia imaginária” (SAÏD apud HAESBAERT, 2011, p. 60) de sua terra natal e com ela tentará novas construções sócioespaciais. Como se vê, as colocações dos autores acima nos permitem dizer que os grupos estudados não se encontram desterritorializados.

No entanto, poderíamos pensar, conforme Haesbaert (2004) que essa população que agora se organiza em um território (entendendo-o como território rede e não território zona, mais tradicional), ao contrário de desterritorializados formaria o que ele chama de multiterritorialidade. Ou seja, diferentes grupos sociais que vivem e usam um determinado espaço territorial e podem ocupá-lo nas suas múltiplas dimensões, no sentido de pertencerem àquele espaço, aos de sua origem e muitos outros ao mesmo tempo.

Aqui a noção de multiterritorialidade presta-nos para compreendermos como se organizam as classes populares, já que elas não possuem as condições de viverem num “ciberespaço” (espaço virtual) como explica o próprio Haesbaert (2004) quando analisa as possibilidades das classes sociais hegemônicas de viverem diferentes territórios sem nem mesmo saírem do lugar. As classes populares do nosso estudo não têm, portanto, neste território, a condição de ultrapassar seus limites e permanecem então dentro do território zona, conforme definido tradicionalmente.

Ora, se é possível para as classes altas e elites dominantes viverem diferentes espaços sociais ao mesmo tempo, não é o caso da população desprivilegiada que não tem sequer o território para sobreviver como abrigo, condição mínima para reproduzir suas formas de vida, física e social. Desta forma, pensar em multiterritorialidade para esse

grupo seria desconsiderar a desigualdade social existente entre as classes e mais ainda, supor condições inadequadas para as classes populares.

Buscando situar melhor a população e os espaços estudados, consideramos a explicação de Lefebvre (2000) sobre a noção de espaço. Para ele os espaços são ocupados ao longo de um processo, tornando-se então, territórios. Aqui vamos caracterizar melhor um de nossos territórios, a região central da cidade de São Paulo, a Sé onde se situa o bairro do Bom Retiro. Este bairro central da cidade de São Paulo, hoje habitado pelos bolivianos, ao longo do tempo já foi território de judeus e de coreanos, tratando-se, portanto, de um território que historicamente pertenceu a outros imigrantes.

A imigração mais antiga deste território data do início do século 20, de italianos, seguida da imigração judaica dos anos 1920 e a dos coreanos dos anos 1960. Todas elas ainda marcam e caracterizam esta região da cidade de alguma forma, desde a arquitetura, comércio, restaurantes, fábricas, escolas igrejas, sinagogas e muito mais. A recente imigração boliviana teve início em 1980⁷. O espaço hoje ocupado pelos bolivianos na região do Bom Retiro no centro da cidade de São Paulo caracteriza-se como uma região de fábricas e comércio de vestuário popular, mas considerado como “da moda”.

A população desses territórios, portanto, não é desterritorializada, não perdeu sua territorialidade de origem. Tampouco pôde constituir uma multiterritorialização, pois as condições sociais, econômicas e culturais não lhes dão essa liberdade, nem mesmo de poderem criar e viver as condições de seu lugar de origem e a de vivenciarem plenamente espaços alhures, inclusive o espaço na cidade de São Paulo, como sendo sua territorialidade.

Em seguida vamos desenvolver dois itens: o primeiro que trata da relação escola e território, sabendo que a população estudada vive em um território onde enfrenta diversidades socioculturais e situações adversas a sua vontade, e desse modo para entendermos a inserção da escola no território é necessária uma análise das desigualdades sociais que assola essa população. Isto nos é importante porque a escola deve - em parte e não só – representar os anseios do seu entorno, de uma população carente dos recursos que lhes possibilite a reorganização desse território e quiçá alcançar a plena territorialidade do mesmo.

O segundo, a partir da análise das desigualdades sociais apontar quais seriam as consequências do emprego da noção de desterritorialização nas análises de escolarização.

⁷ A imigração boliviana para São Paulo, especialmente para o bairro do Bom Retiro data dos anos 1950, mas a imigração recente teve início em 1980. Disponível em: http://almanaque.folha.uol.com.br/bairros_bom_retiro.htm Acesso em: 28 maio 15.

No terceiro e último item trataremos, dentro do possível, de apontar algumas conclusões preliminares.

Heterogeneidade entre territórios

As escolas que estudamos localizam-se no território central Sé e Zona Leste e Zona sul da cidade de São Paulo. Nossa pergunta é: considerando a diversidade dos territórios, portanto a heterogeneidade deles, como ocorre a inserção da escola nestes territórios? Se considerássemos esses territórios como homogêneos, grupos desterritorializados, sem relação com o próprio território e mantendo relações territoriais sem respeitar barreiras, estaríamos descaracterizando esses grupos e, portanto, não poderíamos entender a desigualdade social, uma marca importante deles.

Ademais, se considerarmos somente as condições econômicas dos grupos e classificarmos todos, homogeneamente, como classes populares, estaríamos deixando de lado as peculiaridades de cada um dos grupos que ocupam esses espaços; imigrantes, nacionais migrantes e paulistanos.

Partimos da definição de classe social, conforme Bourdieu (2007), garantindo que o aspecto econômico não seja a única forma de identificação dos grupos, pois as outras propriedades dos agentes ficariam de lado. Segundo o autor, a classe social não é definida por uma propriedade, mas pela estrutura de todas as propriedades pertinentes que conferem seu valor próprio a cada uma delas e aos efeitos que essa classe social exerce sobre as práticas. Dessa maneira, definir classe implica, portanto, (...) em “levar em consideração de modo consciente (...) a rede das características secundárias manipuladas, de maneira mais ou menos inconsciente, sempre que é feito apelo a classes construídas com base em um critério único, mesmo que fosse tão pertinente quanto a profissão”. (BOURDIEU, 1997, p. 101)

Os grupos que convivem nesses territórios pertencem sim, às classes populares, pela profissão que exercem e por terem os filhos em escolas públicas, mas têm particularidades específicas, quando se trata de conferir a origem social e condições de inserção na sociedade como um todo.

Conforme dissemos, são diferentes etnias que ocupam esses espaços, como é o caso dos nacionais migrantes, paulistanos e imigrantes, principalmente os bolivianos. Desta forma, não se pode dizer que esses grupos são homogêneos, pois se distinguem por características secundárias, como por exemplo, o problema de inserção social que

sofrem os bolivianos por serem descendentes de índios, o que os estigmatiza perante aos nacionais. Suas práticas sociais e culturais diferem dos nacionais migrantes e de paulistanos que ocupam, por exemplo, o mesmo espaço territorial e a mesma escola.

Por outro lado, os bolivianos inserem-se em trabalhos das oficinas de costuras, independentemente das más condições de trabalho – grande parte das oficinas mantêm esses trabalhadores como escravos, não regulamentam a contratação dos trabalhadores – além de se sujeitarem a qualquer outro trabalho que lhes for oferecido. Com isso, na escola, são considerados pelos nacionais como “bolivianos folgados” (RÉGIA, 2013) trazendo à tona a ideia de que estariam ascendendo socialmente de modo rápido, pois adquirem bens materiais como carro, roupas, material escolar e outros, bem distintos dos nacionais. Pelos dados do Ministério do Trabalho- Coordenação Geral de Imigração – CGIg (2014), curiosamente da recente imigração vinda da América do Sul, só constam dados de concessão ao trabalho para imigrantes do Peru, Chile e Venezuela. Não aparecem dados sobre bolivianos, a mais significativa imigração atual. O número de bolivianos divididos em cinco estados brasileiros, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Goiás é de 15.753⁸.

Outro problema enfrentado pelos imigrantes bolivianos, haitianos e migrantes nacionais é o da língua portuguesa. Claro que para os nacionais migrantes o problema com a língua é basicamente a pronúncia, pois esta no Brasil difere de região para região, e é bastante distante da pronúncia paulistana. Já para os imigrantes, a dificuldade maior em termos culturais está em adquirir uma nova língua, sem a qual não conseguem entrar no mercado de trabalho e ter uma melhor inserção social. Para os dois grupos, em termos culturais, o padrão da língua culta exigido pela escola é uma dificuldade que têm que enfrentar.

Um aspecto muito importante que diferencia os grupos sociais de um mesmo território são as práticas familiares que determinam as escolhas das escolas para seus filhos. Famílias que tenham um pouco mais de capital econômico e cultural sabem diferenciar uma escola de outra. O próprio entorno - as relações sociais no território - avalia as escolas, de modo que, como demonstra o trabalho do CENPEC⁹ (2011), algumas

⁸ Os países de origem da imigração atual no Brasil segundo o IBGE, Censo de 2010, são: Estados Unidos (51.933), Japão (41.417), Paraguai (24.666), Portugal (21.376) e Bolívia (15.753). Entretanto, como procuramos conhecer a criança imigrante matriculada, verificamos que, as crianças paraguaias são apenas 86 matriculadas nas escolas municipais da cidade de São Paulo. Este número não é coerente com o total dessa imigração. (Rodrigues e outros 2014)

⁹ Centro de estudos e pesquisas em cultura e ação comunitária - São Paulo- SP.

escolas servem para reprovação antecipada de crianças que não acompanhariam seus trabalhos. Neste território estudado por esse centro de pesquisa existem três escolas, uma considerada muito boa pelos grupos sociais, outra considerada média e outra ruim. A escola considerada muito boa faz uma avaliação criteriosa de sua clientela (a escola depura sua clientela) e encaminha crianças com pouca escolarização e/ou com dificuldades para obtê-la, na direção de uma ou outra escola, com avaliação abaixo do seu nível muito bom. As avaliações externas realizadas pelo governo é que dão a nota final para essas instituições, depois a própria escola se encarrega de fazer a seleção de sua clientela com apoio encoberto do grupo social do território.

É preciso esclarecer que essa seleção velada ocorre na prática escolar. Se for um aluno já fracassado em uma das outras escolas, ele já está excluído da melhor escola, pelos critérios dela, da sua gestão como um todo. A avaliação das famílias que habitam este território somados aos critérios da melhor escola são decisivos na exclusão de crianças da sua trajetória de escolarização.

O processo de escolarização evidentemente tem relação com a escola, mas além dela, fatores como características do território onde se encontra a instituição podem ser definitivos. Entre eles estão a constituição das famílias que o habitam, seus valores e exigências com relação à escola.

Vê-se então que o capital cultural de uma ou outra família do território, que poderia ser considerado homogêneo a partir das condições econômicas, na verdade não o é. As famílias, então, pelo grau de entendimento que têm da instituição escola agem de diferentes formas, ou seja, umas mais esclarecidas cobrarão mais das atividades escolares, outras menos esclarecidas exigirão menos ou nada da escola.

As condições econômicas podem ser as mesmas, mas as necessidades dos grupos têm dimensões diferentes, como vimos no caso da aprendizagem da língua portuguesa e nas formas de expressão cultural de cada um deles. Assim, a importância que a escola deve dar para as questões sociais trazidas pelos imigrantes e migrantes de territórios mais afastados do centro da cidade deve ser muito maior, se comparada à escola que se situa em territórios próximos ao centro da cidade e que abrigam apenas crianças nacionais. A relação escola e território evidencia-se principalmente quando comparamos territórios com territórios e suas respectivas escolas.

Pode-se pensar, então, que existem de forma velada situações em que a relação escola/território é uma escolarização permitida e outra onde a escolarização é impedida, pois a criança não atende aos critérios da escola. Este controle, como vimos, seria

realizado pelos próprios grupos sociais que ocupam o território. Sendo assim, a relação escola/território a nosso ver, deve ser estudada profundamente, pois o território pode ser mais um dos fatores no estudo das desigualdades sociais brasileira a impedir ou favorecer a escolarização das crianças.

Desterritorialização e escolarização

Apresentamos algumas evidências que podem indicar a heterogeneidade de territórios, em função das suas características populacionais, quando ocupados por vários grupos sociais diferenciados por etnia, origem social e outros fatores. Buscamos trabalhar com a definição de classe social de Bourdieu (2007), explicando que apenas um fator, como profissão ou renda, embora importantes, não pode ser critério único de classificação dos agentes enquanto classe e enquanto lugar que ocupam nos espaços sociais.

A ideia de desterritorialização na análise escola/território pode encobrir fatores que esclarecem as desigualdades sociais e as interferências destas na escolarização. Nos casos aqui apresentados, territórios ocupados por imigrantes e migrantes nacionais (brasileiros) trazem dentro deles um conjunto de fatores sociais que os diferenciam, de modo que o fator econômico isoladamente pode encobrir um conjunto de outros fatores fundamentais no entendimento dos problemas educacionais.

Desterritorialização, para alguns autores, no processo de globalização, significa o “não pertencimento” a nenhum território material, a nenhum espaço social, pois estaríamos ligados aos espaços pelos meios de comunicação que nos permitem estar virtualmente em vários lugares e não pertencer a nenhum território. Não seria uma desterritorialização, e sim uma reterritorialização virtual, conforme Lévy (1999).

No caso dos grupos estudados e relacionados à escolarização vimos que não acontece essa desterritorialização, uma vez que não possuem o território mínimo exigido para sua sobrevivência. Na verdade, são grupos excluídos dos espaços - territórios necessários para suas vidas, pois não os possuem no sentido definido por Lefebvre (2000) (dominação, poder) e já abordado no início deste trabalho. São grupos sociais que não têm um território como posse e, portanto, estão distantes de perdê-los, de serem desterritorializados materialmente, e territorializados virtualmente seria menos provável. O mundo virtual é próprio para os que têm território material e não precisam dele para sua sobrevivência e sim para usá-lo como moeda de troca, capital.

As escolas quando pertencentes a territórios ocupados por grupos sociais heterogêneos reproduzem as condições sociais de “dominação”, e atendem exatamente as expectativas dos grupos com maior capital cultural e “respeitam” as baixas expectativas ou nenhuma exigência da população do território que tem o menor volume em capital cultural. Pelos dados da pesquisa realizada pelo CENPEC (2011) sabe-se que as diferenças de capital cultural entre os grupos daquele território - alguns são melhores informados, outros menos, sobre o papel da escola - reforçam as ações de exclusão impostas pelas instituições. A exclusão torna-se uma ação natural da escola, na medida em que os grupos do território respeitam “as regras” de aceitação para matrícula de seus filhos em certas escolas ou de exclusão dos mesmos em outras escolas.

Observa-se que os problemas de escolarização junto aos “desterritorializados materialmente” devem ser tratados de modo mais profundo, procurando entender de fato suas causas. Quando relacionamos escola/território percebemos que as dificuldades que movem a escolarização permitida ou impedida – expressões criadas por nós - podem ser colocadas pelo próprio grupo social do território. Como disse acima, são grupos que reivindicam muito, pouco ou nada da instituição escola e aceitam definitivamente suas limitações – enquanto grupo - diante das regras impostas por esta escola. Quais são as condições socioeconômicas dos grupos que os possibilitaria reivindicar ações escolares de mesmo nível? O que de fato aflige essa população impedindo-a de agir na direção de buscar na escola ações que atendam necessidades dos diferentes grupos, já que são heterogêneos?

As famílias desses territórios sentem-se impotentes diante da escola e suas exigências, atendem as condições impostas pela instituição, e talvez o problema da impotência nem se coloque, por se tratar de uma “condição natural”.

O emprego da ideia de desterritorialização em estudos da relação escola/ território pode descaracterizar o problema da educação de má qualidade, em territórios habitados por grupos heterogêneos. Isto pode ocorrer exatamente porque esses grupos têm sim algum vínculo territorial, embora às vezes conflituosos, como é o caso dos imigrantes (não estou lá, nem cá), ao contrário do que o próprio conceito propõe. No caso dos imigrantes, pode-se pensar no conflito constante pelo qual passam quando se lembram da sua territorialidade deixada para trás, e sem escolha, e da busca de nova territorialidade no país de imigração.

Pensar esses grupos heterogêneos como desterritorializados, sem vínculos, vivendo diferentes espaços ao mesmo tempo e, portanto, sem ligações com o território material

não aponta para os reais problemas enfrentados pela educação em diferentes espaços. Estes aspectos, somados ao ideológico - pois supõe um grupo homogêneo onde não há diferenças sociais, econômicas e culturais - favorecem sempre grupos com um pouco mais de capital cultural, deixando de lado o estudo das razões das desigualdades que afetam a todos. Essa falsa homogeneização impede o reconhecimento da existência de uma classe social desprivilegiada e alijada de tudo, de um território, da escola e da possibilidade de inserção social. O grupo desprivilegiado então, não teria mais reivindicações enquanto grupo e nada a esperar da escola, instituição que por sua vez também não estaria vinculada ao território, e não teria de atender a todos. Neste ponto pode-se incorrer na ideia errônea de que a escola não atenderia a nenhum dos grupos, por estes não se identificarem com o território. Ora, o que faz a escola se identificar mais ou menos com o território é a relação maior ou menor de seus agentes com o território. Logo, naturalmente a escola acaba por se identificar mais facilmente com o grupo que tem um pouco mais de capital cultural, maior inserção social e territorial e assim este grupo passa a ser melhor atendido pela escola. Esse melhor atendimento, na verdade, só ocorre porque o grupo se identifica mais facilmente com as exigências da escola. Não seria o caso dos imigrantes e dos migrantes nacionais, para estes a tendência seria ficar sem serem contemplados.

Análises que relacionam escola/território como a do trabalho do CENPEC são importantes, enquanto dados obtidos e estudos comparativos sobre as diferentes escolas de um mesmo território. Já o conhecimento das causas profundas não consideradas, dos fatores que interferem na vulnerabilidade do território, termo por eles empregado e considerado fator importante da má escolarização, pode iludir ou mesmo apontar a vulnerabilidade como fator que interfere na escolarização, impedindo-a de se realizar por completo. Então, tratando-se da vulnerabilidade do território as desigualdades diminuiriam e o problema estaria resolvido? Na verdade, a vulnerabilidade desse espaço / território tem causas, quais seriam elas? Os determinantes políticos, econômicos e sociais precisam ser analisados para que não se busque resolver a vulnerabilidade de forma simples, ou seja, contemplando o território com alguns equipamentos faltantes, como hospitais, segurança, escola, comércio e outros, sem tratar de conhecer as causas reais da vulnerabilidade do espaço. Considerar territórios como vulneráveis, pode reforçar as causas das desigualdades sociais no território e na sociedade como um todo, quando precisamos conhecê-las.

O que deve ser diagnosticado na relação escola/território, no lugar de se considerar territórios vulneráveis são causas não identificáveis visivelmente, como é o

caso da observação e constatação de que faltam equipamentos no território, e por isso ele é vulnerável. A nosso ver a vulnerabilidade não seria produto da falta de equipamentos. Em nossa opinião é importante pensar se as causas da vulnerabilidade não seriam outras, como por exemplo, o espaço estar destituído de bens maiores, tais como: empregos, melhores salários, moradias próprias e /ou educação para todas as crianças e politização dos diferentes grupos. Assim a análise necessitaria de outros suportes, como aspectos políticos, sociais e econômicos, e não somente a observação.

Buscamos apontar dois problemas na análise escola /território, o primeiro já colocado quando se considera apenas um fator, o econômico, por exemplo, para se designar uma classe, sem considerar outro conjunto de práticas determinantes dos sujeitos, conforme estudos de Bourdieu (2007). O segundo, emprego e consequências da ideia de desterritorialização desenvolvido logo acima.

Com isso esperamos ter esclarecido o problema de heterogeneidade dos grupos, já que não os consideramos apenas como grupos pertencentes às classes populares, na medida em que outros fatores foram levados em conta. Consideramos também as etnias e as diferenças culturais e práticas sociais marcantes dos grupos.

Vimos que os territórios podem ser ocupados por diferentes grupos, e pelas razões acima explicitadas eles não seriam homogêneos e também não podem ser considerados desterritorializados. Também por não terem nem o território para a sobrevivência, eles explicitam a sua condição social de não possuírem território como uma moeda de troca. Esta realidade impede de estarem em vários espaços ao mesmo tempo, como indica ideia de multiterritorialização. Com essa ideia na análise da relação escola/território, a escola não serviria a um grupo territorializado materialmente, mas virtualmente e como já esclarecemos anteriormente, somente as elites podem estar multiterritorializada. No próximo item pretendemos apresentar as considerações finais deste estudo ainda em desenvolvimento.

Considerações finais

Nosso trabalho procurou mostrar inicialmente a importância de considerarmos a definição de espaço / território como a de um espaço produzido. É este espaço que ao longo de um processo de construção torna-se território, pela dominação, própria da sociedade capitalista. Segundo Lefebvre (2000) dominação implica propriedade e poder, enquanto apropriação implica em posse.

Esta definição foi importante para entendermos que os diferentes grupos sociais analisados na relação escola/território são de fato territorializados, embora não tenham a propriedade do território e, portanto, não detêm o poder sobre ele. Assim, são grupos que têm uma relação de pertença com o território pelo uso, pelo vivido, embora não o tenha de fato.

A partir desses conceitos, espaço e território, analisamos a ideia de desterritorialização com a preocupação de que essa ideia possa vir a ser aplicada em análises educacionais e suas consequências, especialmente na sociedade brasileira.

Apontamos que a ideia de desterritorialização pode permitir entendermos territórios ocupados por diferentes grupos (por exemplo, imigrantes) como passível de homogeneização, o que não permitiria conhecer os problemas que causam a desigualdade social e muito menos de apontá-las como interferências possíveis no processo educacional.

Por outro lado, analisamos que a noção de multiterritorialidade não pode ser aplicada para o entendimento e caracterização dos grupos considerados, pois a multiterritorialidade implica na ideia de que o indivíduo ou grupo tem um território para a sobrevivência, o que não é o caso. São imigrantes e migrantes despojados de suas localidades de origem sem ter até então um território próprio, embora nutram sentimentos de territorialidade (do local de origem) que reporta pertença.

Enfatizamos mais uma vez que a desterritorialização é prejudicial às análises educacionais por homogeneizar os grupos que ocupam territórios, impossibilitando, portanto, de se chegar a conhecer de fato as causas das desigualdades sociais. Por sua vez, a multiterritorialidade consideraria os diferentes grupos de classes populares de um determinado território como pertencendo a vários espaços o que desconsidera a realidade material desses sujeitos.

A ideia de homogeneização e desterritorialização dos grupos sociais implica em deixar de lado as relações e a ideia de pertença a um determinado espaço social e território específico, assim como contribui para o esvaziamento da análise educacional nas dimensões econômicas, políticas e sociais. Nos tempos atuais a ideia de desterritorialização na análise educacional deve ser equacionada, pois pode nos levar a uma falsa homogeneização espacial e social, o que seria ideológico.

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, P. *A distinção - crítica social do julgamento*. São Paulo: Zouk/edusp, 2011

CENPEC- Centro de estudos e pesquisas em cultura e ação comunitária. Educação em territórios de alta vulnerabilidade social na metrópole (2011). Disponível em: <http://www.cenpec.org.br/2015/09/20/educacao-em-territorios-de-alta-vulnerabilidade-social-na-metropole/> último acesso, 28/11/16 às 23:15

ELIAS, Norbert. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

HAESBAERT, Rogério. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. 2004, Artigo recuperado do site da web: <http://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>. Acesso em 28/11/16 às 23:18

_____. Concepção de território para entender a desterritorialização. In: Santos, M.; Becker K. B. e outros (org.). *Território e territórios*. Rio de Janeiro: Lamparina, (2011)

IBGE – Instituto de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2012/04/numero-de-imigrantes-cresceu-867-em-dez-anos-no-brasil-diz-ibge.html>. Acesso 28/11/2016

LEFEBVRE, Henri. *La production de l'espace*. Paris, Anthropos, 2000.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, (1999).

Ministério do Trabalho- Coordenação Geral de Imigração – CGIg (2014). Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080814BCC383D014C03D4E54D20CD/Relat%C3%B3rio%20CGIg%20Final%20Completo%20ult%20vers%C3%A3o.pdf> acesso,28/11/16 às 23:32.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Observatório cidade e rede. Disponível em <file:///C:/Users/LEDA/Downloads/CGIg-2014-FinalCompleto.pdf>

PONTEDEIRO, L. R. *Encontros e desencontros na escola: um estudo sobre as relações sociais entre alunos brasileiros e bolivianos em São Paulo*. Dissertação de Mestrado, Programa de Educação: História, Política, Sociedade, PUCSP, 2013.

RODRIGUES, Leda Maria de Oliveira e outros. Migração contemporânea e educação. In *Cadernos Ceru- USP*, série 2,v.25,n.1 junho 2014, pp. 225-240.

_____. (b) Imigração recente e educação - o caso do Estado de São Paulo e sua metrópole. Trabalho apresentado no XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em São Pedro/SP – Brasil. *Anais*, 2014. www.abep.org.br/encontro

SAYD, A. *La doble ausencia. De las ilusiones del emigrado a los padecimientos del inmigrado*. Barcelona:Antrophos Editorial. Rubí, 2010.

Cordelistas no processo migratório: a expressão da experiência feminina e nordestina

Ana Aparecida Alves Pereira Oliveira¹

Maria Clara Pereira Soares²

Resumo: A migração de diversos nordestinos desde épocas passadas até os dias de hoje teve como impulso a situação em que estes viviam na região do sertão. A seca e as desigualdades foram motivadoras do êxodo para os centros urbanos da região Sudeste. Os cordelistas foram também alguns sujeitos desse processo, impulsionando a produção da literatura em outras regiões do país. O cordel original do Nordeste começa a se espalhar muito fortemente pelo Brasil a partir do movimento migratório de homens e mulheres. Tendo isso em vista, neste artigo, entendendo o cordel nordestino como um gênero literário característico do Brasil, buscaremos identificar como esse representa costumes, práticas e comportamentos específicos da cultura nordestina. Assim como também buscaremos compreender o processo migratório de mulheres da região para o Sudeste. Com relação à autoria feminina no cordel e a representação do contexto migratório, partiremos de uma entrevista e da análise de textos da cordelista cearense, hoje radicada no Rio de Janeiro, Dalinha Catunda, cuja experiência se situa no contexto do processo migratório, refletindo-se profundamente na elaboração dos seus textos.

Palavras-chave: Cordel; Migração; Autoria; Mulheres; Gênero.

¹ Mestranda no programa de pós-graduação em Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do ABC. Especialista em Estudos Linguísticos e Literários pelo Centro Universitário Fundação Santo André. E-mail: ana.aparecida@ufabc.edu.br.

² Cordelista. Mestranda no programa de pós-graduação em Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do ABC. E-mail: mariapsoa@gmail.com.

Abstrac: The migration of several northeasterners from past times to the present day have been impelled by the situation that they lived in the backwoods region. Drought and inequality motivated the exodus to the Southeast urban centers. The Brazilian *cordelistas* also were some subjects of this process, impelling the literature production in other regions. The original Northeast *Cordel* spread considerably across the country from men and women migratory movement. In this article, recognizing the Northeast *Cordel* as a literary genre typical of Brazil, we will try to identify how it represents mores, practices and behaviors from Northeastern culture; as well as the migratory process of women from that region to the Southeast. Concerning to female *cordel*'s authorship and the representation of the migratory context, we will start from an interview with Dalinha Catunda, a writer from Ceará, now living in Rio de Janeiro, followed by an analysis of her texts that deeply reflect her experience in the context of migratory process.

Keywords: Cordel; Migration; Authorship; Women; Gender.

Introdução

A migração é um fenômeno marcante na história do Brasil. Durante determinados períodos históricos, o deslocamento de pessoas de diversas regiões do país, especialmente, para o Sudeste brasileiro expressa mudanças significativas no cenário social, político e econômico. A partir da política desenvolvimentista iniciada na segunda metade do século passado, homens, mulheres e crianças dos mais diferentes contextos migraram para cidades como Rio de Janeiro e São Paulo em busca de novas oportunidades de trabalho. Nesse artigo, buscaremos tratar especificamente da migração nordestina e de como ocorre este fenômeno, que para esta população tem motivações particulares, incluindo a seca.

No contexto da migração nordestina não é apenas a força de trabalho o que esses homens e mulheres levam para a região sudeste, mas também a inventividade, a cultura popular e as formas de expressão próprias de seu povo. Nesse sentido, a literatura de cordel assume um lugar significativo no que se refere a representação da identidade nordestina. Para as/os migrantes, a literatura de cordel é retomada como um modo de manter o vínculo com a cultura na qual se originaram e com a qual se identificam enquanto sujeitos.

Para abordar o tema, dividimos este artigo em três seções elaboradas por meio de uma revisão bibliográfica e uma entrevista. Na primeira, abordamos o cordel no contexto da migração nordestina, apresentamos dados relativos à migração e alguns autores migrantes que utilizam o cordel como um meio de difundir a cultura nordestina e como um modo de manter o vínculo com a sua identidade cultural.

Na segunda seção traçamos um panorama sobre a literatura brasileira de cordel como forma de expressão popular e artística particularmente nordestina, por meio da qual homens e mulheres nordestinos, em diferentes momentos da história, expressaram a sua realidade. Por último, apresentamos uma análise sobre dos textos da autora Dalinha Catunda, cuja obra, em grande parte, versa sobre a questão feminina e da migração. Dalinha é uma personagem real e icônica do contexto no qual se desencadeia a motivação da migração de mulheres. Sua trajetória é marcada pelo embate numa sociedade patriarcal e conservadora e pela busca de autonomia e da liberdade.

Compreendemos que este artigo se propõe a uma breve discussão sobre o tema e que aqui não se busca esgotá-lo. Por outro lado, esperamos contribuir com o nosso ponto de vista sobre o entrecruzamento de dois temas, a migração da mulher nordestina e sua expressão na literatura brasileira de cordel.

Migração: o cordel como antidesraizamento e antiaculturação?

Ao longo do tempo, diversos temas foram desenvolvidos nas poesias rimadas da literatura brasileira de cordel. De certo, essa expressão cultural é oriunda da região nordeste, que é formada por nove estados, com área territorial 1.561.177,8 km². Trata-se da primeira região povoada no Brasil. O Nordeste é composto por extensos sertão e caatinga – esses dois elementos formam a zona litoral e interior. Tem como característica a diversidade climática, em que se identifica a seca. Com o passar do tempo existiu e ainda existe uma grande desigualdade social entre os povos na região. A seca deixa de ser meramente um problema natural, tornando-se um problema social.

Prestes necessidades e beneméritas, sem elas seria impossível a indústria das secas, tão rendosa; sem elas, como manter a sociedade constituída e conter o povo, de todas as pragas a pior? Imagine, meu velho, essa gente com saúde e sabendo ler, que perigo medonho! (AMADO, 1978, p. 189).

Mesmo sendo a primeira região povoada pelos portugueses, são elevados os seus índices de desigualdades: segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), houve um aumento de 24% nos números de empregos sem carteira assinada entre 2000-2010. No mercado de trabalho, os informais são 59,4%. O nível de escolaridade em ensino fundamental incompleto é de 48,1%. A mortalidade infantil – menos de cinco anos - apresenta números alarmantes, dos maiores índices do Brasil: meninos 105,7%, meninas 86,1%; desses, 102,1% são negros.

Mesmo vivenciando uma seca devastadora, a região é constituída por locais que se mostram abundantes em águas. Por exemplo, o Rio São Francisco que percorre quatro estados nordestinos: Sergipe, Alagoas, Pernambuco e Bahia.

Vale pontuar que esse mesmo rio sofre ameaças do uso de suas extensões para criação de hidrelétricas. Sabemos que essas não serão para os interesses do povo trabalhador e pobre. Uma grande ironia, visto que por um lado há gente morrendo pela seca, ao mesmo tempo em que a região conta com recursos que podem amenizar a situação dos nordestinos.

Neste cenário, a seca foi um dos motivos para a migração dos nordestinos pelo país afora. Segundo dados do IBGE (2007), 19,7 milhões de pessoas migraram no país, 53,5% eram nordestinos e 66,7% se destinaram a região sudeste.

Logo no primeiro dia, estudando a realidade nordestina, vimos que a miséria do Nordeste é causada, mais pela justiça organização socioeconômica e política, do que pelo flagelo da seca. Pois os ricos, mesmo com a seca, continuavam bem, e até se tornam as vezes, mais ricos, com os proprietários que se enriquecem com os benfeitores que o Programa de Emergência constrói em suas terras, com o suor dos pobres que não recebem nem o salário mínimo (MEDEIROS FILHO & SOUZA, 1984, p. 104)

Além disso, desde muito tempo, autores nordestinos utilizam a seca como um tema de seus escritos.

Na de 1915, a escritora Rachel de Queirós inspirou-se para escrever “O Quinze”, sua obra mais conhecida; por sua vez, Graciliano Ramos também publicou um grande livro, “Vidas Secas”, em que escreve as agruras do sertanejo, além de José Américo de Almeida e José Lins do Rego que retratou, em suas obras, a vida no sertão (SILVA, 2008, p. 12).

É em meio a esse contexto que nasce o *cordel* tipicamente nordestino, no início do século XX. Tanto temas político-críticos quanto características culturais - e o comportamento - do nordestino que são representados nos cordéis. Já nesse período, o autor Leandro Gomes de Barros abordava, com o folheto *O Retirante*, o tema da migração para qualquer lugar do país, cujas causas eram a seca e a angústia do sertanejo em tempos de estiagem.

O deslocamento desses sujeitos, em si, não é a única questão a ser observada. Até hoje sabemos que cidades com grande poder econômico no país foram constituídas por nordestinos e são movimentadas também pela existência de trabalhadores que buscaram nesses locais a fuga da grande pobreza que atinge o Nordeste; além de novas oportunidades para a sobrevivência. Dentre esses, encontramos poetas cordelistas que vivem no Rio de Janeiro. É o caso de Dalinha Catunda, natural do Ceará, integrante da Academia Brasileira de Literatura de Cordel, autora de “Cidade Maravilhosa: 450 anos”, e Rosário Pinto, natural do Maranhão, autora de “Fuxico de Mulheres: uma peleja virtual”, além de diversas outras edições com temas femininos. Trataremos dessas autoras mais adiante.

Observamos que essa trajetória de migração possibilitou aos poetas abordarem temas que relacionam a saída do Nordeste e a entrada no Sudeste. Refletindo em suas poesias o cruzamento da vivência de dois mundos. Foi assim com João Antônio de Barros, que chegou em São Paulo em 1970 e escreveu “A Metamorfose é em São Paulo”.

Defino “migração” como uma ação social de caráter individual ou coletiva, espontânea ou forçada, que ocorre através de um deslocamento interno (do campo para a cidade, de uma cidade para outra, no mesmo país), ou externo (de um país para o outro); envolve cruzamento de fronteiras administrativas e políticas (territórios), e fixação de nova residência, bem como um processo de desenraizamento do local de origem seguido de novo enraizamento (aculturação) no local de chegada. Os motivos da migração tanto podem ter causas sócio-econômicas e políticas, como também podem estar associados a dimensões subjetivas (LISBOA. Ano XIV, Números 26 e 27, 2006, p. 152).

Todavia, tanto no contexto da seca quanto no da produção de cordel, é nítida a divisão no modo de vida entre as mulheres e os homens. Mesmo na segunda metade do século XX, as mulheres tinham sua vida totalmente privada, seus afazeres eram domésticos, quase não tinham acesso aos estudos, pois eram limitadas a aprender apenas as tarefas da casa. Por muitos anos, desde o surgimento do cordel, os homens tinham o protagonismo nas produções. Existem registros que a primeira mulher a publicar um cordel utilizou um pseudônimo masculino devido ao grande preconceito que existia na época (sobre isto abordaremos mais detalhadamente adiante). Isso também se expressa no processo migratório. As primeiras migrações nordestinas ocorreram por diversos fatores: trabalho, acompanhar a família e moradia. Em pesquisas do IBGE encontramos:

Figura 1 - Fonte: Motivos para migração no Brasil e retorno ao nordestino.

São Paulo em perspectiva. v. 19. n 4. 2005 p. 135

TABELA 1
Distribuição dos Migrantes, por Sexo, segundo Motivos
Declarados para o Último Deslocamento
Brasil – 2001

Motivos Declarados	Em porcentagem		
	Homens	Mulheres	Total
Total	100,0	100,0	100,0
Trabalho da Pessoa	34,7	11,8	23,1
Estudo da Pessoa	2,7	3,2	2,9
Saúde da Pessoa	1,6	1,6	1,6
Moradia	11,0	9,4	10,2
Acompanhar a Família	39,6	63,0	51,5
Dificuldade no Relacionamento Familiar	1,5	2,4	2,0
Outro Motivo	8,9	8,5	8,7
Ignorado	0,1	0,1	0,1

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 2001.

Quando vemos as condições e conversamos com algum nordestino, observamos que o maior motivo da migração é o fator econômico seguido da procura de acesso aos serviços públicos. Por outro lado, se analisarmos as tabelas acima observaremos que, num recorte de gênero, o número de mulheres que migram para acompanhar a família é superior ao de homens que migram por esse motivo. Ao passo que o número de homens que migram por motivo de trabalho é expressivamente superior em relação ao número de mulheres que migram pela mesma razão.

Figura 2 - Fonte: Motivos para migração no Brasil e retorno ao nordestino. São Paulo em perspectiva. v. 19. n 4. 2005. p. 136.

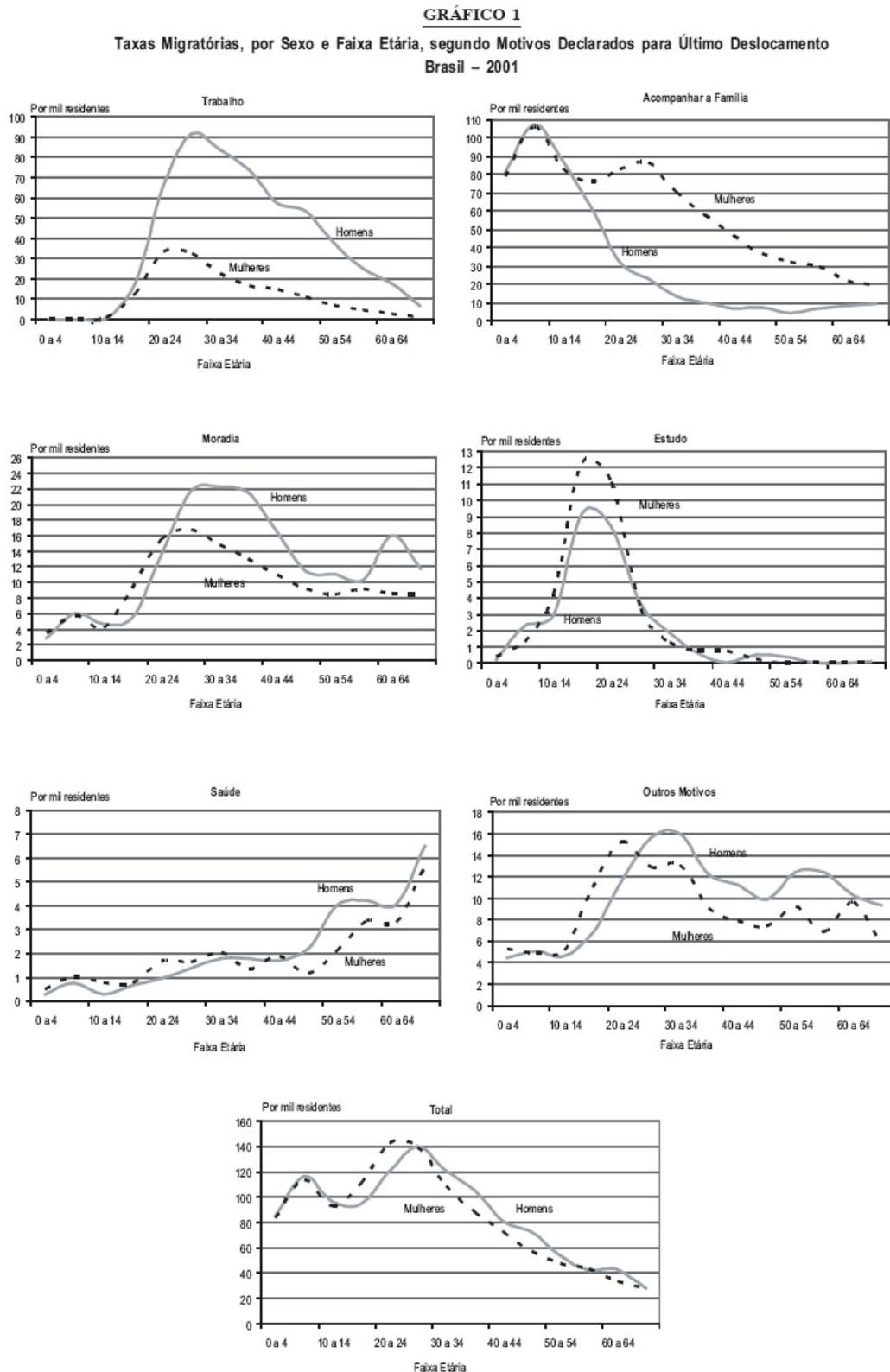
TABELA 2
Distribuição dos Migrantes, por Motivos Declarados para o Último Deslocamento, segundo Faixa Etária
Brasil - 2001

Faixa Etária	Em porcentagem							Total
	Trabalho da Pessoa	Estudo da Pessoa	Saúde da Pessoa	Moradia	Acompanhar a Família	Dificuldade no Relacionamento Familiar	Outro Motivo	
0 a 4 Anos	0,3	0,4	0,4	3,5	89,2	0,9	5,3	100,0
5 a 9 Anos	0,2	1,5	0,7	4,8	87,7	1,0	4,1	100,0
10 a 14 Anos	0,8	3,5	0,5	4,4	84,1	1,9	4,8	100,0
15 a 19 Anos	13,6	9,3	0,6	6,4	59,9	2,5	7,7	100,0
20 a 24 Anos	33,1	6,5	0,9	9,7	38,8	2,0	9,0	100,0
25 a 29 Anos	38,6	2,2	0,9	12,1	35,1	2,1	9,0	100,0
30 a 34 Anos	38,4	1,2	1,4	13,6	32,0	2,6	10,8	100,0
35 a 39 Anos	40,1	0,6	1,4	15,4	30,5	2,5	9,5	100,0
40 a 44 Anos	39,3	0,5	2,0	15,1	30,3	2,4	10,5	100,0
45 a 49 Anos	41,1	0,5	2,2	13,4	29,6	1,9	11,3	100,0
50 a 54 Anos	33,4	0,3	4,6	14,8	28,8	1,8	16,3	100,0
55 a 59 Anos	24,9	0,1	6,6	17,0	32,7	2,2	16,5	100,0
60 a 64 Anos	19,2	0,1	7,0	23,2	29,8	1,5	19,1	100,0
65 Anos e Mais	8,4	0,2	14,1	23,3	34,7	2,2	17,1	100,0

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 2001.

Observamos também que o motivo citado (acompanhar família) é expressivo na faixa etária de 0 a 19 anos (figura 2).

Figura 3 - Fonte: Motivos para migração no Brasil e retorno ao nordestino. São Paulo em perspectiva. v. 19. n 4. 2005. p. 137



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 2001.

Portanto, as mulheres e as crianças vêm acompanhadas pelos chefes de família, os homens. O número de mulheres que migram como chefes de família é de menos de 10%, já os homens, 35%, segundo dados do IBGE (1991). Entre os gêneros dos filhos há pouca diferença: mulheres 35% e homens 40%.

Vale também ressaltarmos que, quando as mulheres migram como chefes de família, estas não vêm acompanhadas de seus cônjuges. Menos de 1% têm marido ou companheiro. Em geral, essas mulheres migram solteiras e separadas, à procura de emprego e de sua autonomia.

Com o avanço das discussões feministas e a procura de emprego, após as mulheres saírem do seu posto de donas de casa, passaram a ocupar os espaços públicos, nos locais de estudos, trabalho, criando uma maior independência.

Motivos como trabalho e estudo passaram a ser das mulheres também. Além disso, surgem elementos novos nas causas das migrações, como a opressão, a discriminação e a violência de gênero. Muitas mulheres, quando percebem algum desses motivos, procuram refúgios e a sua independência fora da casa dos pais e dos ex-maridos.

A presença das mulheres é marcante na faixa etária jovem, em que o fluxo migratório é maior, 56% do total dos jovens na migração é feminina, entre 24 e 35 anos. O Rio de Janeiro é o destino predominante. Isso se explica pelo fato de essas jovens, em sua maioria, não terem filhos e poderem conseguir emprego em casa de família como empregada doméstica. O que também identificamos é que há um grande número de mulheres, especialmente, negras e nordestinas, ocupando esses postos de trabalho.

O que é Cordel brasileiro?

O cordel surgiu em Portugal através das “folhas volantes” ou “folhas soltas”, nomeado como “literatura de cordel”. No entanto, estudos mais recentes revelam que o cordel brasileiro se difere do português, pois as suas métricas e formas são distintas. Conforme afirma Luciano (2012, p. 7): “[...] a dominação ‘literatura de cordel’ levava-o para uma gênese ibérica, por causa da tradição da literatura de cordel portuguesa do século XVII”.

O cordel brasileiro, particular e originalmente nordestino, apesar de alguns laços forçosos com os seus irmãos ibéricos, surgiu e se desenvolveu nas primeiras décadas do século XX, a partir dos esforços de três poetas: Leandro Gomes de Barros, Francisco das Chagas Batista e João Martins de Athayde. Juntos, eles foram os responsáveis pela

criação de uma literatura popular única e genuinamente brasileira, tendo como modelos estéticos e textuais os estilos da poesia oral improvisada.

O Cordel é um gênero literário da literatura brasileira, cujas características são a poesia rimada, metrificada, geralmente escrita em suas estrofes por seis versos, sextilhas, que também podem ser compostas por septilhas ou décimas, respectivamente, com estrofes de sete e dez versos.

Sobretudo, ressaltamos que o cordel não é apenas a poesia em si, mas também as pessoas que a fazem. Isso é, está para além da tríade metro, rima e oração. Nesse sentido, os cordelistas, assim como qualquer homem ou mulher, estão vinculados ao seu tempo e, por isso, nas poesias que escrevem encontramos ligações diretas com o seu contexto histórico. Desse modo, um texto de cordel pode ser uma base documental exponencial para o fazer do historiador.

Assim, quando o cordelista faz sua poesia fincada na tradição popular e descreve de forma rimada cenas da realidade do cotidiano do nordestino, essa expressão literária traz à tona valores e simbologias próprias às pessoas que nasceram, cresceram e viveram (ou vivem) em solo nordestino. O autor de Cordel, ao escrever, elabora uma caracterização e confere aos nordestinos uma identidade única que pode ser visualizada por meio desse tipo de literatura.

Forjado por poetas populares do nordeste brasileiro, o cordel se transformou em expressão literária tipicamente atrelada aos que habitavam a região em que se deu o seu surgimento e desenvolvimento. Esse tipo de literatura se consagrou como uma cultura ligada diretamente ao nordestino e, nesse percurso, passou a expor em seu conteúdo momentos inerentes à realidade desta região.

De certo, a análise desse tipo de literatura nos proporciona um conhecimento histórico. Atualmente, temos notícia que existem cordelistas em vários estados do país. Mulheres e homens ganham notoriedade por tratarem de uma multiplicidade de temas que vão do social ao político - passando pelo religioso - em sua poesia. Além de servir como documento histórico, o cordel pode ser útil para a compreensão da identidade nordestina nos dias atuais.

Sabemos que, ao tratarmos de cordel, estamos trilhando o caminho do que se convencionou chamar de cultura popular:

Compreender “cultura popular” significa, então, situar neste espaço de enfrentamentos as relações que unem dois conjuntos de dispositivos: de um

lado, os mecanismos da dominação simbólica, cujo objetivo é tornar aceitáveis, pelos próprios dominados, as representações e os modos de consumo que, precisamente, qualificam (ou antes desqualificam) sua cultura como inferior e ilegítima, e, de outro lado, as lógicas específicas em funcionamento nos usos e nos modos de apropriação do que é imposto (CHARTIER, 1995, p. 7).

Desse modo, entendemos que abarca uma gama de fatores que perpassam o enfrentamento do que vem a ser o nordeste para outros setores que não são, propriamente, ligados ao território nordestino, ou seja, o que o nordeste significa para um cordelista que tenha origem na região se difere do que representa para um poeta que não possua essa identidade.

As mulheres cordelistas no processo migratório: entrevista com Dalinha Catunda

Entrevistamos Maria de Lourdes Aragão Catunda, mais conhecida como Dalinha Catunda, cordelista e contadora de histórias, natural do Ceará, que atualmente vive no Rio de Janeiro. Já produziu mais de 50 folhetos e participa da Academia Brasileira de Literatura de Cordel (ABLC). Sobrinha de contadora de histórias e filha de poetisa popular, desde cedo aprendeu a expressar os seus sentimentos em versos.

Com base nos dados anteriormente apresentados, podemos afirmar que diversos motivos trazem/levam as mulheres nordestinas ao sudeste. Inserida nesse contexto, a biografia de Dalinha demonstra que ela foi uma das jovens migrantes que se deslocaram de sua região natal para o sudeste por não serem aceitas pela família e sociedade. “O motivo foi uma gravidez, inesperada, de uma jovem da sociedade que, quebrando tabus, quebrou regras e quebrando regras foi expulsa do paraíso”. (Entrevista às autoras)

Ela nos conta que o colégio onde estudava não a aceitava grávida. Mesmo que seus pais já estivessem considerando (re) aceitá-la, como se tratava do único colégio da cidade, partiu em busca de oportunidades. No entanto, a sua chegada ao Rio de Janeiro não foi fácil, no sentido de sua adaptação, bem como no que se refere às novas relações sociais que estabeleceu. Sendo notório o impacto de sua diferença como mulher nordestina, recém-chegada do interior, como ela mesma afirma para as autoras: “Foi difícil, primeiro pelo meu comportamento de menina do interior numa cidade grande. Meu modo de vestir, meu sotaque nordestino, minha sinceridade que soava como agressividade. E porque lá eu tinha tudo e aqui no Rio eu teria que começar do zero”.

E continua:

Foi difícil, mas arranjei meu primeiro emprego num laboratório de remédios, ganhava pouco e com algum conhecimento que arrumei por lá, saí e fui trabalhar em lavanderia, atendendo telefone atendendo no balcão entre outras atividades. Não ganhava muito, mas era bem melhor e lá descobriram que eu sabia fazer concertos em roupas, aí eu passei a ganhar razoavelmente, bem. Além do salário, eu tinha a grana dos concertos que superava em muito o meu salário. Depois de algum tempo, larguei a lavanderia e passei a fazer concertos em casa para algumas lavanderias o que me rendia um bom dinheiro. (Entrevista às autoras)

A aceitação, o reconhecimento e a persistência em preservar a identidade nordestina não foram fáceis para uma menina grávida, solteira, empenhada em construir toda a sua vida em uma cidade desconhecida. Ao questionarmos como foi, enquanto mulher, se mudar da sua cidade de origem e ir para o Rio de Janeiro, ela afirma que: “Foi difícil, pois minha cidade era o meu mundo encantado, eu não idealizava nada além dos limites da minha terra”.

Dalinha enfrenta diversos obstáculos por ser mulher numa sociedade extremamente sexista e preconceituosa. Todavia, tais obstáculos não impediram que consolidasse a sua carreira como cordelista. Hoje, possui uma cadeira da ABLC, organização mais reconhecida pelos poetas cordelistas.

Apesar dos percalços de sua trajetória, manteve-se ligada à cultura nordestina e preservou a sua identidade. Sobre isso ela afirma que: “O cordel propriamente dito, eu só comecei a fazer aqui no Rio e passei também a escrever mais, por conta da saudade que eu sentia do mundo que deixei para trás”. E nos leva a pergunta: o cordel trouxe à tona lembranças que reafirmam a identidade de Dalinha enquanto mulher nordestina, uma vez que a cordelista se distanciou tão cedo de suas raízes, por ter migrado no período de sua juventude?

Para nós, a presença da poetisa no cordel brasileiro, para além de se afirmar enquanto nordestina, dentro de um cenário altamente xenofóbico, excludente e machista, mostra o lugar das mulheres letradas, mulheres que desde cedo, ou não, aprenderam a potência da poesia e, por meio dessa, propuseram-se a registrar o seu cotidiano e as suas vivências. Ela nos afirma que um dos fatores de entrar na poesia do cordel foi o direito de ocupar esse espaço oferecendo um olhar feminino e novos temas.

A mulher que na oralidade, contava histórias, foi inspiração de poetas que produziam cordéis, a musa louvada por alguns poetas, escrachada por outros conforme o olhar de cada bardo sobre a figura feminina, com o passar do tempo e com um novo alhar, achou por bem ocupar na Literatura de Cordel, a lacuna que por direito lhe pertencia. Hoje eu posso dizer que o plantel feminino, não é pequeno, e as mulheres cordelistas escrevem seus cordéis aplicando as regras, tal qual essa literatura exige. A importância da mulher além de escrever cordel, e ocupar o seu espaço, dando fim no famoso Clube do Bolinha, onde só entrava homem, é marcar presença e trazer esse olhar feminino com novos temas para essa literatura. (Entrevista às autoras)

Dalinha é das poucas que ocupam hoje uma cadeira na Academia Brasileira de Literatura de Cordel, já que essas são majoritariamente ocupadas por homens. De quarenta cadeiras, apenas seis são ocupadas por mulheres. Outro fator que merece atenção está relacionado às referências aos poetas a quem essas cadeiras pertenciam anteriormente, pois não há nenhum nome feminino. Diante disso, observamos que ainda há muito que se avançar para que mais mulheres ocupem tais espaços

A cordelista quando chega em outra cidade sente a necessidade de reafirmar enquanto nordestina, mostrando as suas raízes. Num movimento de antidesraizamento, não perde as suas origens. O cordel contribuiu com a sua trajetória de luta contra uma aculturação que a migração pode proporcionar, não sem distanciar o nordestino das referências características de sua região.

Os casos de Dalinha e tantas outras mulheres que procuram refúgios e reencontros em locais distantes de sua terra natal mostram que para elas foi fundamental reafirmar e manter a sua identidade nordestina para que pudessem assumir espaços. A sua persistência em ocupar os postos de trabalhos, ainda que precários, além de escolas, universidades e academias de literatura mostra a independência que buscam para sobreviver numa sociedade que tenta aniquilar, explorar e oprimir constantemente.

A migração como temática para a expressão da cordelista

São algumas as possibilidades para tratarmos da presença feminina na literatura brasileira de cordel. Tendo em vista que este trabalho se desenvolve a partir do contexto da migração, é pertinente buscarmos identificar como essa questão se expressa nos textos da mulher cordelista. Nesta seção, realizaremos a análise de dois textos de Dalinha Catunda, que respectivamente tematizam a migração e a independência feminina: *Eu sou o sertão*

e *Nem freira nem meretriz*. Após a análise, buscaremos observar como a motivação apresentada pela autora para a sua migração, dá-nos a noção de como as relações de poder existentes entre os gêneros integram e influenciam o contexto migratório de mulheres.

Nas terras alencarianas
 Eu nasci e me criei
 Não foi por causa da seca
 Que de lá eu desertei
 Parti para me libertar
 E aprender a voar
 Migrante assim me tornei (CATUNDA, 2016).

A abertura deste texto de cordel nos revela alguns aspectos que consideramos importantes. Em primeiro lugar, porque localiza a região nordeste de forma metonímica, pois o termo “terras alencarianas” é equivalente ao estado do Ceará, terra natal do escritor José de Alencar. Em segundo, porque ressalta um dos maiores motivadores da migração nordestina para o sudeste, a seca. Por último, porque a voz que se enuncia nega este motivo e afirma que é a necessidade de liberdade que a torna migrante.

De início temos a pista de que quem escreve é uma mulher, já que sabemos que a autoria é de Dalinha Catunda, logo, observamos a sua motivação dialoga com os dados sobre a migração de mulheres que expusemos anteriormente. Afirmamos isso também com base na entrevista com a autora, contida na seção anterior. Isso é, o seu deslocamento tem como maior estímulo a busca pela independência. No caso específico da autora, a motivação foi uma gravidez que provocou grande impacto em sua família, levando o pai a expulsá-la de casa.

A escolha do gênero cordel e o teor do texto revelam por outro lado que, apesar da necessidade de “liberdade” e da “ruptura dos laços”, a voz enunciativa valoriza a sua origem, ressalta a natureza, os hábitos e outras particularidades da região em que nasceu. Embora afirmada como migrante, essa voz enfatiza que o sertão é o seu “reino verdadeiro”, expressando assim uma relação de pertencimento, mesmo quando em trânsito entre duas regiões.

Sou ave de ribançã
 Não esqueci o roteiro
 Vivo entre o Ceará
 E o Rio de Janeiro
 Tatuei no coração
 O retrato do sertão
 O meu reino verdadeiro (CATUNDA, 2016).

A própria escolha do gênero cordel para a expressão feminina de mulheres nordestinas revela que, embora migrantes, os sujeitos não necessariamente apagam as suas origens. Sendo cordelista e nordestina, Catunda se utiliza de um gênero discursivo que lhe é familiar como um potencial veículo para a sua expressão.

Neste texto, outras questões são evidentes, como a narrativa da mulher migrante que, embora transitando entre o rural e o urbano têm no primeiro a fixação de sua identidade, haja visto o próprio título do texto “Eu sou o sertão”. Além de certa utopia e estado de “elevação” - uma vez que distante do seu local de origem, essa voz enunciativa busca recriá-lo - por meio do gênero literário escolhido, da sonoridade e da seleção e combinação de palavras que caracterizam a oralidade própria do povo sertanejo.

Na septilha supramencionada observamos a intensidade do “laço” que essa voz mantém com o sertão, cujo retrato ela tatua “no coração”, e cuja imagem sugerida é a de um “reino verdadeiro”. Com isso observamos que a aproximação com o local de origem se expressa por meio da fantasia e do simbólico.

Com relação ao texto “Nem freira nem meretriz”, formado por quadras, a autora recria a experiência vivenciada em seu meio social quando engravidou. Observamos que a ruptura com o papel que lhe era pré-determinado, torna-a “bode expiatório” do entorno em que vive. Para esse artigo, selecionamos algumas quadras que revelam que apesar disso a mulher pode buscar o seu próprio espaço e não necessariamente se convence pelos padrões ou alcunhas que a sociedade tenha lhe impor.

[...]
Você já sabe da última,
Que a danada aprontou?
Namorou um desquitado,
E o pudor onde ficou?
*
Já viu? Está de barriga!
E ela nem é discreta,
Com aquela pança toda
Andando de bicicleta

[...]
Não baixei minha cabeça,
E resolvi ser feliz.
Não entrei para conventos,
Nem me tornei meretriz.

*

Porém quando fui tangida,
De fato o mundo ganhei.
Peguei a estrada da vida,
Inventando a minha lei.
[...] (CATUNDA, 2016).

A partir deste excerto observamos que mais uma vez o contexto da migração é retomado, por outro lado, a motivação aparece melhor delineada. Esta voz enunciadora nos mostra que esteve na condição de outro colocado para fora dos limites, por uma sociedade incapaz de conviver com a diferença (BRANDÃO, 2006).

Nesse texto, Dalinha recria a relação com o entorno social onde vivia quando a sua gravidez foi descoberta. Sendo do interior, onde os valores são arraigados à concepções da moral religiosa, uma jovem solteira grávida que anda de bicicleta pode ser entendida como uma afronta aos padrões da família tradicional. Isso não apenas fica evidente na entrevista de Dalinha como também no texto supramencionado.

A partir daqui entendemos que seja importante compreender com a orientação de uma perspectiva crítica como o papel da mulher é pré-determinado socialmente. Na concepção da filósofa francesa Simone de Beauvoir, os seres se tornam mulheres a partir de padrões e valores pré-determinados por uma cultura patriarcal.

Ninguém nasce mulher, torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado, que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode construir um indivíduo como um Outro (BEAUVOIR, 2009, p. 361).

É partindo desta concepção de como se constrói a mulher enquanto “outro” que podemos compreender as relações de gênero. Neste sentido, Scott (1998, pp. 21-22) recomenda a utilização da categoria de gênero para a análise histórica dessas relações. Sua concepção de tal categoria está baseada em duas partes e várias “subpartes”.

A noção essencial de gênero a partir de Scott (op. cit.) tem duas proposições: 1) trata-se de um “elemento constitutivo das relações sociais que se baseiam nas diferenças percebidas entre os sexos”; 2) corresponde a “uma primeira forma de significar as relações de poder”. Além de quatro elementos com relação entre si: a) “símbolos culturalmente definidos que evocam representações múltiplas”; b) conceitos reguladores que priorizam

interpretações limitadas das “possibilidades metafóricas” de tal símbolo; c) oposição binária d) identidade subjetiva.

A partir daí entendemos que a opressão sofrida pela autora no contexto de sua migração não é mero acaso, ou somente específica dos costumes de sua região. Por outro lado, faz parte das relações assimétricas estabelecidas entre homens e mulheres no contexto mais amplo do sistema patriarcal. Sendo uma jovem “de família”, para a qual já havia um destino planejado - casar-se e ter filhos apenas nessas condições - Dalinha não poderia ter descumprido as regras, como o fez, o seu ônus foi a vergonha, o escândalo.

Por outro lado, não é no lugar da submissão que ela se posiciona, em determinada quadra de “Nem freira nem meretriz” expressa: “[...] Levando cercas nos peitos / Não deixei que me abatessem / Persegui os meus direitos”. Deixar a sua terra foi o caminho que encontrou para resistir e não se submeter aos padrões. Neste sentido, é extremamente simbólico o ato de levar “cercas nos peitos”, pois representa a transposição não apenas das fronteiras que isolam as propriedades interioranas, mas também a ruptura com padrões que limitavam a sua liberdade.

Embora o gênero seja constitutivo das relações sociais e o binarismo busque estancar os papéis sociais de homens e mulheres, há inúmeras formas de resistência e subversão desta lógica. O que se torna nítido no caso de Dalinha. Ainda assim, não podemos deixar escapar a pergunta: Qual é a situação da mulher no contexto do cordel brasileiro? Esta pergunta permitiria a formulação de inúmeras hipóteses que poderiam nos levar a diferentes respostas. Devido a brevidade a que se propõe este artigo, optamos por delinear um breve panorama da produção feminina no cordel ao longo de nossa história.

É inegável que na história da literatura brasileira a identidade feminina esteve por muito tempo apagada. Em razão da lógica de uma tradição que segundo Hollanda (1991) é patrilinear, a identidade feminina no meio literário tornou-se marginal, uma vez que apenas os herdeiros desta tradição teriam a legitimidade para produzir alta cultura, porque também seriam estes filhos dos homens abastados os detentores dos meios de produção. Como gênero textual que transita entre o erudito e o popular, o cordel, embora ocorra num contexto distinto, não escapa totalmente a essa lógica. Segundo Queiroz (2006), o possível primeiro cordel feminino foi publicado sob um pseudônimo masculino em 1938, a autora de “O violino do diabo ou o valor da honestidade” publicou-o sob o pseudônimo de Altino Alagoano.

Nessa época a distribuição dos folhetos de cordel no nordeste já estava consolidada de forma sistemática, sob o risco de que, se publicado sob a autoria de uma mulher, o

folheto não pudesse ser vendido. Sobre isso, Queiroz (2006, p. 57) pontua: “Para publicar, nos idos de 1938, a cordelista utiliza um disfarce, uma máscara para obter a aceitação popular numa sociedade patriarcal”.

Atualmente existem diferentes iniciativas para a inserção de mulheres no mundo do cordel. Queiroz (op. cit., p. 59) elogia o projeto SESCordel, resultado de uma parceria da unidade de Juazeiro do Norte com a Academia de Cordelistas do Crato. Segundo ela, por meio deste projeto, algumas cordelistas contaram com a possibilidade de a sua criação ganhar visibilidade.

Para Santos (apud QUEIROZ, 2006, p. 60) a presença feminina na literatura de cordel tende a uma ressignificação do gênero, uma vez que as temáticas passam a abarcar não apenas o universo feminino, mas também questões do entorno social no qual a mulher está inserida. Para essa autora, simultaneamente, as cordelistas “inauguram outros espaços de veiculação do cordel, como escolas, passeatas, instituições e universidades”.

Voltando ao contexto da migração, em especial, à Dalinha Catunda, a autora também é ícone da autonomia da mulher no meio. Conforme mencionamos, Catunda ocupa uma cadeira na Academia Brasileira de Cordel, no Rio de Janeiro, tem cinquenta folhetos publicados, além de livros. Organiza encontros, mantém um *blog* na *Internet* com vários de seus textos disponíveis para leitura, o “Cantinho da Dalinha”.

Participa também de outros *blogs*, como o projeto *Cordel de Saia*, que é resultado de uma parceria entre a autora e outras cordelistas e no qual se preza a diversidade com a publicação de autores e autoras. Não é nosso objetivo neste artigo aprofundar na questão das novas tecnologias, porém, é importante salientarmos que nesse contexto surgem como um potencial meio para a difusão do fazer artístico de mulheres como Dalinha.

A partir da leitura dos seus textos e dos dados obtidos na entrevista, observamos que o contexto da migração de mulheres nordestinas, bem como a sua produção autoral são entrecortados por relações de poder que ainda se baseiam nas diferenças e nos papéis previamente determinados pelo gênero. No entanto, é por meio do cordel que Dalinha constrói uma narrativa de sua própria trajetória de vida, em que a migração aparece como um evento decisivo, que não promove o apagamento de suas raízes e que, em disso, promove a necessidade da afirmação dessas.

Além disso, a experiência de Dalinha não é um ponto fora da curva da realidade social brasileira, pois, como mulher, inserida numa sociedade patriarcal, a autora experimentou cedo o peso da opressão determinada por seu papel social. O que de modo algum a impediu de transpor os limites impostos, contagiando-nos com os seus escritos tão potentes.

Considerações finais

Numa sociedade machista como a brasileira a discussão sobre as questões de gênero é essencial e sempre oportuna no sentido de propor a reflexão sobre o quanto a determinação de papéis sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos escamoteiam relações de poder.

Aqui buscamos identificar o quanto essas relações se expressam dentro do contexto da migração e observamos que, em geral, o deslocamento de mulheres está ligado a fatores relacionados ao seu papel de gênero, como no caso da cordelista cearense Dalinha Catunda, sobre quem se concentrou boa parte da discussão aqui realizada. Entendemos também que, neste cenário de disputa, o Cordel enquanto gênero literário, pode ser um espaço em potencial para a expressão da mulher nordestina e migrante, de quem o contexto social e cultural apresenta particularidades. Já que as temáticas escolhidas por mulheres comumente versam sobre a sua condição, além de outras temáticas sociais que a afetam na vida cotidiana.

Consideramos a experiência desta pesquisa como satisfatória, uma vez que nos permitiu entrar em contato com a narrativa da migração feminina, especialmente, a que se expressa nos textos de Dalinha Catunda. Esperamos que este trabalho nos sirva como um ponto de partida para uma investigação mais ampla e que nos permita conhecer a concepção de diferentes mulheres nordestinas sobre a sua própria condição e maneira de estar no mundo.

Referências Bibliográficas

AMADO, Jorge. *Tereza Batista cansada de guerra*. Bahia. 1978.

BARROS, José D' Assunção. *História Cultural: um panorama teórico e historiográfico*. In. Textos de história, vol. 11, n° ½, 2003.

BEAUVOIR, Simone. *Infância*. In: *O segundo Sexo*. 1ª parte. Vol. 2 p. 361-430. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2009.

BRADLEY, H. *Fractured indentites*. Cambridge: Polity Press, 1996.

BRANDÃO, Ruth Silviano. *Mulher ao pé da letra: A personagem feminina na literatura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

BRASIL. *Censo Demográfico e Contagem da População*. IBGE, Brasília: 2010.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. *Cultura Popular: revisitando um conceito*. In. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 8 n.16, 1995, p. 179-192.

CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Bauru: EDUSC, 1999.

FOUCAULT, Foucault (org.): *A critical reader*. New York: Brasil Blackwell, 1986.

GÓES, Karolyne Ribeiro. **A literatura de cordel**: elementos formadores da região nordeste. Congresso internacional de história. 2011.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. O estranho horizonte da crítica feminista no Brasil. Trabalho realizado para o Colóquio *Celebración y Lecturas: La critica literaria em Latinoamerica*, Ibero-Amerikanisches institut Preussischer Kulturbesitz, Berlin, 20-24 de novembro de 1991.

JANNUZZI, Paulo de Martino. OLIVEIRA, Kleber Fernandes de. *Motivos para migração no Brasil e Retorno ao Nordeste*. São Paulo em perspectiva, Rio de Janeiro, vol. 19 n.4, p. 135-137.

LISBOA, Teresa Klebar. *Gênero e Migrações – Trajetórias globais, trajetórias locais de trabalhadoras domesticas*. REMHU – Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana. Ano XIV - Números 26 e 27 – 2006.

LUCIANO, Aderaldo. *Apontamentos para uma História Crítica do Cordel Brasileiro*. SP. 2012.

QUEIROZ, Doralice Alves de. *Mulheres Cordelistas: percepções do universo feminino na literatura de Cordel*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras – UFMG. Belo Horizonte, 2006.

SANTOS. Luciany Aparecida Alves. *Literatura de Cordel e migração nordestina: tradição e deslocamento*. Estudo da literatura brasileira contemporânea. n° 35. Brasília, janeiro-junho de 2010, p. 77-91.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. Trad. DABAT, C. R.;

AVILA M. B. Original: _____. *Gender: a useful category of historical analyses*. Gender and Politics of History. New York. Columbia University Press, 1989.

SILVA, Raimundo José da. *Identidades e Representações do Nordeste na Literatura de Cordel*. Universidade Federal do Mato Grosso. Três Lagoas. 2008.

SOUZA, Medeiros Filho &. *Seminário sobre o homem e a seca no Nordeste*. RJ. 1984.

Referências eletrônicas:

ABLC <<http://www.ablc.com.br/>>. Acesso: 25 mar 2016.

Dalinha Catunda: <<http://goo.gl/qPLorf>>. Acesso: 11 abr 2016.

Joao Antonio de: <<http://goo.gl/mdWtBm>>. Acesso: 15 mar 2016

Leandro Gomes de Barros: <<http://goo.gl/xOmNlJ>>. Acesso: 15 mar 2016.

Rosario Pinto: <<http://goo.gl/ajAZX4>>. Acesso: 11 abr 2016.

Os fatos e as coisas: Émile Durkheim e a controversa noção de fato social

Sidnei Ferreira de Vares¹

Resumo: Este trabalho tem o propósito de analisar o conceito de fato social desenvolvido por Émile Durkheim. Nosso objetivo primordial é compreender de que maneira o sociólogo francês procurou salvaguardar este conceito das inúmeras críticas que, ainda em sua época, foram-lhe endereçadas. Para tanto, percorremos não só as principais objeções, mas, também, os argumentos empregados pelo autor com vistas a se defender desses ataques. O método empregado é eminentemente revisionista, analítico e bibliográfico. Com efeito, procuramos demonstrar que apesar das fragilidades detectadas o referido conceito representou uma tentativa de delimitar o objeto da Sociologia, marcando posição frente a outras áreas do conhecimento, em especial da Filosofia, Biologia e Psicologia.

Palavras-chave: Fato social; Sociologia; Coerção; Sociedade; Indivíduo.

Abstract: This paper aims to analyze the concept of social fact developed by Emile Durkheim. Our primary goal is to understand how the French sociologist sought to safeguard this concept of the numerous criticisms that even in his time, were addressed to it. Therefore, we have come not only the principal objections, but also the arguments used by the author in order to defend these attacks. The method is highly revisionist, analytical and bibliographic. Indeed, we try to demonstrate that, despite the weaknesses detected, that concept represented an attempt to define the object of sociology, marking a position in relation to other areas of knowledge, especially Philosophy, Biology and Psychology.

Keywords: Social fact; Sociology; Coercion; Society; Individual.

¹ Doutor e Mestre em Educação pela USP. Professor dos Cursos de História, Filosofia e Pedagogia do Centro Universitário Assunção – SP. Email: vares@usp.br

Introdução

No início do segundo capítulo de *As Regras do Método Sociológico*, trabalho publicado em 1895, Émile Durkheim (1858-1917) expõe um controvertido preceito. Referimo-nos à regra segundo a qual “os fatos sociais devem ser tratados como coisas”. Neste mesmo trabalho, o sociólogo francês também apresenta as diretrizes de seu método, aplicado tanto em sua tese doutoral, *Da Divisão do Trabalho Social*, originalmente publicada em 1893, quanto em um de seus trabalhos posteriores, *O Suicídio*, publicado em 1897. Tal como *O Discurso do Método* de René Descartes, *As Regras* apresenta um viés igualmente programático, inserindo o leitor no universo categorial de seu autor.² A despeito de seu caráter simplificador, quando comparado a outros escritos *durkheimianos* mais complexos e menos maniqueístas, o referido texto cumpre uma função específica, a saber, delimitar o objeto de estudo da sociologia.³ Destarte, o fato social desponta como uma noção central, visto que todo esforço de análise empreendido pelo cientista social deve dirigir-se a ele.

As contestações, entretanto, não tardaram. Não foram poucos os que o acusaram de “deificar” o social, reduzindo os aspectos individuais a meros reflexos da vida coletiva. Ora tachado de “realista”, ora de “idealista”, Durkheim viu-se constantemente obrigado a explicar sua intenção ao cunhar o referido termo, amenizando, na medida do possível, as críticas a ele dirigidas.

Com vistas a compreender melhor as implicações desta polêmica noção, optamos por dividir nosso empreendimento em três momentos distintos. Inicialmente, apresentaremos o “fato social” tal como Durkheim o define. Com isso, pretende-se mensurar a importância deste conceito para o conjunto de sua obra, clarificando alguns pontos importantes, sobretudo em relação ao método sociológico durkheimiano. A seguir, apresentaremos o teor das críticas que lhes foram direcionadas, visando, assim, entender os motivos de tanta rejeição. Por fim, analisaremos os argumentos empregados por Durkheim frente a estes ataques, intencionando identificar tanto os seus pontos fortes quanto as suas possíveis inconsistências.

² Sobre esta relação, consultar o trabalho de Dominick Lacapra. Vide referências bibliográficas.

³ Com isto não estamos afirmando que esta seja a única preocupação do texto. Além de delimitar o objeto da sociologia (os fatos sociais), *As Regras do Método Sociológico* aborda outros tantos temas, como a distinção entre o “normal” e “patológico”, “estrutura” e “função”, além da noção de “ideologia”. Nosso foco, entretanto, volta-se para a definição de fato social.

As Regras do Método Sociológico e a noção de “fato social”

O fato social constitui a base do método *durkheimiano*. Nos primeiros capítulos d’*As Regras do Método Sociológico*, Durkheim empenha-se em defini-lo, destacando suas principais características. Primeiramente, argumenta que o qualificativo é correntemente empregado sem maior precisão para referir-se àqueles fenômenos que, no interior da sociedade, apresentam algum tipo de interesse social. Sob este prisma, não há acontecimento humano que não possa ser por ele englobado. Afinal de contas, todo indivíduo desempenha funções variadas como comer, beber, dormir, pensar etc. e a sociedade tem o maior interesse que estas funções sejam regularmente exercidas. Contudo, se esses fatos fossem sociais, a sociologia não teria objeto próprio, já que o seu domínio se confundiria com o da Biologia e o da Psicologia. Este tipo de generalização, difusa inclusive entre alguns de seus intérpretes, é o que emperra o desenvolvimento da Sociologia. Este é um ponto que não se pode ignorar: o que o sociólogo chama de “fato social” dispõe de propriedades específicas, distintas daquelas estudadas pelas outras ciências da natureza. Não há nisso qualquer demérito. Trata-se apenas de distinguir o que pertence ao reino da ciência social. Disso decorre que o fato social possui traços muito diferentes daqueles encontrados em outros tipos de fenômenos. Sobre este ponto em especial, Durkheim procura desde o início situar o leitor. Logo no primeiro capítulo, intitulado “O que é fato social?” o sociólogo destaca os seus traços fundamentais, quais sejam, exterioridade, coercitividade e generalidade. O primeiro nos situa em um “fora” indeterminado; o segundo refere-se à interiorização do fato social, isto é, à sua conversão em um poder interno, que se impõe à subjetividade humana; o terceiro, por seu turno, diz respeito tanto à pluralidade de sujeitos que surge através do processo de socialização, quanto, novamente, ao caráter autônomo do fato social, porém, desta vez como existência independente do reino ideal das normas que presidem e tornam possível a existência da vida coletiva. Cada um deles, portanto, corresponde a um momento específico, conquanto isto não signifique que tenham o mesmo grau de importância.

Na concepção *durkheimiana*, a exterioridade é o signo mais perceptível dos fatos sociais, tomado em dois diferentes aspectos: em relação ao indivíduo singular que se incorpora à sociedade; e em relação a toda uma geração de homens vivos em um dado momento histórico. Analisemos cada um deles.

Nascemos no interior de um mundo constituído. A cada geração nos encontramos como uma tabula rasa frente a um conjunto de valores, crenças, normas, modos, usos

etc. – que a exemplo dos objetos físicos de seu entorno são impessoais. Destarte, não somos mais que um elemento de umnexo de múltiplas interações. Para que possamos acessar esse vasto conjunto de objetos culturais, e assim desfrutar da condição de ser social, deve-se internalizar um sistema de signos que já está dado. É no curso do processo de socialização, portanto, que estes objetos culturais vão sendo incorporados pelos indivíduos. Nesse sentido, a educação constitui-se no instrumento social mais eficaz para converter essas representações coletivas em algo interior, íntimo. É através dela – primeiramente na instância familiar e posteriormente na instância escolar – que certos elementos culturais objetivados tornam-se subjetivos, plasmando gradualmente o espaço psíquico particular do indivíduo concreto. Entretanto, esta interiorização nunca é total, uma vez que o indivíduo, seja pelas limitações de suas faculdades intelectuais seja pelo curto tempo de vida que dispõe, só pode incorporar uma parcela ínfima de tudo o que a vida coletiva produziu ao longo dos séculos. Este só pode conhecer uma pequena parte, normalmente a de índole geral que lhe possibilita tornar-se membro do grupo e a de índole específica que lhe permite ocupar um lugar no interior da divisão do trabalho.

Portanto, este primeiro sentido da exterioridade dos fatos sociais, definido a partir da diferença entre o indivíduo pré-social e a determinação do meio social, ainda nos deixa um suporte: as gerações adultas socializadas. Segundo Durkheim, os fatos sociais não decorrem nem das ações nem das volições individuais, mas de um passado que antecede a todos eles. Trata-se, pois, de fenômenos que extrapolam os indivíduos vivos e suas consciências tanto em termos lógicos quanto em termos histórico-culturais. Isto porque nenhuma geração de homens se encontra em situação de elaborar por inteiro, partindo do zero, um sistema cultural completo. Afinal de contas, conforme enfatiza Durkheim:

O sistema de signos de que me sirvo para exprimir meu pensamento, o sistema de moedas que emprego para pagar minhas dívidas, os instrumentos de crédito que utilizo em minhas relações comerciais, as práticas observadas em minha profissão etc. funcionam independentemente do uso que faço deles. Que tomem um a um todos os membros de que é composta a sociedade; o que precede poderá ser repetido a propósito de cada um deles. Eis aí, portanto, maneiras de agir, pensar e sentir que apresentam essa notável propriedade de existirem fora das consciências individuais (DURKHEIM, 2007, p. 2).

Obviamente, a exterioridade não deve ser tomada como um critério empírico, o que está em causa aqui é um conceito. Se os fatos sociais fossem exteriores a todos os indivíduos, isto equivaleria a negar um aspecto importante da argumentação

durkheimiana: o de que a sociedade se compõe unicamente de indivíduos. Durkheim vai buscar na ciência química inspiração para explicitar melhor sua posição. Segundo o sociólogo, a exemplo dos fenômenos químicos, irreduzíveis a cada um dos elementos que lhe deram origem, os fenômenos sociais não podem ser explicados a partir dos indivíduos. Eles consistem em uma síntese *sui generis*, que diferem essencialmente de suas partes constitutivas – neste caso os indivíduos. Trata-se, pois, de fenômenos novos, formados não por este ou aquele indivíduo isolado, mas pelas interações que estes se estabelecem entre si. Dotados de regularidade, esses fenômenos podem ser estudados e, na medida do possível, compreendidos pela sociologia.

O segundo traço, a coercitividade, remete ao caráter impositivo dos fatos sociais, podendo ser pensado em dois sentidos distintos. Inicialmente como pressão exercida pelo grupo organizado sobre o indivíduo isolado. De certo modo, somos todos, a um só tempo, causa e objeto desta forma de coerção. Em geral, a “coerção puramente externa” vem acompanhada de uma série de sanções, que podem ser mais ou menos violentas, difusas ou institucionalizadas, mas que não deixam de existir. Nesse caso, tanto as regras do direito quanto os costumes inerentes a uma dada cultura impõem-se e limitam o raio de ação dos indivíduos, independentemente de suas vontades.

Se não me submeto às convenções do mundo, se, ao vestir-me, não levo em conta os costumes observados em meu país e minha classe, o riso que provoco, o afastamento em relação a mim produzem, embora de maneira mais atenuada, os mesmos efeitos que uma pena propriamente dita. Ademais, a coerção, mesmo sendo apenas indireta, continua eficaz. Não sou obrigado a falar francês com meus compatriotas, nem a empregar as moedas legais; mas é impossível agir de outro modo (DURKHEIM, 2007, p. 3).

Como o excerto acima deixa entrever, a coerção externa pode ser de dois tipos. Além do constrangimento direto, sentido quando a violação às regras sociais desencadeia sanções mais ou menos violentas, há imposições que são indiretas, pois surgidas da necessidade do indivíduo se submeter a certos procedimentos para obter êxito em determinadas atividades sociais.

Mas a coerção não se dá apenas de fora para dentro. Ela também pode ser pensada em termos intersubjetivos, na forma de constrangimento moral. É este, aliás, o seu sentido mais original. Afinal, a coerção vai muito além dos deveres expressos pelo sistema jurídico ou pelas normas coletivas. Nesse sentido, pode-se falar em uma pressão interior, de cunho

eminentemente psíquico, que através do processo de socialização se impõe às pulsões individuais. É isto o que o autor define como “interiorização das normas”. Aqui já não se está falando no primado do coletivo sobre o particular, mas de uma subjetividade em conflito consigo mesma. Afinal, se o indivíduo isolado está exposto à tirania dos desejos, este só poderá ascender à condição de ser social à medida que, por meio da socialização, os seus impulsos egoístas forem disciplinados. Disto decorre que a conformidade com as obrigações raramente se baseia no medo às sanções desencadeadas pela transgressão às normas sociais, mas se dá voluntariamente através da parte exitosamente socializada do psiquismo. Mas se Durkheim foi capaz perceber que o constrangimento social pode ser interiorizado, pelo menos não nesta obra ele não explorou todas as implicações desta descoberta.⁴

O terceiro traço, a generalidade, é uma consequência direta da universalidade da ação coercitiva inerente aos fatos sociais. Diz respeito a certos elementos culturais compartilhados no interior de um determinado grupo, seja pela totalidade de seus membros seja pela maioria deles. Constitui, portanto, um produto das ações e reações que se estabelecem entre as diversas consciências individuais, e, visto que seu substrato não é outro senão a vida comum, não deve ser confundida com os fatos individuais que a expressam, tanto no plano psicológico quanto no plano biológico. Desta feita, embora mais fácil de ser aplicado que os demais, este último critério só adquire sentido caso tome-se o cuidado de considerar a independência dos fenômenos sociais, do contrário, pode-se tomá-lo erroneamente como uma manifestação particular.

Uma vez apresentadas as características dos fatos sociais, Durkheim ainda procura demonstrar estes podem variar quanto a sua intensidade. Enquanto alguns fatos se constituem como *maneiras de ser* coletivas, outros se constituem como *maneiras de fazer* coletivas. A diferença entre eles está no grau de coalescência a que chegaram. Os primeiros, de ordem anatômica ou morfológica, são o próprio substrato da vida coletiva. Consistem em fenômenos duradouros, que se caracterizam pelo alto grau de consolidação. Já os segundos, de ordem fisiológica, possuem um grau de consolidação menor. Trata-se de regras e práticas mais ou menos formais – normas legais e morais, dogmas religiosos, sistemas financeiros etc. – que têm sua origem ou substrato na sociedade política em

⁴ Segundo Juan Pablo Vázquez Gutiérrez (2002), embora Durkheim tenha apenas esboçado uma discussão acerca da moralidade no início de sua carreira, só voltou a este tema em seus trabalhos posteriores, sobretudo em seus estudos atinentes à educação moral e à religião, quando, inclusive, procurou desfazer os mal-entendidos contidos nas análises de alguns de seus intérpretes.

seu conjunto ou em um dos grupos sociais que a compõem. Finalmente, ocupando o resto deste contínuo, estão aqueles fatos sociais não-institucionalizados, que, embora não apresentem essas formas cristalizadas, têm a mesma objetividade e a mesma ascendência sobre o indivíduo. São as “correntes sociais”, e podem se manifestar como “movimentos de opinião” relativamente estáveis ou como “erupções passageiras”.

Mas, apesar das nuances atinentes ao grau de consolidação, em todos esses casos os fatos sociais se impõem ao indivíduo com a mesma eficiência, dado seu caráter obrigatório. Entre eles, portanto, não há nenhuma heterogeneidade irreduzível, já que possuem a mesma natureza impositiva e autônoma, agindo por meio do direito público, das várias instituições que condicionam nossas ações ou das correntes de opinião que incidem sobre nossas relações domésticas e cívicas. Em suma, concluí Durkheim:

É fato social toda maneira de fazer, fixada ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior; ou, ainda, toda maneira de fazer que é geral na extensão de uma sociedade dada e, ao mesmo tempo, possui uma existência própria, independente de suas manifestações individuais (Durkheim, 2007, p. 13).

Controvérsias e dilemas de uma definição

Como um bom conceitualista, Durkheim demonstra grande preocupação com a definição de seu objeto de estudo. Dai o seu esforço em isolar certa categoria de fatos. Sabe-se que a noção de fato social ocupa um lugar central em sua metodologia, pois é a partir dela que o sociólogo francês procura delimitar o escopo da sociologia em relação a outras ciências, em especial a Psicologia e a Biologia. Entretanto, ele também vislumbra marcar posição frente à Filosofia. Na medida em que considera a Sociologia uma ciência empírica, que não pode se pronunciar senão sobre fatos e regularidades verificáveis entre os fatos, Durkheim rompe definitivamente com os sistemas filosóficos comtiano e spenceriano, abrindo espaço para sua disciplina. Mas, em que pese a sua boa vontade, a empreitada teórico-metodológica levada a cabo pelo autor esteve longe de ser tranquila. Logo após a publicação de *As Regras*, o sociólogo teve que se defrontar com uma série de críticas.

Uma das primeiras objeções feitas a Durkheim refere-se à proposição segundo a qual os fatos sociais devem ser tratados como “coisas”. Segundo Steven Lukes (1984), a expressão “coisa” (em francês *choses*) é empregada pelo sociológico em pelo menos

quatro sentidos, a saber: (1) fenômenos exteriores, independentes do aparelho conceitual do observador; (2) fenômenos cujas características só podem ser determinadas através de investigação empírica; (3) fenômenos cuja existência independe das vontades individuais; (4) fenômenos que só podem ser estudados através de observação externa, isto é, através de indicadores tais como códigos legais, estáticas, médias etc. Por isso, muitos de seus críticos consideram este um termo ambíguo. Em primeiro lugar, seu “realismo social” implica a existência de uma “mente grupal”, distinta da de seus membros tomados conjuntamente. Os fatos sociais, nesse caso, podem ser externos tanto em relação a um indivíduo determinado quanto em relação a uma reunião de indivíduos. Conquanto tenha negado, repetidamente, hipostasiar a sociedade, reiterando que nada existe na vida social que não se encontre nas consciências individuais, Durkheim empregou com frequência termos como “consciência coletiva”, “alma coletiva” e “representações coletivas”, raciocinando como se existisse uma mente coletiva independente das mentes individuais. Em segundo lugar, é correto dizer que devemos chamar de coisa toda a realidade observável do exterior, cuja natureza não se apreende imediatamente. Também constitui acertado designar com esse nome aquilo que, por seu caráter objetivo, não depende da vontade individual. Mas, se o termo implica que os fatos sociais não comportam uma interpretação diferente do significado que os homens lhe atribuem, temos então um problema. Por fim, esta regra contraria a prática do próprio autor que em todos os seus trabalhos procurou apreender o sentido que os indivíduos atribuem ao seu modo de viver, suas crenças, seus ritos etc. Pierre Bourdieu (1967, p. 50-54), reforça essa crítica ao observar que o fato social é um objeto construído. Destarte, para além de qualquer realismo ingênuo, relacionar-se com o objeto não significa relacionar-se com coisas, e sim com os conceitos sobre coisas.

Uma segunda objeção dirige-se à noção de “coerção”, ainda mais ambígua que a anterior. Conforme argumenta Lukes (1984), o referido termo é empregado por Durkheim em pelo menos cinco sentidos distintos: (1) a autoridade das regras legais, máximas morais e convenções ou costumes manifestas através das sanções desencadeadas mediante a tentativa de violá-las; (2) a necessidade de respeitar certas regras, procedimentos ou métodos com o fim de desenvolver exitosamente certas atividades; (3) a influência causal de fatores “morfológicos”; (4) compulsão psicológica desencadeada em situação de massa; (5) determinação cultural (valores, crenças, desejos e sentimentos) através da educação.

Para este intérprete, o sociólogo francês estendeu exageradamente o termo, já que todos esses sentidos são fundamentalmente diferentes entre si. Chamá-los todos de

coerção presta-se, no mínimo, a confusão. Entende-se naturalmente “coerção” no sentido 1, isto é, referindo-se a casos em que o indivíduo, mesmo desejando agir de outro modo, é levado a agir de acordo com as normas que se lhe impõem, temendo possíveis sanções. Porém, Durkheim força um pouco o significado da palavra “coerção” ao aplicá-la no sentido 2. Pior do que isto, no entanto, é aplicá-la aos sentidos 3 a 5, já que estes referem-se àquilo que influencia os desejos humanos e não àquilo que os frustra.⁵ Destarte, o termo tem ordinariamente um sentido bem mais restrito do que aquele que o sociólogo francês lhe empresta, pois, na linguagem comum, não se fala em coerção a propósito de crenças internalizadas.

Outro intérprete, Alexandro Pizzorno (2005), afirma que em Durkheim esta noção adquire dois sentidos diversos, um de ordem moral e outro de ordem metodológica. Esta última pode ser facilmente avistada na regra segundo a qual os fatos sociais se impõem coercitivamente ao indivíduo. Tal formulação, porém, é contraditória em si mesma. Ela contraria as preocupações de Durkheim em definir os conceitos da nova ciência de modo objetivo. Se a coerção que um fenômeno exerce sobre a ação individual não é física, então, não pode ser de fato observada em termos objetivos, mas somente percebida subjetivamente, através da própria consciência do indivíduo que age. Já o primeiro sentido da noção de coerção, refere-se à submissão moral do indivíduo à sociedade. Como destaca o comentador italiano, ao empregar esta noção em suas primeiras obras, Durkheim certamente intenciona opor-se às ilusões do individualismo utilitarista, sublinhando o peso que a sociedade exerce sobre o indivíduo. É verdade que, em seus escritos sucessivos, sobretudo após a publicação do artigo *Representações individuais e representações coletivas*, em 1898, Durkheim ameniza essa significação. Contudo, conclui Pizzorno, destituir o termo de seu vigor em nada resolve as dificuldades lógicas que o encerram.

Raymond Aron (2003) também levanta algumas questões importantes. O autor questiona se a noção de coerção constitui a essência do fenômeno social ou é apenas uma característica externa que permite reconhecê-lo. Mesmo tendo Durkheim reconhecido inúmeras vezes a segunda opção como correta, o intérprete argumenta que, nesse caso, é difícil não deslizar das características exteriores para uma definição essencial. Além disso, reitera, o leitor é quase sempre tentado a lembrar apenas o sentido corrente do termo,

⁵ Crítica semelhante já havia sido feita por Georges Sorel, um contemporâneo de Durkheim, em 1895, em um artigo publicado na Revista *Le devenir social*, intitulado *Les théories de M. Durkheim*. Consultar o excelente texto de Steven Lukes (1984). Vide referências bibliográficas.

ou seja, como sinônimo de violência física, pois, comumente, não se usa a expressão “coerção” para se referir às crenças, aos valores ou à moda, já que os indivíduos, ao abraçar à fé dos seus semelhantes, têm a impressão de se exprimirem de modo pessoal e não-coletivo.

A terceira objeção volta-se para o critério de generalidade e independência. Segundo Durkheim um fato social também poderia ser definido por ser geral no interior do grupo e, o que é mais importante, por existir independentemente das formas que assume ao se generalizar. Aqui, generalidade combina com a ideia de que a forma geral independe do comportamento individual ao mesmo tempo em que o orienta. Destarte, correntes de opinião, sentimentos coletivos, crenças e práticas se impõem aos indivíduos quando, uma vez interiorizados, influenciam-nos a pensar, sentir e agir de certas maneiras. Por este prisma, o indivíduo não passaria de mero suporte das influências coletivas, enquanto a sociedade se apresentaria com uma força espiritual autônoma (Gurvitch, 1986).

Em larga medida, todas essas dificuldades acerca da definição de fato social resultam do esforço de Durkheim para fazer da Sociologia uma ciência autônoma, sobretudo em relação à Biologia e à Psicologia. Praticamente todas as ambigüidades e clivagens que atravessam sua obra derivam dessa tentativa. Vejamos a seguir como o sociólogo procurou defender sua posição.

O preço de uma definição provisória

Se algumas das críticas acima expostas são posteriores à morte de Durkheim, ocorrida no final do ano de 1917, também é verdade que outras lhe foram dirigidas ainda em vida. No prefácio escrito por ocasião da segunda edição de *As Regras*, em 1901, ele procurou enfrentá-las, dedicando grande parte do texto à dissolução de possíveis mal-entendidos. Cômico do teor destas críticas, o sociólogo não mede esforços para explicitar melhor as suas reais intenções ao apresentar os fatos sociais como base metodológica de sua sociologia.

Logo no início do texto, Durkheim deixa clara sua insatisfação:

Quando foi publicado pela primeira vez, este livro suscitou controvérsias bastante fortes. As ideias correntes, como que desconcertadas, resistiram a princípio com tal energia que, durante um tempo, nos foi quase impossível fazer-nos ouvir. Até nos pontos em que nos expressáramos mais explicitamente, atribuíram-nos gratuitamente ideias que nada tinham em comum com as

nossas, e acreditaram refutar-nos ao refutá-las. Embora tenhamos declarado várias vezes que a consciência, tanto individual quanto social, não era para nós nada de substancial, mas apenas um conjunto mais ou menos sistematizado de fenômenos *sui generis*, tacharam-nos de realismo e de ontologismo (Durkheim, 2007, p. XV).

Segundo o sociólogo, suas formulações são preliminares, estando, portanto, destinadas a ser reformadas no futuro. Embora destaque os avanços resultantes das pesquisas levadas a cabo após a fundação da *Revue Année Sociologique*, o autor salienta que “os enganos e as confusões passadas ainda não se dissiparam completamente”. Nesse sentido, Durkheim admite o caráter provisório de seu método, que deve se transformar à medida que a ciência social avançar. Mas, de que forma ele enfrenta as críticas mais gerais endereçadas a seu método? É o que veremos a seguir.

Em relação à regra primacial de seu método, tratar os fatos sociais como “coisas”, o sociólogo é taxativo: “Não dizemos, com efeito, que os fatos sociais são coisas materiais, e sim que são coisas tanto quanto as coisas materiais, embora de outra maneira”. Tal definição, portanto, dirige-se a todo objeto do conhecimento que não é naturalmente penetrável pela inteligência, ou seja, “tudo aquilo que o espírito não pode chegar a compreender a menos que saia de si mesmo, por meio de experimentos e observações, passando progressivamente dos caracteres mais exteriores e mais imediatamente acessíveis aos menos visíveis e aos mais profundos” (Durkheim, 2007, p. XVII). Destarte, tratar os fatos de certa ordem como coisas não significa classificá-los nesta ou naquela categoria do real, mas empregar diante deles certa atitude mental com vistas a compreender suas propriedades essenciais, suas causas mais desconhecidas, enfim, tudo aquilo que geralmente ignoramos quando, apenas pela introspecção, buscamos compreendê-los. Para além de toda pecha metafísica, o que o autor reclama é que o sociólogo se coloque no mesmo estado de espírito de outros cientistas, lançando-se sobre um objeto ainda inexplorado e, portanto, desconhecido.

Outra proposição, atinente à exterioridade dos fatos sociais, também foi objeto das ponderações de Durkheim. O autor argumenta que, embora haja um entendimento mais ou menos unânime acerca da distinção entre os fatos da vida individual e os da vida coletiva, o senso comum, assentado na observação de que a sociedade não é composta senão de indivíduos, tende, necessariamente, a encarar o indivíduo como o substrato da vida social. Evocando claramente algumas das ideias expostas em um artigo publicado em 1898, *Representações individuais e representações coletivas*, Durkheim procura demonstrar que os fatos psíquicos e os sociais diferem não só quanto à qualidade, mas

também quanto ao substrato, visto não evoluírem no mesmo meio e nem nas mesmas condições. Ainda que exista alguma forma de relação entre eles, não se pode efetivamente deixar de reconhecer que o pensamento coletivo, em sua forma e em sua matéria, dispõe de propriedades específicas, tornando-o único. Daí a necessidade de uma ciência – a sociologia – que estude separadamente este tipo de fenômeno, já que esta ordem especial de fatos, ao se misturar ou se separar, dá origem a compostos que se opõem aos produtos ordinários do pensamento privado.

Por último, o sociólogo tece algumas considerações a respeito da definição segundo a qual os fatos sociais consistem em maneiras de fazer, agir e pensar, reconhecíveis pela coerção que exercem sobre as consciências particulares. Sobre esse ponto, argumenta Durkheim, fez-se uma enorme confusão. Esta resulta do modo como sobre as coisas sociológicas aplicam-se categorias eminentemente filosóficas, o que concorre para tornar essa definição preliminar em uma espécie de filosofia do fato social. O autor, entretanto, procura demonstrar que as propostas oferecidas em *As Regras* têm caráter preliminar. Trata-se apenas de indicar alguns sinais externos para que o cientista possa reconhecer os fatos que devem ser examinados, evitando assim quaisquer confusões com fenômenos atinentes a outras ciências. Deste modo, Durkheim aceita a censura feita a sua definição, sobretudo por não exprimir do todos os caracteres do fato social. Portanto, consente o mestre francês, não há nada de inconcebível que o fenômeno em questão possa ser caracterizado de várias maneiras diferentes, pois não há razão para que ele tenha apenas uma propriedade distintiva. Aliás, em uma nota de texto, ele explicita melhor esta sua posição, apontando um aspecto dos fatos sociais que escapa às suas características mais perceptíveis, visto tratar-se de uma propriedade interiorizada pelo indivíduo.

O poder coercitivo que lhe atribuímos não representa a totalidade do fato social, tanto assim que este pode apresentar igualmente o caráter oposto. Pois, ao mesmo tempo em que as instituições se impõem a nós, aderimos a elas; elas nos obrigam e as amamos; elas nos constroem e vemos vantagens em seu funcionamento e nesse constrangimento mesmo. Essa antítese é a que os moralistas com freqüência assinalaram entre as noções do bem e do dever, que exprimem dois aspectos diferentes, mas igualmente reais, da vida moral. Ora, talvez não haja práticas coletivas que não exerçam sobre nós essa dupla ação, que só é contraditória, aliás, em aparência. Se não as definimos por essa adesão especial, ao mesmo tempo interessada e desinteressada, é simplesmente porque esta não se manifesta por sinais exteriores, facilmente perceptíveis. O bem tem algo de mais interno, de mais íntimo que o dever, portanto de menos discernível (DURKHEIM, 2007, p. 154. Nota n. 6).

A nota acima demonstra que embora os fatos sociais comportem sinais exteriores, facilmente reconhecíveis, também podem exprimir-se em termos morais, isto é, na forma de condutas, comportamentos e visões de mundo internalizadas pelo indivíduo através da educação.⁶ Estas ideias voltam a aparecer neste prefácio, porém, aqui, empregadas com o intuito de demonstrar as diversas possibilidades de apreensão dos fatos sociais. Dessa forma, assume o sociólogo, a coerção não pode ser tomada como o único critério de distinção do fenômeno social. Trata-se de uma característica possível, que inicialmente pode facilitar o estabelecimento de uma definição, conquanto em alguns casos sua identificação não seja assim tão fácil. O mais importante, porém, é que as características utilizadas sejam imediatamente discerníveis e possam ser percebidas antes do início da pesquisa. É essa condição, entretanto, que as definições opostas a de Durkheim não obedecem, pois tendem quase sempre a determinar o objeto da investigação sem que o estudo dos fatos sociais tenha avançado suficientemente para descobrir algum outro meio preliminar que permita reconhecê-los.

Durkheim também aproveita para se defender daqueles que acusam sua definição de compreender quase todo o real, sendo, por isso, demasiadamente larga. Segundo alegam os críticos, o meio físico exerce similar coerção sobre os indivíduos, obrigando-os a se adaptar a ele. Porém, como explicita o sociólogo, entre esses dois tipos de coerção existe uma enorme diferença, afinal, a pressão exercida pelo meio natural não pode ser confundida com aquela que a consciência de um grupo exerce sobre seus membros. Eis aqui uma importante distinção: a primeira forma consiste em uma coerção física, enquanto a segunda refere-se a uma coerção moral. Conforme sublinha o autor:

O que a coerção social tem de inteiramente especial é que ela se deve, não à rigidez de certos arranjos moleculares, mas ao prestígio de que seriam investidas algumas representações. É verdade que os hábitos, individuais e hereditários, têm, sob certos aspectos, a mesma propriedade. Eles nos dominam, nos impõem crenças ou práticas. Só que nos dominam desde dentro, pois estão inteiros em cada um de nós. (DURKHEIM, 2007, p. XXIX).

Mas, em que pese essa distinção, não resta dúvida que entre esses dois tipos de coerção existem semelhanças, pois ambos constituem realidades objetivas. Há, neste ponto,

⁶ Em seus estudos sobre educação e moral, Durkheim desenvolveu esta tese com vistas a superar a rígido pensamento moral kantiano. Toda a primeira parte de seu curso sobre *A Educação Moral*, esboçado ainda no tempo em que era professor em Bourdeaux e oferecido pela primeira vez entre os anos de 1902-1903 na Sorbonne.

um importante elemento, a saber, para Durkheim os fenômenos sociais são coisas reais que, mesmo sendo diferentes das coisas materiais, impõe-se igualmente aos indivíduos, sendo, por isso, passíveis de estudo. Com efeito, os fatos sociais são formas definidas e constantes, possuidoras de uma natureza independente do arbítrio individual e da qual derivam relações necessárias. A sociologia, por sua vez, constitui um esforço no sentido de precisar as regularidades das forças coletivas, bem como suas influências sobre os indivíduos. O grande desafio que se coloca a esta nova ciência, portanto, é romper com os postulados antropocêntricos que se tornam hegemônicos e que levaram, por conseguinte, os seus representantes a negar às forças coletivas uma natureza própria, tomando-as como mera ficção.

Considerações finais

No famoso “Prefácio à Segunda Edição” de *As Regras do Método Sociológico* Durkheim procurou defender a noção de fato social, base de todo o seu método, de certo número de críticas. Conforme apontamos, para o sociólogo francês o referido fenômeno independe das consciências individuais. Não por acaso, muitos o acusaram de incorrer em uma espécie de “realismo social”, visto que, para o autor, a sociedade é irreduzível à soma de seus membros. Isto porque o modo como ele justifica o caráter objetivo e autônomo dos fatos sociais esbarra em uma série de dificuldades. A principal delas, sem dúvida, reside no fato de que os indivíduos parecem completamente dispensáveis ou, na melhor das hipóteses, meros adendos da vida social. Todavia, se Durkheim define a sociedade como uma realidade *sui generis*, isto não significa que ela prescindir de seus membros. De fato, tomado isoladamente, cada indivíduo ao nascer depara-se com valores, costumes, normas, tradições, leis etc., que não elaborou e aos quais terá que se adaptar para poder viver. Mas, embora a sociedade preceda o indivíduo, tanto em termos lógicos quanto em termos históricos, ela não pode, por questões óbvias, prescindir dos indivíduos, visto que sem eles não há vida coletiva. O que ele procura demonstrar, na contramão do utilitarismo, é que a sociedade não pode ser explicada a partir do indivíduo isolado, pois ela não é senão o resultado das relações que se estabelecem entre vários indivíduos em dada época e lugar. Conquanto admita que os fatos sociais produzidos pela vida coletiva sejam superiores às consciências individuais, isto não quer dizer que os indivíduos tornem-se desnecessários ou que a individualidade inexista, sobretudo nas sociedades altamente diferenciadas.

Em termos metodológicos, é mister admitir que a noção de fato social encerra uma série de dificuldades. A principal delas: a ideia de que os fenômenos sociais, a exemplo dos fenômenos naturais, podem ser estudados objetivamente. Tal posição implica, pois, que os fatos falam por si, e que o sociólogo não tem qualquer participação em sua constituição. Em outras palavras, segundo o método empírico-indutivo empregado por Durkheim, todo sociólogo deve se desprender das pré-noções. Contudo, se o próprio sociólogo ocupa um lugar específico na sociedade, de que modo os juízos de valor que emite ou a interpretação que faz podem ser isentas de influências? Eis um dilema que Durkheim não foi capaz de contornar. Como observa Maura Pardini Bicudo Verás (2014), o próprio neokantismo, que Durkheim confessamente absorveu durante o tempo de estudante secundário, estabelece uma importante distinção metodológica fundamental entre “ciências nomotéticas” (caracterizadas pela busca de leis gerais, universais, como no caso das ciências naturais) e “ciências ideográficas” (presas ao estudo de fenômenos singulares e circunstanciais, como no caso das ciências humanas). Essa diferenciação entre as “ciências da natureza” e as “ciências da cultura”, presente em autores como Wilhelm Windelband e Wilhelm Dilthey⁷, é completamente ignorada por Durkheim, que, como sabemos, manteve-se fiel ao naturalismo comtiano durante toda a primeira fase. A questão que se impõe é a seguinte: por que isso se deu? Por que essa rigidez em relação ao caráter objetivo dos fatos sociais, sobretudo em seus primeiros livros?

Quanto ao caráter coercitivo dos fatos sociais, a expressão “coerção” é no mínimo infeliz. Trata-se de um termo ambíguo, pois embora seja comumente empregado como sinônimo de violência física, Durkheim o utiliza para se referir tanto às pressões exteriores, exercidas pelos fatos sociais, quanto às pressões de ordem moral. As inúmeras vezes que Durkheim veio a público explicar a seus leitores em que sentido o utilizou confirma a sua má escolha. Talvez termos como “constricção” ou “coação” ocasionassem menos problemas. Cumpre então perguntar: por que diante de tantas confusões interpretativas, Durkheim mantém o termo “coerção”? Mesmo admitindo não se tratar do único elemento distintivo do fato social, por que o autor não abriu mão dele?

⁷ Ao lado de Heinrich Rickert, Windelband e Dilthey promoveram uma importante discussão metodológica acerca da especificidade dos princípios norteadores das ciências humanas. Desse modo, todos eles procuram se distanciar e se contrapor ao positivismo, que insistia na tese de que os princípios fundamentais das ciências humanas, como no caso da sociologia, guardavam similares com os princípios das ciências naturais. Isto porque, no caso específico da sociologia, a identificação com as ciências naturais, tal como os positivistas propugnavam, ignora o fato de que o ser social é, a um só tempo, sujeito e objeto desta ciência, o que impossibilita uma análise imparcial da fração da realidade social que sociólogos tomam como objeto (Cf. Sell, 2002; Verás, 2015).

Parece-nos que uma resposta crível às questões precedentes só pode ser oferecida caso consideremos alguns pontos importantes, especialmente em relação aos trabalhos dessa primeira fase: (a) o embate teórico travado com os representantes da filosofia utilitarista; (b) a tentativa de demarcar o território da Sociologia em face do território da Psicologia; (c) o caráter provisório da definição *durkheimiana*. Em relação ao primeiro ponto, Durkheim não aceita a hipótese utilitarista segundo a qual a sociedade é resultado da busca calculada de indivíduos – átomos interesseiros que estabelecem contratos entre si – por vantagens econômicas. Por isso o modo radical com que o sociólogo francês se opõe ao individualismo metodológico, empregando expressões como “coerção” para salientar o primado dos fatos sociais. O segundo ponto diz respeito ao esforço de Durkheim para determinar a esfera de atuação do sociólogo, bem como definir seu objeto de estudo e seus métodos de pesquisa, visando, assim, delimitar o espaço específico da Sociologia. Esta tarefa, árdua de início, em decorrência da influência exercida pela Psicologia Social em grande parte da Europa, custou ao sociólogo francês uma postura mais ou menos radical em relação às metodologias centradas do indivíduo, que, pelo menos em um primeiro momento, deu origem a uma forte tendência sociologista por parte do autor, que só seria diluída nos trabalhos produzidos tardiamente. Sua estratégia, portanto, consistiu em projetar as características dos fenômenos sociais, por ele considerados autônomos e independentes dos indivíduos isolados e, assim, demonstrar a validade das pesquisas sociológicas. Já o terceiro ponto refere-se ao reconhecimento de que os fatos sociais constituem uma realidade que ainda necessita ser estudada em toda a sua complexidade. A coerção não é senão um sinal preliminar, que somado a outros sinais, tais como a exterioridade e a generalidade, contribui para que o sociólogo possa localizar o seu objeto de estudo sem confundi-lo com o de outras ciências. Contudo, como assente o autor, é possível que outras características sejam descobertas à medida que a sociologia avançar.⁸ O desenvolvimento ulterior da sociologia *durkheimiana* confirmou esta previsão. Basta lembrar que durante toda a primeira fase de sua carreira Durkheim esteve preocupado em localizar o substrato sob o qual se encontravam os fenômenos da vida social, dentro de

⁸ Como é sabido, desde o início Durkheim se esforça em provar que os fatos morais – que não se distinguem dos fatos sociais – são passíveis de ser estudados. Se, por um lado, isto implica que o cientista deve primar pela neutralidade axiológica, anulando os valores subjetivos no processo de observação científica – o que foi devidamente criticado por autores de diversas matrizes sociológicas –, por outro, foi desta asserção que floresceram formulações cada vez mais ousadas. Nesse contexto, tomar os fatos sociais como “coisas” significa dizer que a própria moralidade dos povos, historicamente constituída, transforma-se na mesma medida em que as sociedades se modificam. Ora, uma ciência estática não poderia captar esse movimento. Cabia a sociologia, portanto, reinventar-se o tempo todo se quisesse dar conta das transformações sociais.

certas condições teóricas. Por um lado, deveria ser um fenômeno material e, ao mesmo tempo, espiritual. Por outro, deveria ser um fenômeno presente tanto na esfera individual quanto na esfera inter-individual. Daí Durkheim ter se dedicado com tanto afincamento aos tipos de solidariedade social expressos nas normas jurídicas. Porém, na medida em que a sua sociologia avança, o autor atenta para novas dimensões dos fenômenos sociais, em especial as representações e os sentimentos coletivos, responsáveis por colocar em xeque a ideia de um substrato social adverso a essas representações e que unilateralmente as determinaria. A partir do momento em que redireciona os seus estudos para os aspectos religiosos e simbólicos da vida social, durante a segunda fase de sua carreira, Durkheim não só revê as suas posições iniciais, mas também apresenta uma concepção renovada na perspectiva mais elaborada de uma dinâmica social que passa pela interação dos indivíduos e pela confrontação dos sentimentos coletivos. Essa reviravolta possibilitou ao mestre francês avançar em seus estudos, tornando-os bem mais atrativos e bem menos rígidos quando comparados aos seus estudos iniciais. Com efeito, nesta última fase, a sociologia durkheimiana abre espaço para se pensar, de um lado, a influência que a vida coletiva exerce sobre os homens e, de outro, o papel destes enquanto produtores dos fenômenos sociais, rompendo assim com o determinismo morfológico contido em seus primeiros escritos.

Referências Bibliográficas

ADORNO, Theodoro. *Introdução à Sociologia*. Traduzido por Wolfgang Leo Maar. São Paulo: Unesp, 2008.

ARON, Raymond. *As Etapas do Pensamento Sociológico*. 6. ed. Traduzido por Sérgio Bath. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BOURDIEU, Pierre. *Le métier du sociologue*. Paris: Mouton, 1967.

DURKHEIM, Emile. *Educação e sociologia*. 7. ed. Traduzido por Lourenço Filho. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

_____. *As Formas Elementares da Vida Religiosa*. 2. ed. Traduzido por Joaquim Pereira Neto. São Paulo: Paulus. 1989.

_____. *A Evolução Pedagógica*. Traduzido por Bruno Charles Magne. Porto Alegre: Artmed, 1995.

_____. *Lições de Sociologia*. Traduzido por Mônica Stahel. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

- _____. *O Suicídio*. Traduzido por Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2005.
- _____. *As Regras do Método Sociológico*. 3. ed. Traduzido por Paulo Neves. São Paulo: Martin Fontes, 2007.
- _____. *A Educação Moral*. Traduzido por Raquel Weiss. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.
- _____. *O Suicídio*. Traduzido por Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2005.
- _____. *A Educação Moral*. Traduzido por Raquel Weiss. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.
- _____. *Da Divisão do Trabalho Social*. 3. ed. Traduzido por Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- GIDDENS, Anthony. *Durkheim*. London: Fontana Press, 1986.
- _____. *Política, sociologia e teoria social: encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo*. Traduzido por Cibele Saliba Rizek. São Paulo: Unesp, 1998.
- _____. *Em defesa da sociologia: ensaios, interpretações e réplicas*. Traduzido por Roneide Venâncio Majer e Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Unesp, 2001.
- _____. *Capitalismo e Moderna Teoria Social*. 6. ed. Traduzido por Maria do Carmo Cury. Lisboa: Portugal: Presença, 2005.
- GIROLA, Lidia. *Anomia e individualism: Del diagnóstico de la modernidad de Durkheim al pensamiento contemporáneo*. Barcelona: Anthropos, 2005.
- GURVITCH, Georges. *Vocação Actual da Sociologia*. Traduzido por Orlando Daniel. v. 2 Lisboa: Portugal: Cosmos, 1986.
- GUTIÉRREZ, Juan Pablo Vázquez. “Autoridad moral y sociedad en el pensamiento de Durkheim”. In: *Revista Sociológica*. Ano 17, n. 50, 2002. p. 17-54.
- LACAPRA, Dominick. *Émile Durkheim: sociologist and philosopher*. Nova Iorque: Cornell University Press, 1972.
- LUKES, Steven. *Émile Durkheim su vida y su obra: estudio histórico-crítico*. Madrid: Espanha: Siglo XXI de Espana, 1984.
- PARSONS. Talcott. *A Estrutura da Ação Social*. Traduzido por Vera Joscelyne. v. 1. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes, 2010.
- PIZZORNO, Alessandro. “Uma leitura atual de Durkheim”. In: COHN, Gabriel (Org.). *Sociologia: para ler os clássicos*. Rio de Janeiro: Azougue, 2005. p. 55-104.

Para desvelar a participação estadunidense no golpe civil-militar no Brasil

SANTOMAURO, Fernando. **A atuação política da agência de informação dos Estados Unidos no Brasil (1953-1964)**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016, 354 páginas. ISBN: 978-85-7983-705-0

João Paulo Gusmão P. Duarte¹

Embora há muito se saiba da participação dos Estados Unidos (EUA) em golpes de Estado nas décadas de 1960 e 1970 em vários países latinoamericanos, o papel que a política externa estadunidense exerceu no Brasil nos desdobramentos do golpe de 1964 ainda chama muito a atenção de analistas de Relações Internacionais dedicados ao exame desse tema. E isso não é aleatório. Com a recente liberação de acesso à documentos oficiais de departamentos de governo dos Estados Unidos que atuaram naquele período, a dimensão do envolvimento do país na política brasileira se mostrou ainda mais determinante, motivando pesquisadores e estudiosos a se debruçarem sobre a difícil tarefa de evidenciar o apoio fundamental dos EUA no processo que resultou no golpe.

Essa disposição está presente em uma extensa pesquisa desenvolvida por Fernando Santomauro, publicada pela editora Cultura Acadêmica sob o título *A atuação política da agência de informação dos Estados Unidos no Brasil (1953-1964)*. Centrada no objetivo de demonstrar como o governo estadunidense, por meio da *United States Information Agency* (USIA), desenvolveu uma série de ações com o intuito de influenciar a política brasileira, a pesquisa de Santomauro evidenciou o intervencionismo dos EUA voltado para “evitar que o Brasil se tornasse uma nova Cuba”, no contexto da Guerra Fria. Tal fato é observado a partir da análise dos parâmetros da política externa estadunidense voltada para a América Latina entre 1953 e 1964, caracterizada majoritariamente, no

¹ Doutorando e Mestre em Relações Internacionais pelo Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais da PUC-SP. Email: joaopgpd@hotmail.com.

que diz respeito ao âmbito da USIA, por um engajamento que promoveu de campanhas publicitárias a pesquisas estatísticas, para assim reunir elementos que deram subsídios imprescindíveis à realização da intervenção civil-militar no Brasil.

O autor inicia o livro com um breve prólogo que remete o leitor aos dois dias anteriores ao golpe. Fazendo o relato dos acontecimentos políticos que precederam a intervenção civil-militar amparado por documentos do governo dos Estados Unidos, Santomauro demonstra o estreito acompanhamento das autoridades do país, incluindo o presidente Lyndon Johnson, aos desdobramentos do golpe que estava prestes a ocorrer. A descrição mostra como havia um grande aparato estratégico e militar dos EUA pronto para entrar em ação no caso de resistência ao golpe, e uma grande articulação do embaixador junto a importantes autoridades brasileiras, como o ex-presidente Juscelino Kubitschek. Paralelamente, o autor relata também a participação direta da USIA no processo, fazendo menção ao filme *Victory for democracy*, exibido poucos dias após o fatídico 1º de abril de 1964 como *trailer* nas salas de cinema das grandes cidades brasileiras. Segundo Santomauro, o filme, produzido em forma de documentário pela agência estadunidense, foi exibido totalmente em português, dando a impressão de ser uma produção nacional. Seu conteúdo teve um caráter publicitário, exaltando o povo brasileiro por ter realizado o grande feito de uma “revolução democrática” contra o avanço do “comunismo”, representado pelo governo de João Goulart.

Com esses dois elementos iniciais que conduzem o leitor ao cerne de seu objeto de análise, o autor introduz os três capítulos que estruturam o livro: *A formação da política de informação americana no exterior*, *A USIA no Brasil de 1953 a 1964*, e *O ocaso da USIA*. No primeiro capítulo são expostos os antecedentes das agências e departamentos de governo dos EUA criados para gerar informações do exterior, assim como difundir informações no exterior sobre os Estados Unidos. O resgate de procedências se concentra a partir do início do século XX, e relata primeiramente a formação de um comitê governamental, durante a presidência de Woodrow Wilson, responsável por difundir em diversos países o chamado *American way of life*. Tal política, segundo Santomauro, já teria tido importantes resultados ao longo da Primeira Guerra Mundial, momento em que os EUA se afirmavam como nova potência mundial. Na segunda etapa, o autor expõe a articulação de agências de informação na década de 1930 e o aparato montado durante a Segunda Guerra Mundial, demonstrando, por exemplo, a função do Birô, uma agência vinculada ao Departamento de Estado responsável por gerar informação e articular interesses dos EUA na América Latina. O capítulo aborda ainda a adaptação que tais

agências sofreram no pós Segunda Guerra Mundial, quando alguns objetivos estratégicos de política externa dos EUA se redimensionaram, dado a configuração da Guerra Fria. Nesse contexto, o autor expõe as ações durante os governos de Harry Truman e Dwight Eisenhower, para então relatar a formação da USIA, em 1953. Nesse ponto, várias ações da agência são expostas, demonstrando o esforço central de combate ao comunismo. Encerrando a primeira parte do livro, Santomauro apresenta a reestruturação que a USIA sofreria ao longo do governo John Kennedy, que, segundo o autor, levou ao período de auge de funcionamento da agência.

No segundo capítulo, o livro aborda a atuação da USIA no Brasil até o ano 1964, data do golpe. Considerado um país de grande relevância estratégica por ser o principal agente estatal da América Latina, o autor mostra como o Brasil é visto como um ponto chave para os interesses da política externa estadunidense, a partir daquele momento empenhada em resgatar o alinhamento conquistado durante a Segunda Guerra Mundial. Na primeira seção, Santomauro expõe as ações de pesquisa e estatística realizada pela USIA com o intuito de mapear informações sobre a opinião pública brasileira, assim como reunir dados que orientassem o governo estadunidense sobre as alterações socioeconômicas pelas quais o Brasil estava passando, em razão da expansão industrial e do crescimento dos centros urbanos. Nesse processo, estava incluso também avaliações periódicas sobre a política e os políticos brasileiros, sobretudo após o ano de 1959, data da Revolução Cubana, que mostraria aos EUA a real possibilidade de demais países do continente americano se tornarem comunistas, e, desse modo, saírem de seu raio de influência. Em seguida, o autor relata a estrutura funcional da agência, instalada em consulados e diversos postos nas principais cidades brasileiras, da região norte à região sul. Tal circunstância teria possibilitado que a agência atuasse de maneira regular, nos primeiros anos da década de 1960, no controle e influência dos conteúdos publicados em jornais, revistas e demais meios de comunicação no Brasil, fator avaliado na última seção do capítulo como decisivo para a legitimação do processo de deposição do governo Jango, que culminaria na instauração da ditadura civil-militar.

No terceiro e último capítulo, Santomauro faz uma reflexão conclusiva apontando o ocaso da USIA, que apesar de oficialmente só ter encerrado suas atividades em 1999, a partir do final da década de 1960, e sobretudo a partir da década de 1970, passaria a ter uma menor importância na produção e veiculação de informações, assim como perderia credibilidade no exterior em razão da crise de reputação dos EUA gerada pela Guerra do Vietnã. Apesar dessa constatação, o autor indica que os efeitos políticos produzidos

pela USIA no Brasil ficariam marcados por muitos anos, não apenas pela sua decisiva participação – ainda que indireta – no golpe de 1964, mas por ter conseguido introduzir, em diversos aspectos da vida política, social e cultural brasileira, alguns dos chamados “valores americanos”. Essa assertiva poderia ser vista na configuração das instituições do Brasil, na organização do pensamento político brasileiro, na orientação das diretrizes dos agentes comunicacionais, e em circunstância mais sutis, mas não menos importantes, como a difusão do ensino do inglês. Para Santomauro, todos esses aspectos teriam gerado certa naturalização de processos de influência externa dos EUA no cotidiano brasileiro, tendo o efeito de produzir ganhos políticos ao país em suas relações internacionais, que viriam a se confirmar como extremamente positivos a partir da década de 1990, quando os Estados Unidos despontam como potência unipolar e controladora quase incontestada da América Latina.

Nesse sentido, o livro apresenta e explicita o alcance de uma dimensão da política externa estadunidense muitas vezes difícil de ser mensurada, isto é, a dimensão daquilo que ficou conhecido nos estudos de Relações Internacionais como *soft power*, um poder capaz de produzir ganhos políticos por meio da transferência de valores. Diante de tal constatação, o autor aponta a necessidade de o Brasil criar mecanismos capazes de frearem a recepção automática de políticas culturais estrangeiras provenientes dos grandes centros e usadas como instrumentos de poder, e, ao mesmo tempo, de passar a produzir referenciais ativos de política externa, que projetem o país internacionalmente não só nos tradicionais circuitos geopolíticos, mas também direcionado às chamadas periferias globais.

Escola de Lutas

CAMPOS, Antonia; MEDEIROS, Jonas; RIBEIRO, Márcio. **Escola de Lutas**. São Paulo, Ed. Veneta, 2016, 352p. ISBN: 978-85-63137-69-2

Rosana Pinheiro-Machado¹

O campo da Antropologia do Desenvolvimento possui algumas premissas básicas. A primeira delas é a de que políticas públicas de cima para baixo não são bem sucedidas, pois estão desconectadas com o que acontece no cotidiano das pessoas afetadas por essas transformações. Processos impostos ignoram o que há de mais vital na existência humana, que são as formas como os sujeitos constroem seu pertencimento em relação a um determinado espaço. O segundo ponto é que todos os grupos sociais têm a solução para seus próprios problemas. Portanto, bastaria ouvi-los para se alcançar uma política eficaz, mais democrática e menos custosa. A terceira premissa é a de que as chamadas políticas participatórias geralmente não são participatórias, mas puramente reproduzem um modelo de debates pré-fabricado que, única e exclusivamente, visa cumprir a necessidade de participação. Então temos o quarto ponto: o de que políticas impostas podem ter consequências inesperadas.

Poucas vezes um livro demonstrou todos esses pontos de uma só vez tão vivamente como o *Escola de Lutas*. O enredo da obra se desenrola a partir do anúncio realizado pela Secretaria de Educação do Governo Alckmin, de São Paulo, de que as escolas seriam reestruturadas, algumas fechadas, o que implicaria na transferência de um milhão de alunos da rede pública estadual. Essa macrodecisão foi simplesmente comunicada, contando com algumas reuniões nas quais as demandas e as angústias dos alunos não eram levadas em considerações. Objetivava-se apenas “esclarecer dúvidas” – ou nem isso. A política fracassou, mas as consequências inesperadas extrapolaram tudo o que se podia prever ou mesmo imaginar, afinal, o projeto de reestruturação não apenas atingia o cerne da constituição identitária de adolescentes – a sua relação com a escola – como também tentava impor a qualquer custo uma ação em um Brasil pós junho de 2013, que já não tolerava tão facilmente decisões autoritárias. Iniciou-se assim um dos movimentos

¹ Doutora pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Pós-doutora pelo Centro de Estudos Chineses da Universidade de Harvard. Professora Visitante no Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo. E-mail: rosanapmachado@gmail.com.

mais inovadores e extraordinários da história do país, os quais foram protagonizados por jovens autônomos que recriaram uma sociedade mais justa desde as ocupações.

Como o livro é uma descrição detalhada que abrange desde o anúncio da reestruturação até o recuo do governo, os recursos didáticos que professores podem explorar nas Ciências Sociais são infindáveis. A obra oferece não apenas um rico exemplo para se problematizar o campo do desenvolvimento e das políticas públicas (e sua insistência em projetos que já nascem fracassados), como também o estudo de movimentos sociais. Trata-se de um dos relatos, de cunho etnográfico, mais densos que se tem sobre o tópico. A riqueza dos materiais proporciona uma verdadeira aula prática sobre conceitos fundamentais discutidos no campo acadêmico dos movimentos sociais: (a) os processos políticos, ou seja, as redes e os elos entre junho de 2013, o Movimento do Passe Livre, O Mal Educado e os secundaristas autônomos; (b) repertórios de lutas: a pauta clara e legítima da manutenção das escolas; (c) a produção da emoção: as redes de contágio, inspiração e os momentos de comoção e produção de sentido, quando por exemplo, os estudantes e os professores sofreram violência policial; (d) a mobilização de recursos: das artes às redes sociais e, (e) táticas de lutas de legitimidade: ocupar e cuidar das escolas e dos colegas.

O livro traz um relato tão fiel e detalhado do movimento secundarista – de suas escolhas, táticas e processos – que suscita algumas discussões éticas em tempos em que os serviços de inteligência do Brasil voltam a se infiltrar nos movimentos sociais. O livro poderia servir como um prato cheio para a repressão. E, nesse sentido, voltamos a uma velha questão que acompanha a antropologia desde o imperialismo da década de 1920: o conhecimento que serve para dominar – princípio, aliás, que funda a própria prática etnográfica nas colônias. Um século depois, os autores revivem o risco de verem sua produção apropriada para fins de controle, contenção e dominação.

Este não é um dilema novo, mas surpreende constatar como as ondas conservadoras voltam de diferentes formas ao curso da história, fazendo com que ativistas e pesquisadores sejam privados de em seu direito mais primordial de protestar e de se expressar. Diante do cenário atual, uma alternativa ética seria a não publicação do material. Todavia, esta não é uma solução que resolve toda a complexidade das diversas camadas discursivas que compõem o campo de batalhas no qual o conhecimento é produzido hoje no Brasil. São sempre escolhas, ganhos e perdas. É certo que a publicação da obra expõe táticas e estratégias. Mas talvez fosse ingenuidade acreditar que essas formas de lutas poderiam se manter protegidas, quando sabemos que elas circulam e são permanentemente apropriadas

nos repertórios antagônicos de lutas.

O argumento aqui esboçado é que o próprio livro – que se coloca ao lado dos estudantes, pois nenhuma ciência é neutra – é igualmente um instrumento de resistência, de luta e de inspiração. Uma vez que a obra resguarda o anonimato dos estudantes, os ganhos de sua não publicação seriam menores do que os de sua publicação. Só é possível imaginar modelos de sociedades que não se baseiam na mercadoria ou no patriarcado, por exemplo, porque existem relatos etnográficos sobre grupos sociais marcados pela dádiva ou matriarcado. O papel da etnografia tem sido, historicamente, sistematizar modos de vida e de resistência que não são previstos pela modernidade capitalista. Narrar a resistência oferece um risco, mas é igualmente um ato político que conta a história dos “mais fracos” e marginalizados – daqueles cujas vozes silenciosas (e silenciadas) raramente estampam os livros didáticos.

Metodológica e teoricamente, o livro apresenta alguns problemas relevantes, como, por exemplo, o excesso descritivo e pouco analítico, bem como a ausência de posicionalidade, que faz com que não saibamos de forma clara quais eram as relações de poder presentes na interação entre pesquisadores e pesquisados. Por outro lado, o livro ganha em sua capacidade temporal narrativa, protagonizada por uma polifonia de estudantes. Pelas vozes dos próprios estudantes, o livro oferece uma contra-narrativa aos discursos hegemônicos que alegam que os estudantes são vândalos, vagabundos e marginais - é isso é precisamente o que as etnografias têm feito há mais de um século, mostrando que as ações humanas, por mais estranhas que possam parecer, são dotadas de lógica e sentido (ainda que sempre de forma contestada e negociada).

O maior legado de Escola de Lutas é, sem dúvida, produzir um relato denso sobre a possibilidade do impossível. Nesse sentido, um dos aspectos mais relevantes do movimento secundarista – e que o livro retrata com precisão - é a sua capacidade de radicalizar a democracia desde dentro, ou seja, partindo do princípio de que não se pode lutar por uma sociedade mais justa sem que a própria luta não rompa com a estrutura hierárquica e desigual que predomina no capitalismo. Os jovens estudantes viveram um estado de *communitas* – um momento marcado por emoção, suspensão da ordem social e luta diária por relações de raça e de gênero mais igualitárias. Eles reconstruíram a sociedade por um momento e inspiraram o surgimento de novos movimentos e a reinvenção dos antigos. Por isso, para além de seu valor científico e didático, a obra é também uma arma na luta contra os modelos hegemônicos que violenta e universalmente se impõem na humanidade no século XXI.

